

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**A organização política dos Trabalhadores Sociais da Argentina e da
Província de Neuquén: as resistências entre as ‘contrarreformas’ estatais e
as lutas da classe trabalhadora**

SILVIA AMERICA MANSILLA

RECIFE – PE (BRASIL)

NOVEMBRO 2010

SILVIA AMERICA MANSILLA

**A organização política dos Trabalhadores Sociais da Argentina e da
Província de Neuquén: as resistências entre as ‘contrarreformas’ estatais e
as lutas da classe trabalhadora**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco –UFPE- como requisito para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ângela Santana do Amaral.

RECIFE – PE (BRASIL)

NOVEMBRO 2010

Mansilla, Silvia America

A organização política dos trabalhadores sociais da Argentina e da Província de Neuquén: as resistências entre as 'contrarreformas' estatais e as lutas da classe trabalhadora / Silvia America Mansilla. – Recife : O Autor, 2010.

125 folhas : Abrev. e siglas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Organização política. 2. Trabalho social. 3. 'Contrarreformas' do Estado. 4. Classes sociais. I. Título.

364.62
361.3

CDU (1997) UFPE
CDD (22.ed.) CSA2010 - 112



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dez, na Sala C-6 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Dissertação intitulada: "*A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES SOCIAIS DA ARGENTINA E DA PROVÍNCIA DE NEUQUÉN: AS RESISTÊNCIAS ENTRE AS 'CONTRARREFORMAS' ESTATAIS E AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA*." de autoria da Mestranda **Silvia América Mansilla**, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Mestre** em Serviço Social. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.050548/2010-01**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Ângela Santana do Amaral**, Doutora em Serviço Social, Orientadora e Examinadora Interna; **Juliane Feix Peruzzo**, Doutora em Serviço Social, Examinadora Interna; **Andrea Antonia Oliva**, Doutora em Trabalho Social, Examinadora Externa; **Ana Elizabete Fiúza Simões da Mota**, Doutora em Serviço Social, Suplente Interna; **Sâmia Rodrigues Ramos**, Doutora em Serviço Social, Suplente Externa. Na qualidade de Orientadora, a **Dr.^a Ângela Santana do Amaral** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi argüida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu..... APROVASE a Dissertação com as seguintes menções: **Dr.^a Ângela Santana do Amaral**: APROVADO; **Dr.^a Juliane Feix Peruzzo**: APROVADO; **Dr.^a Andrea Antonia Oliva**: APROVADO. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 23 de novembro de 2010.

BANCA:

Prof. Dr.^a Ângela Santana do Amaral

Prof.^a Dr.^a Juliane Feix Peruzzo

Prof.^a Dr.^a Andrea Antonia Oliva

MESTRE:

Silvia América Mansilla

AGRADECIMENTOS

Sendo a primeira vez que estou tão longe de minha província de Neuquén e país, sair da estrutura cotidiana, de família e de meu trabalho de professora universitária, implicou um reacomodamento a todo um “novo”, que graças a todas às pessoas do meu entorno, passou rapidamente a ser meu cotidiano de estudo e reflexão.

Este trabalho concentra e resume até agora, todo um período prévio de lutas na Universidade Nacional de Comahue - no início do ano 2009- para a realização de estudos superiores da profissão de Trabalho Social, que culminou com esta possibilidade certa de fazer Mestrado-Doutorado no Programa da Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Recife. Portanto, é uma ótima oportunidade de tornar públicos meus agradecimentos para todas aquelas pessoas que fizeram inumeráveis esforços para eu morar nesta cidade e estudar hoje o Doutorado em Serviço Social, a partir da aprovação da Passagem Direta de Mestrado ao Doutorado.

Na concretização desde a chegada ao Brasil até este momento, meu enorme agradecimento aos estudantes de Trabalho Social, de Sociologia, de Direito e de Comunicação Social da Faculdade de Direito e Ciencias Sociais, da Universidade Nacional de Comahue; e muito especialmente, aos estudantes e docentes da Cátedra Paralela de “Seminário de Serviço Social com Residência Institucional” de 5to. Ano de Graduação de Trabalho Social. Todos eles foram destacados protagonistas da campanha contra o fechamento desta Cátedra Paralela e pelo êxito de minha licença trabalhista para estudar fora da Argentina. A todas as turmas de estudantes, hoje graduados, que apoiaram e contribuíram para colocar na formação profissional a teoria materialista histórico-dialética.

A Elizabeth Margot Berrocal, com sua juventude ao sustentar com tenacidade, disposição e compromisso político a formação crítica-histórica dos estudantes de Trabalho Social. Sobretudo ao manter fluidos diálogos e intercâmbios sobre o desenvolvimento de tamanha tarefa que deixei em suas mãos, sendo responsável pela direção pedagógica desta Cátedra. Obrigada.

Meu especial agradecimento as minhas amadas filhas Carla Fabiana e Daniela Magali, por seu incomensurável apoio e irrestrita ajuda, ocupando-se de todos os compromissos que deixara. Chego aqui por elas, com seu acompanhamento, a cotidiana comunicação, pelas lágrimas e risos, pela despedida em Buenos Aires; e por fazer-me partícipe dos diálogos telefônicos, além delas, com minha maravilhosa neta Maria Florência. Não me esqueço das encomendas, com erva-mate e livros. Inteiramente agradecida.

Aos amigos/as – companheiros/as de tantas lutas sindicais e políticas da classe trabalhadora: Patrícia, Andrés, Norberto, Gabriela, Viviana, Fabíola, Antonio, Ileana por seu fôlego nesta travessia. A meu amigo Sergio, por sua aposta e escuta para que eu estudasse.

Aos operários da fábrica Zanón, a meu amigo Jorge; e muito especial, a Alejandro Lopez, pelo apoio e solidariedade de classe em colaborar com minha estadia em Buenos Aires no Hotel Bauen, no trânsito para Recife. Obrigada.

Aos colegas da condução do Colégio Profissional de Serviço Social da Província de Neuquén pela disposição de material documental para a pesquisa, em particular, a Silvia por aportar informações necessárias. A Laura Acotto, então presidente de FAAPSS por seus aportes documentais. A Carolina Mamblona, pelo mesmo motivo. Muito obrigadas as minhas amigas Virginia Siede e Olga Paez por aportar seus estudos doutorais e em especial a Andrea Oliva por encaminhar-me livros e permanente informação.

Sandra, Angélica, obrigada por perguntar como estou e pelos intercâmbios profissionais. A Marta, pelas reflexões em relação à condição de trabalhadores assalariados, escorar este projeto de pós-graduação em Serviço Social e dizer cada vez que falávamos...”como estudam vocês”!! Obrigada amigas.

Tenho um especial agradecimento a Paola Morales, pelas inquietações e informações pertinentes na impulsão de estudar na UFPE. Por ter-me recebido no Aeroporto Recife, sua casa e por torcer nas lutas de concretização deste projeto. Sua escuta nas alegrias e tristezas, completamente agradecida.

A toda turma de Mestrado 2009 e 2010, em especial a Suamy, Salyanna, Andréia, Larisse, Eduardo, Tati, Heloísa, Ana Cristina e Monica, pelas inestimáveis falas profissionais e políticas, momento prazerosos de lazer, apoio e cuidado nesta grande cidade de Recife. Os laços de amizade construídos são muitos. A Fiorela, pelos momentos de compartilhamento, sua tolerância e ajudas de tradução ao inglês. A Ancizar, sua escuta e risos nos corredores da UFPE. A Adriana, Maria e Gloria por sua companhia, a Stella por compartilhar vivências estudantis. A Verônica por estar sempre disposta. O Francisco por seu sentido alegre de viver. As representantes estudantis (Larisse e Kathleen) por seus apoios. E a Evelyne, que aportou-me momentos de debates profissionais, seus livros e tempos lindos da convivência juntas.

Por ultimo, a Janaiky Pereira de Almeida, tão jovem e responsável pela vida dela e das pessoas queridas. Tem sido e é como minha filha brasileira. As palavras aqui serão sempre escassas para agradecer meu recebimento na casa, sua atenção cotidiana, suas inesgotáveis colaborações, sua interlocução nos debates profissionais, suas correções de meus trabalhos, enfim... muito, muito. Profundamente agradecida e te quero muito.

Finalmente, ao CNPq pela concessão da bolsa que facilitou os estudos e pesquisa do Mestrado. Quero agradecer a minha orientadora Prof.^a Ângela Santana do Amaral, quem no meio de tanta exigência trabalhista, colocou sugestões e inquietações relevantes para a pesquisa, sua escuta, seus livros e suas interessantes aulas e ensino dos conteúdos. Também por ter confiado em meus objetivos de estudos da Pós-Graduação. Seu acompanhamento no meu caminho para esta produção tem sido muito importante. Muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado aborda a análise sócio-histórica da construção da organização política dos Trabalhadores Sociais da Argentina e da Província de Neuquén, no contexto das ‘contrarreformas’ do Estado Argentino e sua articulação com as lutas gerais da classe trabalhadora. Os Trabalhadores Sociais - como trabalhadores assalariados-, protagonizam práticas políticas na contradição capital/trabalho, para construir e sustentar as entidades representativas profissionais: os Colégios Profissionais. Os objetivos da pesquisa foram conhecer as estratégias de ação das práticas políticas profissionais, as bandeiras de luta articuladas aos interesses dos trabalhadores e os aportes teórico-metodológicos que sustentaram as resistências no enfrentamento das ‘contrarreformas’. Para analisar os determinantes sócio-históricos da organização política dos Trabalhadores Sociais, adotou-se a abordagem da pesquisa de tipo historiográfico-documental, desde uma perspectiva de visão de totalidade da realidade social da categoria profissional de Trabalho Social. Na interlocução teórico-metodológica, a dissertação apóia-se nas discussões conceituais sobre a prática política de classe e organização política. Por tratar-se de uma aproximação sócio-histórica e teórico-política para a profissão de Trabalho Social na Argentina, o estudo revela que os avanços e desafios destes profissionais na conformação da organização política estão vinculados aos embates da crise capitalista, às ‘contrarreformas’ estatais e às lutas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Organização Política; Trabalho Social; ‘contrarreformas’ do Estado; classes sociais

RESUMEN

La presente tesis de Maestría aborda el análisis socio-histórico de la construcción de la organización política de los Trabajadores Sociales de la Argentina y de la Provincia de Neuquén, en el contexto de las ‘contra-reformas’ del Estado Argentino y su articulación con las luchas generales de la clase trabajadora. Los Trabajadores Sociales –como trabajadores asalariados-, protagonizan prácticas políticas en la contradicción capital/trabajo, para construir y sostener las entidades representativas profesionales: los Colegios Profesionales. Así, los objetivos de la investigación fueron conocer las estrategias de acción en las prácticas políticas profesionales, las banderas de lucha articuladas en los intereses de los trabajadores y los aportes teórico-metodológicos que sustentaron las resistencias en el enfrentamiento de las ‘contra-reformas’. Para analizar los determinantes socio-históricos de la organización política de los Trabajadores Sociales, se adoptó el abordaje de investigación de tipo historiográfico-documental, desde una perspectiva de visión de totalidad de la realidad social de la categoría profesional de Trabajo Social. En la interlocución teórica-metodológica, la investigación se apoya en las discusiones conceptuales sobre la práctica política de clase y organización política. Por tratarse de una aproximación socio-histórica e teórico-política para la profesión de Trabajo Social de la Argentina, el estudio revela que los avances y desafíos de éstos profesionales en la conformación de la organización política, están vinculados a los embates de la crisis capitalista, las ‘contra-reformas’ estatales e las luchas de la clase trabajadora.

Palabras clave: Organización política; Trabajo Social; ‘contra-reformas’ del Estado; clases sociales.

LISTA DE SIGLAS

AAESS - Associação Argentina de Escolas de Serviço Social.
 AAFATS - Associação Argentina de Formação Acadêmica de Trabalho Social.
 ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
 ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
 ADUNC - Associação de Docentes da Universidade Nacional de Comahue
 AFJPs - Administradoras de Fundos de Aposentadoria e Pensões
 AIETS – Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social
 ALAETS - Associação Latino-americana de Escolas de Trabalho Social.
 ALAIETS- Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social
 ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais
 ANSES - Sistema Nacional de Seguridade Social
 ANT - Assembléia Nacional de Trabalhadores
 APRA- Aliança Popular Revolucionaria Americana
 ART - Administradoras de Riscos de Trabalho
 ATE - Associação de Trabalhadores do Estado
 ATEN - Associação de Trabalhadores da Educação de Neuquén
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BIRF – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
 BM – Banco Mundial
 CBA - Cesta Básica Alimentaria
 CBASS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
 CBCISS- Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais
 CBT- Cesta Básica Total
 CCC- Corrente Classista e Combativa
 CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
 CFASS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
 CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
 CGT - Confederação Geral de Trabalhadores
 CIDN- Convenção Internacional dos Direitos da Infância
 CONEAU- Comissão Nacional de Avaliação e Certificação Universitária
 CONSUDEC - Conselho Superior de Educação Católica
 COPADE - Centro de Planificação do Desenvolvimento
 CPSSNQN - Colégio Profissional de Serviço Social da Província de Neuquén.
 CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
 CTA – Central dos Trabalhadores Argentinos
 CUT - Central Única de Trabalhadores
 DNT- Direção Nacional de Trabalho
 ECRO - Esquema Conceitual Referencial e Operativo
 EGB – Educação Geral Básica
 ENCOTEL - Empresa Nacional de Correios e Telecomunicações
 ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

ENTEL - Empresa Nacional de Telecomunicações
 FAAPSS - Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social.
 FADECS – Faculdade de Direito e Ciências Sociais
 FAETS - Federação Argentina de Estudantes de Trabalho Social.
 FAUATS - Federação Argentina de Unidades Acadêmicas de Trabalho Social.
 FITS - Federação Internacional de Trabalhadores Sociais.
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 FOCAO - Fundo Complementário de Assistência Ocupacional
 FOMECA - Fundo de Melhoramento da Qualidade Educativa
 FREPASO - Frente País Solidário
 FUA- Federação Universitária Argentina
 INDEC - Instituto Nacional de Estatísticas e Censos
 INSSJYP - Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas
 MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
 MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social
 MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
 MPN – Movimento Popular Neuquino
 MST- Movimento Sem Terra
 MTA - Movimento dos Trabalhadores Argentinos
 ONGs – Organizações Não Governamentais
 PAIS - Política Aberta para a Integridade social
 PAMI – Programa de Assistência Médica Integral
 PEA - População Economicamente Ativa
 PMO - Prestação Médica Obrigatória
 PNUD – Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PO- Partido Operário
 PTP- Partido do Trabalho e do Povo
 PUC/ SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 PYMES - Pequenas e Médias Empresas
 SEJUN - Sindicato de Empregados Judiciários de Neuquén
 SIEMPRO - Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais
 SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
 SPU - Secretaria de Políticas Universitárias
 TS – Trabalhadores Sociais.
 UBA – Universidade Nacional de Buenos Aires
 UCISS - União Católica Internacional de Serviço Social
 UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.
 UNAM - Universidade Nacional Autônoma de México
 UNASUR- União de Nações Sul-americanas
 UNCO – Universidade Nacional de Comahue
 UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
 YPF - Jazimentos Petrolíferos Fiscais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I:

O CONTEXTO SOCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO DA ARGENTINA E DA PROVÍNCIA DE NEUQUÉN SOBRE AS REFORMAS NEOLIBERAIS: TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS.....	19
---	-----------

1.1. As ‘contrarreformas’ do Estado argentino na política social e no trabalho.....	19
1.2. As formas de resistência e lutas da classe trabalhadora e as mudanças nas organizações sindicais e sociais.....	36
1.3. As ações políticas de associação da classe trabalhadora: determinantes das práticas políticas profissionais dos Trabalhadores Sociais.....	43
1.4. A inserção política dos Trabalhadores Sociais nas lutas da classe trabalhadora....	52

CAPÍTULO II:

AS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	57
---	-----------

2.1. Traços principais da origem e institucionalização da profissão na Argentina e Neuquén.....	57
2.2. As transformações da educação universitária, suas incidências na formação profissional de Trabalho Social e as contradições com os princípios da reforma universitária de 1918.....	61
2.3. Os deslocamentos no campo sócio-ocupacional do Trabalho Social e nas práticas profissionais.....	66

CAPÍTULO III:**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES SOCIAIS.....69**

3.1. A organização política latino-americana e o desenvolvimento das entidades representativas nacionais da Argentina.....69

3.2. A criação das organizações representativas dos profissionais de Trabalho Social: nascimento dos Colégios Profissionais.....87

3.3. A precarização das condições de trabalho e as bandeiras de luta da organização política profissional.....94

CAPÍTULO IV:**POLÊMICAS E DESAFIOS TEÓRICO-POLÍTICOS DA PROFISSÃO NO SEIO DO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA.....100**

4.1. A legislação e os eventos profissionais: instâncias de legitimação profissional e de reafirmação da organização política.....100

4.2. Os debates teórico-metodológicos da profissão e as influências profissionais do Brasil e da tradição crítica.....108

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114

BIBLIOGRAFIA.....120

INTRODUÇÃO

... “El que quiera luchar hoy contra la mentira y la ignorancia y escribir la verdad tendrá que vencer por lo menos cinco dificultades. Tendrá que tener el valor de escribir la verdad aunque se la desfigure por doquier; la inteligencia necesaria para descubrirla; el arte de hacerla manejable como un arma; el discernimiento indispensable para difundirla”...

Bertold Brecht, 1934

O presente trabalho tem como objetivo discutir e evidenciar o desenvolvimento do protagonismo dos Trabalhadores Sociais (TS)¹ da Argentina e particularmente da Província² de Neuquén³, na construção e reativação de suas organizações profissionais, tanto na esfera do exercício profissional como no âmbito acadêmico, no período de aguda crise sócio-política argentina. Nossa análise se situa no período entre os anos 2000 a 2005, caracterizado pela acentuação da luta de classes e demarcado por momentos de degradação das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e também de tensionamentos entre as relações sociais com o Estado e as próprias organizações políticas da classe trabalhadora.

Esse protagonismo se evidencia no processo sócio-histórico da dinâmica contraditória de fundação e sustentação destas organizações; e fundamentalmente, nos enfrentamentos às políticas ‘contrarreformistas’ do Estado argentino e da Província de Neuquén, que afetaram profundamente as condições materiais de trabalho e as práticas profissionais. Nesse movimento de protagonismo, revelam-se as decisões nas práticas políticas profissionais; as contradições, marchas e contramarchas, e continuidades e desconexões de uma profissão, que essencialmente é assalariada, mas que lhe é atribuída o caráter de sustentadora da ordem social dominante.

¹ Denominaremos com a sigla (TS) aos Trabalhadores Sociais na Argentina, e corresponde a igual denominação de Assistentes Sociais no Brasil.

² A denominação de províncias na Argentina é igual ao termo dos “estados” no Brasil.

³ A província de Neuquén, pertence ao Norte da Patagônia Argentina.

Marx e Engels, nas Teses sobre Feuerbach (1973) nos antecipam que “a observação empírica tem necessariamente que pôr em relevo para cada caso concreto, empiricamente sem mistificação ou especulação alguma, o nexos da organização política e social com a produção”.

Esta consideração teórica materialista nos levou a precisar que a época que transitamos está caracterizada por uma excepcional crise social e política do sistema capitalista. Os processos de descentralização, privatizações e terceirização do Estado argentino, é uma manifestação da contradição do capital/trabalho em sua mais acabada expressão.

Nosso ponto de partida para estudar esta temática do processo sócio-histórico de construção da organização política dos TS argentinos é o materialismo histórico-dialético, por ser o método que nos permite compreender o conhecimento da sociedade capitalista para a transformação social, ou seja, nesse conhecimento onde “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” como nos diz Marx em seu prólogo de “O Capital”.

Mas este ponto de partida e esta concepção da história e da sociedade capitalista, não são recentes. É parte de minha trajetória - desde a época de estudante universitária- como profissional; docente e militante sindical e de esquerda. Este meu posicionamento levou-me a participar do movimento de debates no coletivo profissional de Trabalho Social, e a participação na construção de Colégio Profissional de Serviço Social da Província de Neuquén (CPSSNQN), defendendo a posição da sindicalização. Esta minha integração e meu vínculo de articulação, no entanto, não resultou um processo facilitador para o desenvolvimento desta pesquisa.

A decisão e o percurso da pesquisa se converteram numa permanente fonte de interrogações, inquietações, reflexões, indagando as categorias do real e os nexos sócio-históricos com o processo de devastação social pelo Estado argentino e as lutas e resistências do proletariado deste país.

Nosso interesse nesta temática - ao estudar Mestrado em Serviço Social na UFPE no Recife (Brasil)- partiu originalmente, dos processos de privatização das políticas sociais e a precarização do trabalho na Argentina. Mas, com os diálogos no Mestrado e a visível

circulação de bibliografia este tema se convertia numa questão nada apaixonada. Então, começaram outras perguntas: de que modo as privatizações e precarizações, que demonstravam sua natureza de ‘contrarreformas’, tinham impactado na profissão de Trabalho Social? Essas ‘frustrações’ no âmbito do trabalho muitas vezes expressas pelos TS indicavam um profundo processo de dismantelamento social e as contradições colocadas pelos TS acerca de se são trabalhadores assalariados ou profissionais. Quais formas de enfrentamentos a esses processos de dismantelamento das políticas sociais e o espaço sócio-ocupacional adotaram os TS? Esse período de crise expressava alguma articulação das respostas dos TS com as demandas e os interesses da classe trabalhadora? A reflexão que norteou este trabalho baseava-se, em questionar se no quadro de contradições desse período de crise sócio-política, a organização política dos TS da Argentina dava possibilidade de articulação com os interesses da classe trabalhadora, num processo de continuidades e rupturas.

A interrogação levou a refletir que os enfrentamentos das políticas ‘contrarreformistas’ do Estado não são individuais, - ainda que existam-, são coletivas e remetem às ações políticas profissionais. Nessa relação contraditória, de embates com o Estado, existe, no outro pólo da relação, uma organização profissional que se mobiliza, discute, exercita ações, delibera diante destes processos. E estas discussões e debates e as formas de organização que têm-se dado, não estão à margem do movimento de resistências e lutas da classe trabalhadora. Nosso pressuposto então era que as contradições postas pela crise que afetam os trabalhadores da Argentina possibilitaram o processo de organização sociopolítica dos TS com possibilidade destes darem respostas efetivas e contribuir para o processo de organização de classe.

Ao interesse promovido pela temática em questão anexou-se uma preocupação central no estudo, a de que as aproximações de análise teórico-histórica conformassem uma produção de conhecimentos para os TS da Argentina e Neuquén, na perspectiva de contribuir para a compreensão de que os TS são sujeitos políticos nesta sociedade de classes. O que significa apropriar-se da dimensão histórica – política, de forma crítica, compreendendo tal dimensão no interior de uma prática profissional desenvolvida por trabalhadores assalariados, portanto, sujeito a determinações dos processos sociais.

Daí a relevância de nosso estudo. Relevância para a compreensão das ações políticas e das bandeiras de reivindicações no processo de construção das organizações

profissionais dos Trabalhadores Sociais. Consideramos que nosso estudo não tem antecedentes nesta ordem do pensamento crítico na Argentina. Também foi em decorrência destes interesses, preocupação e relevância que estas questões foram transformando-se numa história de pesquisa apaixonante.

Portanto, nosso objetivo foi analisar os determinantes sócio-históricos da organização política dos TS em Neuquén e Argentina no contexto das ‘contrarreformas’ do Estado nacional e provincial e sua articulação com as lutas mais gerais dos trabalhadores. Para isso, propusemos conhecer as estratégias de ação nas práticas políticas profissionais, as bandeiras reivindicativas articuladas aos interesses dos trabalhadores e os aportes teórico-metodológicos que sustentaram as resistências no enfrentamento das ‘contrarreformas’.

No mergulho do caminho investigativo, adotamos a abordagem da pesquisa de tipo historiográfica – documental a partir de fontes bibliográficas e fontes secundárias: os documentos. Para esta perspectiva historiográfico-documental nos apoiamos nas definições de Ianni⁴ (1986), ao explicar que a “dimensão presente/passado é passado/presente, no entanto, o passado é responsável pela constituição do presente e este presente não é cronologia. E, há passados que são determinantes constitutivos e passados que ficam irrelevantes. Trata-se de uma perspectiva de visão globalizante, da visão integrativa da realidade social, a historicidade do social”. Por outra parte, a observação documental nos informou acerca das manifestações que registraram os fenômenos e as idéias elaboradas nos documentos (RICHARDSON, 2009). Portanto, o caminho metodológico permitiu desenvolver as reflexões para desocultar as tendências e as contradições que imperam no movimento da construção da organização política profissional. Por isso, sendo a “totalidade” uma indicação metodológica e de rigorosidade científica, pode-se compreender que os homens façam sua história em condições que herdam de gerações passadas e são as circunstâncias de seu passado (RIEZNIK, 2009). E continuamos com Marx e Engels (1973) ao traçar que “não se trata de um “tempo cumprido”, senão do que ocorre nesse tempo”.

Desse modo, no percurso da pesquisa nos encontramos com uma vasta produção argentina – presente e passado - de trabalhos profissionais e acadêmicos, apresentados em

⁴ IANNI, Otávio. “*A construção da categoria*”. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Transcrição de aula inaugural ministrada no Curso de Pós-Graduação em Ciências (1º sem/1986). Acesso deste registro na Disciplina “Seminário da Dissertação” 1º Sem/2009, ME- UFPE, Br.

Congressos, Jornadas e Revistas, entre outros. Pela diversificação das áreas de conhecimento, da educação, das políticas sociais e de outras profissões, igualmente, mostra uma presença importante da produção dos TS. Artigos diversos de pesquisas, sistematizações de experiências, de processos históricos, articulações acadêmico-profissionais, de análises teórico-metodológicas e de reflexões teórico-políticas, etc. A produção está dispersa, com escassa circulação. Diríamos que não é conhecida coletivamente pelos TS de todo o país.

O Congresso Nacional de FAAPSS, do ano 2007, apresenta um eixo de debate e trabalhos profissionais sobre as organizações profissionais, com artigos da província de Tucuman e de Santiago del Estero. Apesar da trajetória das organizações profissionais da categoria de Trabalho Social na Argentina, identifica-se a ausência de reunir de forma unitária e nacional a produção acadêmica e profissional. Os tempos, reflexões e esforços profissionais atravessadas pelas condições precarizadas encontra-se dispersos, além de que, as instituições ajudam a esquecer essa produção profissional. Esta situação está determinada também pelo esvaziamento e desmantelamento educacional e os recortes orçamentários que colocam os organismos públicos e à vida universitária numa situação colapsada socialmente para a sociedade argentina. Nas universidades não existe difusão desta produção em geral, nem de Informes Finais/ teses de graduação e/ou pós-graduação. Por outra parte, também está muito atrasado o âmbito informatizado, com escassa atualização das webs-site.

Nesta rica produção tivemos enorme quantidade de material disponível e lido para o estudo da temática, e, portanto, fizemos a seleção e recuperação de artigos de profissionais de Trabalho Social publicados em Congressos, teses doutorais e de mestrado de colegas argentinos formados no Brasil e vinculados à interlocução com a teoria marxista. Ademais, documentos acadêmicos estudantis, de professores e profissionais; assim também, como a legislação das entidades de representação do coletivo profissional da Argentina e Neuquén. Entre os autores argentinos que nos subsidiaram, destacamos a Andrea Oliva, Virginia Siede, Fiorella Cademartori, Gustavo Parra, Margarita Rozas, Olga Paez e Gustavo Repetti. Apesar de tudo isto, há inexistência de bibliografia e estudos profissionais específicos, na Argentina e Neuquén, que aborde e análise a temática desenvolvida nesta dissertação. Neste sentido, foram norteadores as teses doutorais sobre a organização política dos Assistentes Sociais do Brasil, de Bia Abramides, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Sâmya Rodrigues Ramos, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Em relação às fontes bibliográficas, resgatamos a produção do conhecimento em relação à experiência organizativa da profissão; e a luta teórico-política, contra o conservadorismo profissional de nossos colegas do Brasil. De José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Barata Teixeira, Ana Elizabete Mota, Elaine Behring e Ivanete Boschetti, etc. Estes autores tem-nos contribuído com o caudal de aportes teórico-metodológicos e acúmulo histórico-político que possibilitou o apoio para a compreensão da gênese da profissão, o papel do profissional na sociedade de classes; as condições crescentes de pauperização profissional, e as lutas pela organização categorial como expressões da classe trabalhadora. Foram importantes as contribuições teóricas da região Comahue e de historiadores e economistas argentinos de orientação crítica e marxista.

Na análise de documentos e outros artigos, ressaltamos os trabalhos acadêmicos dos estudantes da Cátedra Paralela de “Seminário de Serviço Social com Residência Institucional” de Trabalho Social da Universidade Nacional de Comahue (UNCo) realizados no CPSSNQN. E ao mesmo tempo, nossa produção de artigos publicados em Congressos contribuiu como um material substantivo para reflexão e confronto com trabalhos e os conhecimentos apropriados nas disciplinas da Pós-Graduação em Serviço Social.

E por último, os clássicos do materialismo histórico-dialético, desde Marx e Engels até Lênin, Trotsky e Luxemburgo nos orientaram teoricamente para desvelar, as múltiplas determinações sócio-históricas através das categorias que desocultamos para a compreensão do movimento real da necessidade de associação dos trabalhadores, as polêmicas históricas no seio da organização política da classe trabalhadora e a produção da consciência de classe. Quer dizer, o movimento da construção e reconstrução das organizações profissionais da Argentina e Neuquén nos evidencia uma configuração em termos de processo sócio-histórico.

Não obstante, queremos constar neste trabalho, que esta produção é uma aproximação sócio-histórica e teórica-política para a profissão de Trabalho Social. Em outro sentido, advertimos - para não ser reiterativa ao longo do trabalho-, que nosso trabalho reúne nossa tradução de espanhol ao português do Brasil de muitas citações bibliográficas; e em outras, temos deixado as citações textuais em espanhol com fins compreensivos. Assim mesmo visitamos inúmeras webs-site, blog-spots, grupos virtuais, revistas eletrônicas, etc. de Trabalho Social.

Temos assim, que na Argentina, ao falar das ‘organizações profissionais ou gremiais’ estamos nos referindo a categoria da organização política de classe, - por estar inserida nesta sociedade capitalista de classes sociais antagônicas-, que é uma dimensão política, o âmbito organizativo dos interesses coletivos da classe trabalhadora. Portanto, a categoria profissional pode expressar sua ação estratégica numa direção sócio-política profissional, na medida da construção do próprio projeto profissional, ancorado no processo de lutas dos trabalhadores.

A organização política é mediada pelas práticas políticas profissionais, que são práticas políticas da classe trabalhadora, ao identificar a profissão de Trabalho Social na lógica societal capital/trabalho, como uma profissão assalariada. E são estas práticas, ações políticas dos TS que tem conduzido para criar, legitimar, reativar, reconstruir e sustentar suas entidades representativas. No estudo, ressalta-se as categorias: Organização Política; Trabalho Social; ‘contrarreformas’ do Estado e classes sociais.

Deste modo, a dissertação se estrutura em quatro capítulos. Partindo da tradição marxista, no capítulo I, compreende-se traços sócio-históricos do processo de reestruturações estatais nas políticas sociais e no trabalho com as ‘contrarreformas’ do Estado nacional da Argentina e da Província de Neuquén. As incidências destas nas transformações ocorridas nas organizações sindicais e sociais e as formas de resistências e lutas da classe trabalhadora de enfrentamentos a essas ‘contrarreformas’. E nesta relação, na estratégia de associação dos trabalhadores, suas ações determinam as práticas políticas dos TS e viabilizam sua inserção nas lutas dos trabalhadores, no contexto da crise sócio-política do capitalismo. No capítulo II, aborda-se a gênese e institucionalização da profissão e o processo das mudanças na educação universitária, suas influências na formação profissional e os impactos provocados nos deslocamentos do campo sócio-ocupacional e nas práticas da profissão a partir das ‘contrarreformas’ educativas. No capítulo III, analisa-se especificamente a construção sócio-histórica da organização política da categoria de Trabalho Social no contexto latino-americano e de crise social e política e o desenvolvimento de criação dos Colégios Profissionais, como entidades representativas de Trabalho Social. Nesse processo, as condições de precarização de trabalho profissional e as bandeiras reivindicativas e de luta da categoria dos TS. E no capítulo IV, trata-se no contexto da crise capitalista, das polêmicas e desafios teóricos - políticos da profissão a partir das formas de legitimação profissional, os confrontos dos posicionamentos teórico-metodológicos e as influências da tradição crítica.

Finalmente nas considerações finais, reflete-se sobre algumas aproximações das determinações, das inflexões e os desafios presentes para a organização política dos Trabalhadores Sociais da Argentina e da Província de Neuquén.

CAPÍTULO I:

O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO DA ARGENTINA E DA PROVÍNCIA DE NEUQUÉN SOBRE AS REFORMAS “NEOLIBERAIS”: TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Neste capítulo, aborda-se a trajetória das reformas ‘neoliberais’ da Argentina e da Província de Neuquén, resultante da crise geral do capitalismo. Neste contexto, a Argentina apresenta uma produção econômica estagnada no contexto mundial de exigências do capital de aumento da exploração social, reestruturações e degradação geral da vida dos trabalhadores. As metamorfoses afetaram o âmbito das políticas sociais, as condições de trabalho, os direitos, as empresas e organismos públicos estatais. Essas reformas eram ‘contrarreformas’ que colocaram a classe trabalhadora argentina e de Neuquén na situação social e política de renovar as estratégias de resistências e lutas no enfrentamento das políticas de destruição social e de trabalho. As ações políticas dos trabalhadores nas organizações sindicais, políticas e sociais são determinadas pela luta de classes, condicionando a inscrição dos profissionais de Trabalho Social na vinculação com os processos de luta gerais dos trabalhadores.

1.1. As ‘contrarreformas’ do Estado argentino na política social e no trabalho

Para entender como o país chegou a uma crise social, econômica e política de inaudita magnitude e compreender as mutações profissionais na formação, no exercício e nas próprias organizações, é fundamental assinalar que a partir de 1989, o governo de Carlos Menem deu curso a uma completa “reforma estrutural de Estado” e da sociedade argentina. Sua tática eleitoral para a população argentina, especificamente para o proletariado, foi a

“revolução produtiva” e o “salariado”⁵, resultando numa estratégia sócio-política de “inferno social” vivenciada pelo conjunto societário.

Depois de uma década de governo “menemista”⁶ com dois mandatos presidenciais de Carlos Saúl Menem (1989-1999), através das eleições nacionais, assumiu o governo Fernando De La Rúa (1999)⁷, quem intensifica as desigualdades sociais e a completa imbricação ao capital internacional. Todos os âmbitos nacionais, provinciais e mundiais, expressavam o agravamento da crise argentina: “Argentina, o terceiro maior devedor do FMI, encontra-se negociando para reestruturar sua dívida, sobre a que se declarou em cessação de pagamentos em janeiro de 2002, em meio a pior crise econômica de sua história, que gerou níveis históricos de pobreza”⁸.

O agravamento desta crise histórica argentina, manifesta-se antecipadamente na Província de Neuquén⁹ por ser a região norte - patagônica de maior abundância das reservas

⁵ Segundo Carlos Menem, a “revolução produtiva” e o “salariado” eram “revolucionar a nação para colocar-se no primeiro mundo”. Romero, Luis Alberto (2009) diz “Na campanha eleitoral prometeu o “salariado” a “revolução produtiva”, segundo o mais tradicional estilo peronista, esse que procuravam modificar os “renovadores” (do peronismo). Em soma, com ele (Menem) parecia retornar ao velho peronismo. Rapidamente sacrificou boa parte da bagagem ideológica e discursiva do peronismo, Menem foi fiel ao mais essencial deste: o pragmatismo. Num giro copernicano, declarou-se partidário da ‘economia popular de mercado’, abjurou do ‘estatismo’, alagou a ‘abertura’, proclamou a necessidade e bondade das privatizações e se burlou de quem havia-se ficado no ano 1945” (p. 271).

⁶ O “menemismo” é a denominação popularizada para caracterizar o período da dramática vida socioeconômica e política argentina. Integrante do ‘peronismo’. O Peronismo é o movimento político, criado por Juan Domingo Perón ao fundar na década de 1940 o Partido Laborista e depois mudado como “Partido Justicialista”. O ‘peronismo’ compreende-se desde metade da década de 1940 até a atualidade. No ínterim, foi interrompido pelo movimento reacionário, denominada “Libertadora” que destituiu a Juan Domingo Perón na década de 1950 e mais tarde, em 1976 com a ditadura de Videla. Com a chegada de Perón desde o exílio (Espanha) em 1973, o “Partido Justicialista”, continua até hoje com diversos agenciamentos e fragmentações, sendo a atual presidente da nação Cristina Fernandez de Kirchner deste agrupamento nacional.

⁷ Resultado da aliança do Partido Radical (conhecido como ‘radicalismo’) e diferentes setores políticos agrupados no FREPASO “Frente País Solidário”. Este se havia formado por uma agrupação de partidos políticos que reuniu em 1994 a “Frente Grande, o partido ‘PAIS’ (Política Aberta para a Integridade social), e a Unidade ‘socialista’ integrada pelo partido Socialista Popular, partido Democrata-Cristão e partido Socialista Democrático.

⁸ Agencia Reuters 2004 “Argentina abre puerta solución negociación deuda: FMI” (Noticias actualidad Sept. 2004).

⁹ Neuquén era território nacional até 1955, quando foi declarada Província. Em 1957 a Convenção Constituinte promulga a Constituição Provincial. Foi governada por militares até 1958, até ser eleito Governador Angel Edelman e Alfredo Azmar. Em 1963, funda-se o Movimento Popular Neuquino (MPN) com a direção de Felipe Sapag (falecido recentemente em Março 2010) a partir do desprendimento do peronismo. Partido político que governa dita província até hoje (quase 50 anos) tanto em épocas das ditaduras militares como democráticas. Em 1971 cria-se a Universidade Nacional de Comahue (UNCO) e ao ano seguinte, o COPADE (Centro de

de petróleo e gás, em uma extensão de 26.000 km², que representam 44% do total da produção da Argentina, tendo em conta que 28% desta produção se processam na região de Rincón dos Sauces. A produção de petróleo e gás, de eletricidade das represas hidroelétricas e a fruticultura formam a fonte de riquezas e exportações da província. Em torno aos Jazimentos Petrolíferos Fiscais (YPF) organizaram-se então às “comarcas petroleiras” (às cidades de Plaza Huincul - Cutral-Có e Rincón dos Sauces). Os movimentos migratórios de países vizinhos (Chile, Bolívia), inter – provincial e intra – provincial da região Comahue (que agrupa a Província de Rio Negro) tem sido e é um processo constante e crescente até a atualidade.

Nos anos precedentes o Estado de Neuquén, desenvolveu a incorporação massiva de trabalhadores aos processos produtivos – extrativos e nos serviços públicos de saúde, educação e programas habitacionais,

A política petroleira aplicada pelo processo militar volta a ter como protagonistas às empresas privadas; as multinacionais Esso e Schell concentram-se na plataforma continental e as privadas nacionais (Pérez Companc, Astra, Bidas, Plus Petrol) em áreas terrestres. O advento da democracia em 1983 aprofunda este processo com o lançamento dos planos Houston (1985) e Olivos (1987) que oferecem áreas para o exame e exploração da área petroleira. Neuquén, nesta ordem, ingressa através de YPF com 23% da produção e 42% das reservas, as mais elevadas dentro do território nacional (FAVARO; BUCCIARELLI, 2001, p.135).

Os governos de Jorge Sobisch (1991-1995 – linha interna “branca”) e de Felipe Sapag (1995-1999 - linha interna “amarela”) do Movimento Popular Neuquino (MPN) estavam plenamente inseridos nesta crise e nas políticas de “ajuste estrutural”. Ressalte-se que em plena convulsão social, o governo de Jorge Sobisch renovava os contratos da área de recursos não renováveis: petróleo e gás, para a multinacional Repsol, que já dominava esta área, desde o ano 1990, por meio da privatização nacional.

Planificação do Desenvolvimento) e o Banco Provincial. Reorganizam e criam-se sindicatos pela luta por salários atrasados, a jornada das 8 horas, as condições de seguridade e saúde trabalhista. A província Neuquina conta com um território de 94.078 km². Nos anos de 1970 contava com uma população de 154.570 habitantes e o Departamento Confluência (inclui Neuquén Capital) com 80.703 habitantes. Hoje, a população é de 474.155 habitantes, concentrando só o departamento mencionado com 66,4% da população, de 314.793 habitantes (Censo 2001, dados definitivos, Dirección de Estadísticas e Censos da Província de Neuquén).

Jorge Sobisch posteriormente reeleito por dois mandatos (1999- 2003/ 2003-2007¹⁰) transformara as relações socioeconômicas e políticas com o Estado no aprofundamento dos compromissos com o movimento do capital financeiro, a partir dos empréstimos internacionais, endividamento provincial e o reforçamento de uma estrutura de “ponteiros políticos”¹¹ na esfera do MPN. A economia de “enclave”¹² da Província de Neuquén expressava a extinção de uma estratégia ‘nacional - populista’ sustentada nos termos do “federalismo”¹³ pelo MPN, pela vinculação da inserção na financeirização nacional e internacional. Petruccelli (2005) afirma “para o empresariado neuquino realmente existente, exercer o controle do Estado tem sido e é uma questão decisiva: em Neuquén, os políticos são empresários e os empresários são políticos” (p.18).

Nestas vinculações com o movimento do capital mundial centralmente, organizadas pelos governos de Carlos Menem e após Fernando de la Rúa, materializavam as “reformas estruturais de Estado” acentuando a crise histórica social, econômica e política da Argentina, de forma nunca antes conhecida pela sociedade.

À diferença de outros países da América Latina - onde a produção e as empresas estratégicas do Estado não passaram 100% às mãos privadas-; no país, o conjunto das empresas estatais foi incorporado à política de privatizações e se prepararam as condições políticas, sociais e sindicais para a “venda” – podemos dizer “remate”- destas empresas: YPF (Jazimentos Petrolíferos Fiscais), ENTEL (Empresa Nacional de Telecomunicações), Ferrocarril Argentinos, Aero - linhas Argentinas, ENCOTEL (Empresa Nacional de Correios e Telecomunicações), Gás do Estado, etc. A passagem das empresas estatais a mãos privadas, de corporações internacionais, implicou desemprego em massa e a desarticulação das

¹⁰ O final do governo de Jorge Sobisch foi com a greve dos trabalhadores da educação de Neuquén, ordenando a repressão aos ‘piquetes’ de docentes e o assassinato de Carlos Fuentealba (04 de Abril de 2007).

¹¹ A expressão de “ponteiros políticos” faz referência àquela estrutura de “clientela política”, organizada pelos partidos políticos do poder de Estado nacional e provincial, que tem como propósito aglutinar, coordenar, e submeter a setores de trabalhadores dos bairros aos objetivos políticos desses partidos com recursos materiais (da assistência social) em troca dos votos eleitorais e impedir toda mobilização genuína da população por suas necessidades sociais.

¹² “Economia de enclave”: a economia vinculada aos recursos da geografia da região e analisada fora do contexto das relações econômico-financeiras mais gerais, de ordem internacional; como se fosse uma economia independente e de desenvolvimento próprio.

¹³ Apelo populista de defesa ao nacionalismo provincial.

organizações sindicais, agora muitas destas, com menos afiliados de trabalhadores ativos e desempregados.

Muitos deles com suas indenizações por demissões - financiadas com fundos do Banco Mundial (BM) - formaram pequenos empreendimentos “empresários”, chamados PYMES (Pequenas e Medianas Empresas). Em 1994, segundo dados do Censo Econômico Nacional existiam 890.000 PYMES. Formou-se uma base socioeconômica para as grandes corporações - sobre o mecanismo da terceirização-, para subcontratação de pequenas empresas e transferência e substituição das condições estáveis dos trabalhadores a condições precarizadas de trabalho, sem coberturas e sem proteções sociais.

Tal conjuntura desenvolve-se na continuidade da inflação e hiperinflação nacional traduzindo um processo de confiscação dos ingressos dos trabalhadores a favor dos capitalistas fora do âmbito da produção que,

Acontecem na aguda exacerbação da luta de classes e é um instrumento da burguesia para desmoralizar a classe trabalhadora, debilitar os sindicatos e esterilizar as reivindicações sociais. A hiperinflação é o resultado do endividamento interno, de salvamentos bancários, tolerância à evasão fiscal e subvenções a grandes corporações (KATZ, 1993, p. 65-84).

Essas transformações gerais, aliadas às privatizações que beneficiaram as empresas multinacionais davam-se, ademais, no âmbito da esfera estatal, principalmente nas políticas sociais e no trabalho, com as inumeráveis legislações e “decretos de necessidade e urgência” do Estado argentino que concretizaram a terceirização, desregulação, descentralização e regionalização a partir das “contrarreformas”.

Pode-se apreciar o quadro das transformações sociais:

<u>ARGENTINA:</u> MUDANÇAS PELAS CONTRARREFORMAS ESTATAIS: NO TRABALHO E ÁREAS DA POLÍTICA SOCIAL		
REDUÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
CONDIÇÕES TRABALHO	SAÚDE	SEGURIDADE SOCIAL
1) Escalas salariais: fragmentações e novas escalas de salários. 2) Convênios coletivos de trabalho: de ramo de atividade a convênios por empresa ou setor estatal 3) Estabilidade trabalhista por “estagiários”, “bolsistas”, contratos de “prestação de serviços”, “locação de obra”, “monotributistas”. 4) Demissões por “retiros voluntários” e “aposentadoria antecipada”. 5) Legislação de proteção aos acidentes de trabalho: privatização com a criação das ART (Administradoras de Riscos de Trabalho). - Diminuição do valor das indenizações. - Diminuição da porcentagem de incapacidade do trabalho por acidente.	1) Criou - se os seguros privados de saúde, denominado: sistema de ‘pré-pagas’. 2) Hospitais públicos nacionais: descentralização aos municípios. - “Autogestão hospitalaria” pelo Programa de reconversão dos hospitais públicos financiado pelo Banco Mundial. 3) O Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSJYP), - modelo latino-americano de assistência médica integral – Programa Assistência Médica Integral (PAMI): perda de autonomia pela intervenção do Estado na direção social e política do PAMI. Organismo dependente da ANSES (Administração Nacional da Seguridade Social). 4) Funcionamento de PAMI por orçamento anual nacional, ao passar a ANSES e receber a porcentagem dos aportes dos trabalhadores ativos pela Lei Nº 19.032 que eram destinados de forma direta a PAMI. 5) Incorporação do PMO (Programa Médico Obrigatório) na saúde estatal, privada e obras sociais. - Eliminação da cobertura médica universal e integral e substituição por assistências diferenciadas.	1) Sistema de Obras Sociais Sindicais: * aumento dos aportes do salário dos trabalhadores. * Redução de contribuições patronal e estatal * Diminuição de serviços médico - assistenciais das Obras Sociais (no caso de Policlinicas próprias: fechamento ou passe aos capitais privados). * Programa de reconversão do sistema de obras sociais sindicais, financiado pelo Banco Mundial. 2) Sistema de Aposentadoria estatal e público: privatização com a criação das AFJPs (Administradoras de Fundos de Aposentadoria e Pensões). 4) Aumento dos aportes e a idade dos trabalhadores (mulheres aos 60 anos e homens aos 65 anos) 5) Redução das contribuições patronais e estatais para aposentadorias. 6) Congelamento das remunerações das aposentadorias e pensões.

Desde 1989 até 2002, aprovaram várias Leis de “Reforma do Estado” que foram a “mãe” de outras tantas legislações para cada área da política social e do trabalho. Em 1989, a Lei de “Reforma do Estado” Nº 23.696, que autorizava a privatização das empresas públicas estatais, participação do capital estrangeiro, o “regime da propriedade participada”, declaração de emergência com decretos de “necessidade e urgência”, transferências de organismos da nação às províncias e convite de adesão às províncias. A burguesia e os partidos representantes do capital argumentavam a necessidade de “diminuir o Estado e fazer grande a nação”. Em 1996, a 2ª Lei Nº 24.629, da “Reforma do Estado” autorizava restrições orçamentárias, supressão, fusão e centralização dos organismos descentralizados e congelamento da quantidade de trabalhadores e salários. Em Janeiro de 2002, a Lei Nº 25.561 de “Emergência Pública e Reforma do Regime Cambiário” ratifica as anteriores e anula as resoluções judiciais que afetam ao Estado, apelando à Corte Suprema da Justiça da Nação.

Na década dos anos 1990 aprovaram-se variedade de Leis, de corte anti – operário; anti-sindical e social: “Nacional de Emprego” Nº 24.013 (1991), “Federal de Educação” (1993), “Educação Superior” (1995), “Aposentadoria Privada” (1994), “Riscos do Trabalho” (1995), “Asignações (benefícios) Familiares” (1997), “Reforma Laboral” Nº 25.250 (2000). Além da reforma da Constituição Nacional no ano 1994.

Neste contexto, o Estado fez uma reconversão dos programas sociais da política social. O governo de Fernando De La Rúa, no ano 2000, concentrou os 65 Programas Sociais Nacionais em 18 programas agrupados em sete áreas: alimentação, subsídios ao ingresso, moradia e infra-estrutura, saúde, capacitação, integração social e educação. O Ministério de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, a cargo de Graciela Fernández Meijide, assinalava dentro dos objetivos do Ministério, três grandes linhas estratégicas: descentralização das políticas sociais, reforma do sistema de distribuição dos recursos financeiros e econômicos entre a Nação e as províncias e a mobilização dos ‘setores sociais’. Sua argumentação era que esta mobilização dos ‘setores sociais’ devia se realizar em coordenação com as organizações da ‘sociedade civil’ – terceiro setor- para erigir-se em “partícipe ativo da administração do gasto social”.

Para produzir a descentralização dos programas sociais, o governo utilizou a estrutura criada no período “menemista”, denominado SIEMPRO (Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais) consistindo basicamente no controle

político dos “usuários” desses programas sociais. Criou o “Padrão Único de Beneficiários de Programa Sociais” em acordo com 15 províncias, com um resultado de 790.252 ‘beneficiários’¹⁴ mediante a Resolução Nº 1519/98 da Secretaria de Desenvolvimento Social do Ministério Social e Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, através da Resolução Nº 326 de 14 de Abril de 2000, criou o Conselho Consultivo da Política Social “integrado por personalidades do mundo acadêmico, religioso, organizações da sociedade civil, intermédias, meios de comunicação, entre outros” e “facultado para propor regulamentos, cumprimento de conteúdos, propor recomendações e assessorar sobre políticas e programas sociais, modalidades de articulação entre as áreas do Estado nacional, sugerir estratégias de colaboração entre o governo nacional, províncias e municípios, recomendar linhas de investigação, etc.”¹⁵.

Esta tendência do aprofundamento da descentralização foi acompanhada pelos Conselhos Participativos Locais para seguimento da gestão dos programas sociais, “garantindo eficácia e transparência”, integrada também por organizações da ‘sociedade civil’ (entidades religiosas, políticas, sindicais, empresariais, ONGs) e um Conselho Observador nacional com convite a participar aos organismos internacionais BID, BIRF, PNUD, UNESCO¹⁶.

As políticas de reestruturações estatais implementadas neste período influenciaram e pressionaram fortemente aos trabalhadores em geral e do Estado provincial, pois ao mesmo tempo concentrava as contradições entre esse “federalismo” do partido governante (MPN) na Província de Neuquén e as relações subordinadas à política nacional e o capital internacional. Foi Neuquén uma das principais províncias que não haviam aderido à política social nacional, já que a própria organização dos desempregados da província foi obtendo diversos planos sociais, até que o BIRD incorporou nas suas auditorias.

¹⁴ Boletim de SIEMPRO Nº3, Buenos Aires, Argentina. Noviembre 1999.

¹⁵ Foi presidido por Carlos Custer, deputado nacional da Aliança, Secretário de Assuntos Internacionais de ATE, e integrado por representantes de diversas organizações: Marta Baima de Borri, coordenadora das ONGs com o BM; Maria Rosa Segura de Martini, Vice-presidente do Movimento Ibero-americano do Terceiro Sector; Lic. Ricardo Gerardi, economista e vinculado à Federação Mundial da Juventude Católica, o Pastor Juan Schaad, da Igreja Evangélica, - entre outros-.

¹⁶ Boletim SIEMPRO Nº 3. Novembro de 1999.

Por outra parte, no âmbito da profissão na extensão universitária, a Universidade Nacional de Comahue, apoiou e financiou a

“execução de um projeto cujo resultado foi à elaboração de dois manuais que registraram e sistematizaram perto de 200 programas e/ou serviços que se executavam entre 1996-1998 nos três níveis do Estado (nacional; provincial e municipal). Seu objetivo era basicamente socializar a informação e desativar o desconhecimento entre os cidadãos e entre as diferentes organizações estatais, transformando-se num serviço permanente para a comunidade. Apesar das diversas gestões nunca se logrou ter o apoio necessário para manter esse serviço”¹⁷.

Os reordenamentos institucionais mais relevantes se produzem no Plano Social¹⁸ do Estado da Província de Neuquén, no ano 2003. Estabelece que a política social deve *‘ter capacidade estratégica de gestão’*, designar *‘gerentes capacitados nas lideranças’* para que *“os empregados possam apreender uma variedade de tarefas”*, pois *“a organização ingresa numa lógica de processo onde a flexibilidade desenvolve-se não porque imaginem estruturas mais flexíveis, senão porque as pessoas que estão dentro dessa estrutura voltam-se cada vez mais flexíveis”*. O texto *“El comportamiento intuitivo en la empresa”* de W. Agor serviu para os fundamentos teóricos no sentido de que, as *“tendências organizacionais indicam o desuso das monolíticas burocracias e as rígidas hierarquias”*¹⁹. Trata-se da assimilação das políticas sociais estatais ao funcionamento da empresa.

Este plano social guarda similitude com a diretriz nacional, organizada no Plano Social “O governo nos bairros”. Incluiu o Plano Provincial de Desenvolvimento Integral da Família e o Plano Provincial de Seguridad Alimentaria. O primeiro é centrado a “Crescer em Família” e o segundo indica “Comer e aprender”. Tenta *“acercar a gestão à comunidade”*, baseada na descentralização delimitada em quatro níveis²⁰. Deste modo, vários programas que

¹⁷ María Vaccarisi e Ana María Godoy, Ponencia “Reflexiones acerca de la imbricación Estado- Partidos Políticos” presentada en el II Congreso Argentino de Administración Pública, Sociedad, Gobierno y Administración Pública “Reconstruyendo la estatalidad: transición, instituciones y gobernabilidad”, 27 -29 de Noviembre de 2003, Córdoba, Argentina.

¹⁸ A descentralização dos programas sociais em quatro níveis de complexidade tem sofrido enormes mudanças institucionais e de ministros.

¹⁹ Definições do Documento oficial do Plano Social do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), 2004.

²⁰ Nivel 1: Admisión; Nivel 2: Ambulatorio; Nivel 3: Transitorio y Nivel 4: Permanente.

compunham a política social, ao descentralizar-se, recaíram no âmbito da Família, através das ONGs e associações civis, promovendo objetivos de *“aprender fazendo”*: *“a cozinhar”*, *“a fazer o alimento”*, à *“comensalidade caseira”*. A descentralização implicou a *“aplicação de um sistema de níveis de atendimento segundo complexidade, mediante adequados mecanismos de derivação”*²¹. A verdadeira assistência social das políticas sociais, da Província de Neuquén, descansa no aparato “clientelar” organizado pelo Estado para ser dirigido e administrado pela estrutura dos ‘ponteiros políticos’ do MPN.

a) Los CENTROS desarrollarán acciones PREVENTIVO-PROMOCIONALES que apunte a derivar los casos de mayor complejidad. Estará ubicada geográficamente cerca de los centros de salud para facilitar la articulación interinstitucional. Los PROGRAMAS del 1º nivel de atención: Centros de Día, Madres Cuidadoras, Apoyo económico para Tratamientos especiales, Acompañamiento domiciliario para tratamiento especial, Acompañamiento a tu vejez, Subsidio para alojamiento de ancianos, Fortalecimiento familiar, Seguimiento de las familias alternativas ubicadas en el radio geográfico, Asesoramiento e intervención en Protección de Derechos (ley 2302), Prevención, orientación, admisión y acompañamiento en crisis en casos de Violencia Familiar (ley 2212), Asesoramiento y difusión en Salud sexual y Reproductiva (Ley 2222), Dietas especiales para personas con necesidades diferentes, Inclusión de beneficiarios para el otorgamiento de elementos esenciales para su vivienda (chapas, colchones, etc.), Inclusión de personas con capacidades diferentes para el otorgamiento de elementos de rehabilitación (audífonos, anteojos, silla de ruedas, etc.), Complemento nutricional e inclusión en centros alimentarios, Inclusión de beneficiarios para bonos de gas y leña e Inclusión en el otorgamiento de módulos alimentarios.

b) Del 2do. Nivel de atención, implicará la realización de tratamientos ambulatorios específicos: individual o grupal a niños, adolescentes, familias, hombres y mujeres. También a familias biológicas de niños que han sido temporalmente separados de ellos. La población son las familias sobre las que se ha dispuesto medida de protección especial de las leyes 2302 y 2212. Con funciones en la reparación de los daños ocasionados por la vulneración de derechos, evitando la desintegración familiar. Incluirá abordaje interdisciplinario, tratamiento socioeducativo para familias incluidas en las UAF (**), tratamientos ambulatorios de jornada completa, articulación interinstitucionales (incluyendo Policía), articulación intra-institucional. Docencia e investigación, administración de recursos. Los equipos de este nivel incluyen: asistentes sociales, psicólogos, psicopedagogo, psicomotricista, operadores de familia y terapéuticos, acompañantes terapéuticos en tercera edad, personal de UAF, abogado y personal administrativo. Los programas que se aplicarán son: Servicio de Prevención y Tratamiento de la Violencia Familiar, Haciendo Camino, Libertad Asistida, Nuevo DIA, Centro Ambulatorio Terapéutico, Atención Domiciliaria a personas con capacidades diferentes, Restitución familiar, UAF, Centros Integrales.

c) Del 3º Nivel de atención: ejecuta la implementación de las medidas de protección especial de derechos a niños, adolescentes y adultos en carácter provisorio y excepcional hasta el reintegro a su grupo familiar de origen. Localizado en Neuquén Capital. Con funciones de dar albergue en forma transitoria a personas separados de su grupo natural de convivencia, en institución pública o privada o en familia alternativa. Las acciones con: ofrecer en forma transitoria y urgente alojamiento, alimentación, apoyo efectivo y psicológica y demás cuidados inherentes, articular con los niveles previos, coordinar y articular con instituciones privadas y ONG, acompañar y supervisar las distintas entidades que albergan a la población beneficiaria, conformar equipos interdisciplinarios, sistematizar e informar al Poder Judicial sobre el proceso en que se encuentra la situación atendida. El equipo será Asistente social, psicólogos, auxiliares técnicos (referente de circuito, operador de familia, agentes comunitarios, administrativos). Los PROGRAMAS son: hogares estatales de alojamiento transitorio de niños y adolescentes, Hogares privados con residencia transitoria, instituciones para tratamientos especiales (centros de rehabilitación de adicciones con modalidad residencial, instituciones psiquiátricas para situaciones de crisis con pronóstico ambulatorio, instituciones para personas con capacidades diferentes, Refugio 2212, Familias alternativas).

(**): Unidades de Acción Familiar.

²¹ Mecanismos de derivação institucional: trata-se dos níveis de complexidade que são dados as expressões da ‘questão social’, como antecipamos nos quatro níveis do “Plano Social” da Província de Neuquén.

A partir de 2002, considera-se que na Argentina começou o que pode denominar-se o “Plano Social do imperialismo”, dado que os organismos internacionais (BM, BID, Nações Unidas) exigiram uma auditoria própria sobre os 16 programas de assistência social executados na Argentina com créditos desses organismos. Em 29 de Janeiro de 2002, o governo de Eduardo Duhalde submeteu o Programa “Chefes e chefas de Lar” ao controle dos organismos financeiros internacionais. O BID destina 600 milhões de dólares a este Plano, mas em troca de que “no novo esquema de programas sociais um mínimo de 60% dos inscritos no plano devem comprometer-se a trabalhar” segundo o Jornal ‘Âmbito Financeiro’ de 8/11/2002. De acordo com o BM, trata-se de realizar a primeira experiência mundial em grande escala para assegurar ‘transparência’ e ‘eliminar as irregularidades’ no manejo dos planos sociais.

Com o governo de Nestor Kirchner, a partir do ano 2003, o Ministério de Desenvolvimento Social teve só três programas nacionais: Plano Alimentaria Nacional, com o Programa “A fome mais urgente”; o Plano de Desenvolvimento Local e Economia Social, com o Programa “Mãos à Obra” e o Plano “Famílias”.

Posteriormente, um crédito de 700 milhões de dólares do convênio do BID destinava-se para financiar a reconversão do programa Chefes e Chefas de Lar em Programa ‘Famílias’. No projeto oficial existiu o compromisso de organizar 7.000 cursos de capacitação em todo o país e mais de 3.000 oficinas²². O ‘beneficiário’ tem a possibilidade de “opção”. Este critério converteu-se em “obrigatório” para as famílias de desempregados, pois para acessar deviam comprovar com certificações de vacinação, assistência diária à escola e incorporados nas contrapartidas trabalhistas. Para acessar o valor de mais \$25 por cada filho, não se podia registrar mais de cinco filhos. Este último programa da política social argentina, desde o ano 2007, começou nas cidades selecionadas como “regiões pilotos”, pois o propósito do Estado era que o programa social se estendesse nacionalmente. Neste sentido,

O giro liberal também implica o reforçamento dos méritos para a proteção social: o mérito do trabalho para o acesso dos benefícios não se limitou às políticas de seguro, se não que agora se introduz no campo da assistência. E ainda não se trata de políticas contributivas, se obrigará a realizar contrapartidas trabalhistas aos beneficiários para merecer assistência. O desacoplamento crescente entre do vínculo

²² Diario La Nación, “Un final para el sistema que creó Duhalde”, 14 Febrero 2006.

seguridade trabalhista - seguridade social coloca em questão a especial construção dos direitos sociais na Argentina (...) (BRITOS, 2006, p. 97).

Podemos dizer que esse desmembramento entre a seguridade trabalhista – seguridade social foi a estratégia do Estado para enfrentar com os conhecidos programas sociais ‘focalizados’ a erradicação da pobreza. Esta agenda argentina, e também internacional, constitui, a partir do início do século XXI, um mecanismo de ‘reconversão da questão social’ (IVO, 2008).

Sendo a ‘questão social’ uma manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre burguesia e proletariado, e consolidada cada vez com maior intensidade no processo de pauperização relativa o Estado dá respostas à ‘questão social’ por meio das políticas sociais. Por isso, a questão do trabalho implica uma relação indissociável da ‘questão social’ (IANNI, 1992 *apud* IAMAMOTO, 2008) e torna-se uma questão mundial e não só nacional. A ‘questão social’ finalmente é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo e ela não se suprime com a conservação do regime do capital, ou seja, por ser específica da ordem burguesa.

Assim, alguns autores de Serviço Social, principalmente do Brasil, afirmam que as “reformas sociais” conformaram um núcleo primordial de respostas do capitalismo à ‘questão social’ na história do século XX,

Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar. Partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da idéia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p.149).

Os “ajustes estruturais do Estado” apresentados como “reformas do Estado” explicitam a prática política dos capitalistas na eliminação das conquistas sociais e políticas do proletariado e a colocação dos destinos da população em organizações da “sociedade civil”, na procura de reduzir as funções do Estado, tão defendida pelos precursores do fim do proletariado, por exemplo, os Prêmios “Novéis”. Trata-se essencialmente, de verdadeiras “contrarreformas do Estado”. Por isso o Estado, requererá criar “um ambiente propício à

implementação dessas proposições, diluindo as possíveis resistências” (ROSSETTI BEHRING, 2008, p. 198) para impor uma ofensiva sem precedentes contra a classe trabalhadora e o governo administre melhor os negócios da classe burguesa.

Não há dúvidas de que as economias nacionais, já não deterioradas, mais colapsadas, como a argentina, responderam a uma particularidade da crise financeira internacional. Os propósitos dos diversos “ajustes fiscais” para ‘sanear a economia’, expressaram a contundência das crises suscitadas nos países desenvolvidos –principalmente- pela super - acumulação de capitais, de produção no mercado mundial e diante às profundas reestruturações trabalhistas e sociais, onde a demanda de consumo tinha decrescido ostensivamente. Cada saída mundial do capitalismo na recomposição da taxa de lucros implicava de forma ascendente uma pior e mais catastrófica condição para a classe trabalhadora em geral: mais exploração, impostos, menos direitos, menos assistência e maior desemprego.

A gravidade, violência e aprofundamento da crise argentina evidenciaram uma nação quebrada e esvaziada economicamente; transformada integralmente no corpo das relações sociais e sua vida societária. Quer dizer, “em suma, tecnicamente falando, o país esteve governado por uma banda” (ROMERO, 2009, p. 280). O ‘estado de sitio’ decretado pelo governo de Fernando De La Rúa foi derrotado pela rebelião popular e o presidente obrigado a renunciar, ao grito popular “que se vaim todos”. Rebelião que coloca na sociedade argentina a síntese da luta de classes, num processo unificador das lutas e resistências do proletariado nacional. A partir desse momento, - 19 e 20 de Dezembro de 2001- passaram como chefes do Estado da nação argentina, fugazes e sucessivos presidentes²³, provenientes do peronismo.

O propósito do governo de Eduardo Duhalde era a reativação dos mecanismos da frágil democracia e a finalização dessa massiva mobilização popular. No entanto, esta reativação só era possível mediante uma recomposição da burguesia em aliança com o capital internacional sob novos endividamentos do FMI-BM-BID e apelação de enfrentamento com

²³ Ramón Puerta com 48 horas de mandato. É seguido por Adolfo Rodríguez Saa que assumiu em 23 de Dezembro e renunciou no dia 30 do mesmo mês. É substituído por Eduardo Caamaño por 48 horas. Ao renunciar assumiu a presidência Eduardo Duhalde em 02 de Janeiro de 2002.

programas sociais para atenuar a situação de insurgência popular. Entre 2001 a 2003, a quebra das empresas continuou com a ocupação das fábricas pelos trabalhadores em toda a nação.

Segundo o Jornal “La Nación” o número de quebras nos anos 2003 multiplicou-se por dois em relação ao ano anterior. Apresentaram-se 482 pedidos de quebra só nos Tribunais de Capital Federal e no mesmo território bonaerense se aprovaram umas 30 leis de expropriação de empresas (HELLER, 2004, p. 259-260).

Entre 1999 e 2003, o Ministério de Trabalho da Argentina informava sua assinatura de mais de 70 convênios trabalhistas setoriais, revalidando os rebaixamentos do salário em todo o país. No âmbito privado de trabalho, os ajustes foram mais por demissões de pessoal que por rebaixamentos salariais, embora estas não tivessem ausentes, segundo denuncia o Diário “Los Andes Económico”.²⁴

Na última década do século XX, a situação do desemprego e de subocupação na Argentina adquire níveis recordes históricos. A questão das privatizações e terceirizações transfigura completamente o mapa do mundo do trabalho, somado à precarização e flexibilização trabalhista. As reestruturações socioeconômicas implementadas pelos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan nos processos de trabalho e da economia, ao definir o aprofundamento da “iniciativa privada” e a “limitação da função do Estado”, expressavam a tendência à desvalorização da taxa de lucros do capital e a necessidade de intensificar a exploração social. O “modelo” denominado de “neoliberalismo” se disseminou no conjunto das relações societárias em nível mundial para abordar somente as conseqüências da crise.

Antunes (2001) ao caracterizar as formas de intensificação do capital, ressalta que o eixo de “Just in time” serviu para o aprofundamento da exploração do trabalho e co-ajuda no processo de exigências individualizadas do mercado. Facilitou o estabelecimento da montagem da dinâmica de “desespecialização e polivalência dos operários profissionais e qualificados, transformando-lhes em trabalhadores multifuncionais” (CORIAT, 1992, *apud* ANTUNES, 2001, p.38). Isto foi fundamental para que “se erguesse uma nova divisão internacional do trabalho e uma *economia mundial baseada na exploração da força de trabalho barata.*” (MARANHÃO *apud* MOTA, 2009, p.121).

²⁴ Diário “Los Andes Económico”, Artículo “Ingresos devaluados” del 14 Agosto 2001.

Assim, Antunes argumenta

Quanto mais aumenta a competitividade e a competência intercapitalista, mais nefastas são suas conseqüências, duas das quais são particularmente graves: a destruição e a precarização – sem parangone em toda a era moderna - da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2005, p.13).

E este processo de destruição e precarização do trabalho, na complexa vida societária argentina pós – ditadura , na década de 1990, identifica o marco central das decisões do Estado nas transferências estatais à ‘sociedade civil’. Incentivaram-se desde o governo comissões parlamentares, sociais e sindicais para monitorar o seguimento das transformações, com a expressa vigilância dos bancos credores internacionais. Estes se estabeleceram como conselheiros indiscutíveis do Estado e das províncias,

A popularidade destes organismos e personagens está associada a distintos momentos: enquanto os membros e delegações do FMI, do BM e do BID, se constituíram em presenças permanentes e vozes de autoridade, fundamentalmente, em matéria de políticas econômicas e sociais, os funcionários de governos estrangeiros têm estado ligados aos anos em que se negociava a dívida externa, que culminou com o ingresso da Argentina ao Plano Brady, em 1992 (GRASSI, 2003, p. 57).

Observamos, deste modo, que as mudanças gerais no mundo do trabalho somado à violência política, o desmanche da ditadura (1976-1983) e a fragilizada ‘democracia’ influiu, decisivamente, nas relações societárias das classes sociais da Argentina. Essencialmente se estava “numa situação socialmente explosiva: enquanto os setores dominantes precipitavam desencanaizar a economia” (GRASSI, 2003, p.46).

Precisamente, o quadro de destruição e precarização do trabalho se opõem a esse nível de ampliação de legislações da proteção ao trabalho e salário da metade do século XX, - conquistadas pelas lutas da classe trabalhadora-, como ressalta OLIVA, (2007, p. 149-150) ao dizer que “entre junho de 1943 e abril de 1944 já com Domingo Perón na Secretaria de

Trabalho e Previsão se produzem 59 decretos relativos a esses aspectos, publicados na Revista ‘Serviço Social’”.

Sendo a falta de emprego o aspecto sócio-político mais destacado, Cademartori *et al* (2007, p. 46) explicam que a fonte de acumulação da Argentina na década de 1990 se baseia na produção da mais-valia absoluta e na venda da força de trabalho por sob seu valor. As autoras avaliam a existência de 2.784.000 desempregados em 1980, aumentando para 1992 a 3.911.000 de pessoas. Em maio de 1994, segundo publicação do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) o índice de desemprego aumentou a 18,4% e o Ministério de Desenvolvimento Social difundiu a cifra de 12 milhões de pessoas declaradas pobres, ou seja, 37% da população dos lares.

A situação social geral referente à pobreza, desemprego, queda dos salários, foram incrementando-se. Entre 40 e 60% dos lares e das pessoas da Argentina estão sob a linha de pobreza, alcançando sua máxima expressão na zona Nordeste (Incidência de Pobreza e Indigência no país, INDEC 2º semestre 2004).

“Mais de 60% dos assalariados da Argentina ganham menos de 700 pesos, ou seja, um só salário não alcança para manter-se acima da linha da pobreza”.²⁵ O congelamento da massa salarial em amplos setores de trabalhadores data desde mais de uma década. A queda dos salários oscilou entre 40% a 60%. Os salários da indústria tiveram uma queda de 23% entre 1993-1998 e o emprego industrial se reduz a 11,7%, segundo dados do INDEC, publicado pelo Jornal Clarín, em 05 de Setembro de 1999.

Dois milhões de indigentes que realizam trabalhos informais e/ou serviço doméstico em planos públicos e, dentre quase nove milhões de pessoas que trabalham em relação de dependência trabalhista, quatro milhões e meio ganham um salário menor de 400 pesos argentinos.

²⁵ Diário Clarín, edição 1/7/05. A CBA (Cesta Básica Alimentaria) integra-se pelo custo dos alimentos de uma família e seu nível sob indica o nível de indigência, ou seja, o estado de desnutrição. Em Dezembro de 2003 ascendia a \$ 334. A Cesta Básica Total (CBT) incorpora gastos alimentares mais gastos totais (transporte, educação, saúde, vivenda, etc.) e marca o umbral da linha de pobreza.

No ano 2000, foram destruídos 170.000 postos de trabalho na indústria da construção e se suprimem 20.000 subsídios “Planos Traballar”²⁶. Observamos que as taxas de desemprego apresentam uma tendência crescente, resultante das transformações citadas,

Desde a década de 1970 até a atualidade e comparado com o momento anterior, chegamos ao seguinte resultado: no momento anterior aos 70, a taxa de desemprego máxima era de 6% da PEA (População Economicamente Ativa), com um momento excepcional que chegou aos 7%, mas, em geral, foi inferior aos 6% e com uma taxa mínima de aproximadamente de 3% ou 4%. Estas taxas não só registraram na década dos anos 70 mais também nos primeiros anos da década de 1980. É em 1988, quando o índice de desemprego aberto rompe seu tope histórico e começa a oscilar entre o 7% e 9%. Depois toma um impulso muito maior para alcançar, na metade da década de 1990, um 18,4%. Posteriormente, voltou a crescer até alcançar 21,5% no ano 2001. Não oficialmente, se reconhece que em 2002 chegou aos 25% da PEA. (IÑIGO CARRERA, 2009, p. 30-31).

No ano 2004, segundo dados do INDEC, nos 28 aglomerados urbanos onde moram 23.176.000 pessoas, 47,8% da população é pobre (11.074.000); enquanto que 20,5% (4.749.000) é considerada indigente. Neste segmento o número de lares pobres é de 2.524.000 e de indigentes de 1.044.000”²⁷. As cifras orientam a compreensão da crise sócio-política para uma população argentina de 40 milhões de habitantes, num contexto de 200 milhões de pobres e 80 milhões de pessoas que padecem de fome na América Latina, como expressa Coggiola, Julio 2009²⁸.

Assinala-se então, neste marco de destruição capitalista, um progressivo deterioramento da vida material do proletariado e conseqüentemente suas organizações sindicais não ficaram isentas destas transformações. Na passagem dos trabalhadores estatais a empresas multinacionais, estas fixaram condições de escravidão, mudando quase por completo o corpo dos benefícios e direitos conquistados durante décadas, sejam em sua eliminação, restrições ou limitações significativas.

²⁶ Diário “Rio Negro” (Suplemento Econômico), 23/7/00. O “Plano Traballar” corresponde ao subsídio para o desempregado, implementado nos últimos anos da década de 1990 e que foi incluído posteriormente no Plano “Chefes e Chefas do Lar”.

²⁷ Diario “Río Negro”, Sección Nacionales, 26/03/2004. Título: “En la Argentina es pobre el 47,8% de la gente”.

²⁸ Coggiola, Osvaldo, “America Latina no olho da tormenta mundial”, Artigo ‘Do olho da historia, Salvador, BA, Julio 2009 (USP). Disponível: <http://oolhodahistoria.org/n12/artigos/coggiola.pdf>

1.2 As formas de resistência e lutas da classe trabalhadora e as mudanças nas organizações sindicais e sociais

A década de 1990 renova movimentos democráticos e independentes das direções sindicais e ao mesmo tempo, lutas dentro da esfera sindical contra as direções burocráticas, com a criação do movimento ‘piquetero’, os movimentos de ‘autoconvocados’, as ‘assembléias populares’, o movimento das ‘fábricas recuperadas’, etc.

As direções sindicais encontraram-se prisioneiras do movimento sócio-político de uma massa de trabalhadores ativos que eram desempregados, sem nenhum salário nem benefícios sociais. Exemplos desta situação são os trabalhadores petroleiros estatais, telefônicos, rodoviários, aeronáuticos, etc.

A desorganização e a desmobilização nas organizações foram de enorme magnitude pela confusão criada pelas mudanças, mas basicamente, pela ligação estreita das direções sindicais nas comissões de seguimento das privatizações do Estado e suas diversas alianças estratégicas governamentais de conter a agitação social. Esta situação colocou os sindicatos mais importantes da Argentina no enfraquecimento e fragilidade da organização, (por diminuição de afiliados e demissões de comissões internas sindicais) e abandono socioeconômico e político geral dessa grande massa de desempregados.

Essas conduções dos sindicatos acentuaram o cenário de disputas e diferenças acerca da realidade sócio-política da classe trabalhadora dentro de seus esquemas de alianças intra e inter – burguesas. Deste modo, se processam distintas cisões sindicais. Criou-se nos começos dos anos 1990 a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA)²⁹ a partir das divergências com a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) e posteriormente outro setor sindical cria o Movimento dos Trabalhadores Argentinos (MTA)³⁰.

Renovava-se um cenário geral de resistências dos trabalhadores, recuperando a combatividade política na constituição de organismos de classe e as lutas históricas contra a

²⁹ CTA: Esta central sindical de trabalhadores incluiu em seus estatutos, ademais das entidades sindicais de 1º e 2º grau, as afiliações individuais dos trabalhadores.

³⁰ MTA: a organização originariamente liderada por Hugo Moyano (Sindicato de Caminhoneiros) passou a dissolver-se para integrar e liderar a CGT.

burocracia sindical. A central sindical CGT, - criada em 1930, dirigida por Angel Borlenghi, posteriormente Ministro de Interior de Perón-; caracteriza-se por ser, historicamente, uma organização dirigida pela burocracia sindical, completamente integrada aos diferentes governos, ora ditatoriais, ora ‘democráticos’ ancorada e consolidada pelo peronismo. Foi e é amplamente rejeitada pelo proletariado argentino e partícipe junto aos empresários, na confecção e entrega das “listas negras”³¹ de dirigentes e delegados sindicais, seqüestrados e desaparecidos pela Triple “A” e a ditadura de Videla.

A dinâmica revolucionária latino-americana e mundial da década de 1960 influenciou na classe trabalhadora argentina, tendo ao “Cordobazo” (1969) sua maior expressão antagônica ao sindicalismo burocrático. Nesse “Cordobazo” foi desenvolvido o movimento operário mais combativo e classista, a partir dos sindicatos SITRAC-SITRAM³² de Córdoba. Flores (2005) manifesta: “com os sindicatos classistas surgiu um ativismo que foi conscientizando-se rapidamente e que colaborou para que a direção atuasse em conexão com a base”. Este processo combativo da classe trabalhadora argentina permitiu a demissão da ditadura de Juan Carlos Onganía (1966-1970). Em 1975, a gravitação deste processo histórico deu-se quando o governo peronista anulou os convênios coletivos de trabalho no momento hiperinflacionário. Foram as Coordenações Inter - fábricas que, ao desafiar essa anulação pela homologação dos aumentos de salários, levou ao proletariado à greve geral indefinida até sua conquista.

Posteriormente, a organização do golpe de Estado de Jorge Rafael Videla, de 24 de março de 1976, consumou-se sobre a base do terrorismo do Estado. A “Triple A” (Aliança Anticomunista Argentina) funcionou e foi organizada desde o Ministério de Bem-estar Social, precedido pelas Leis de repressão, como o Plano de Comoção Interna do Estado (CONINTES) de 1960 e a Lei Nº 19.081 de Repressão ao Terrorismo. Essa ditadura militar, a mais genocida da história do século XX, transformou o conjunto da vida socioeconômica e política da Argentina, através de um banho de sangue com os 30 mil desaparecidos, torturados

³¹ “Listas negras”: denominação dada a aqueles trabalhadores e delegados sindicais opositores ao programa e estratégia da direção dos sindicatos e marcados dentro do trabalho nas empresas e organismos públicos.

³² SITRAC-SITRAM – Córdoba-, foi a expressão do sindicalismo classista na Argentina. SITRAC (Sindicato Trabalhadores Concord) e SITRAM (Sindicato de Trabalhadores Materfer) reuniam aos trabalhadores das grandes empresas automotrizes e fábrica de aviões. Seu programa classista derrubou a burocracia das comissões diretivas sindicais.

e assassinados. Ademais da eliminação da vida humana, foi da totalidade das liberdades democráticas e dos direitos político-sociais e sindicais da classe trabalhadora. Ao desenvolver o reforço dos laços com o capital financeiro e liberalizar e desregular a economia e os recursos naturais começou a incrementar-se o nível de desemprego.

Neuquén é uma das províncias do maior cenário de lutas sociais, comparado ao desenvolvimento das mesmas em nível nacional. Na década de 1990 encabeçou os índices de desemprego nacional e converteu-se no berço fundacional do movimento ‘piquetero’, a partir da organização dos desempregados. Sua luta alcançou a aprovação - na Legislatura da Província de Neuquén-, da Lei Nº 2128 de “Fundo Complementário de Assistência Ocupacional” (FOCAO), - conhecido como “subsídio 2128 ao desemprego”³³. Formaram-se as comissões de desempregados, que realizaram relevamentos socioeconômicos das famílias sem trabalho (chamados “recenseamentos”), inclusive nas pequenas cidades do interior provincial. Estas comissões, com o conhecimento da sua realidade social, confluíram na Coordenação Provincial de Desempregados em 1994 - 1995. A iniciativa mais avançada desta Coordenação, nesse momento, foi propor suas bandeiras de lutas no Congresso Provincial de Neuquén da CTA, obtendo a aprovação para fazer a reclamação de uma Lei de Subsidio ao Desempregado e a convocatória de um Congresso Nacional de Desempregados.

Esta resistência dos desempregados era uma questão polêmica na dinâmica sindical-política ao configurar-lhes como setor do ‘lumpem - proletariado’. Portanto, isolaram esse movimento dos desempregados através da ausência de apoios. Nesse quadro de discussões sindicais e políticas, juntou-se a repressão governamental contra os desempregados em outubro de 1995, ao reclamar o pagamento da ‘Lei 2128’, no momento da passeata a Casa de Governo e a detenção de Horacio Panario, militante de esquerda e da Coordenação dos Desempregados de Neuquén.

A questão tendencial do capital financeiro era e é desprender-se de uma massa de trabalhadores, como reserva de intervenção na competência da venda da força de trabalho e rebaixamento dos salários. Por isto mesmo, no cenário internacional destacam-se o movimento de lutas contra o avanço do capital mundial e as crises promovidas por ele. Na

³³ Esse subsídio iniciou em 1995 com um padrão de 12.000 desempregados e diminuiu em 1999 a 8.000 beneficiários. Seu valor inicial foi de 200 pesos argentinos, e reduzidos depois a 150 pesos argentinos, num período de crescente desemprego na província de Neuquén.

última década do século XX manifestaram-se gigantescas mobilizações dos sindicatos operários de Seattle (Estados Unidos), ao boicotar e fazer fracassar as negociações da Organização Mundial de Comércio. Estas mobilizações nos Estados Unidos foram precedidas por greves vitoriosas dos trabalhadores do Transporte de Correios, em 1997 e da corporação General Motors, em 1998.

Nesse período, ocorriam também outros acontecimentos: a revolução da Indonésia que, perturbava não só sua região, mas também a política mundial; o desenvolvimento dos enfrentamentos do Movimento Sem Terra (MST) no Brasil diante dos massacres e as ofensivas dos fazendeiros; as lutas dos professores e estudantes da UNAM (Universidade Nacional Autônoma de México) para frear a introdução de pagamentos na educação universitária, a luta do povo boliviano (da cidade de Cochabamba) contra a privatização da água, etc.

É neste contexto, e no aprofundamento do desemprego que as lutas dos desempregados nacionalizaram-se. A experiência dos trabalhadores desempregados resultava massificadora nas cidades petroleiras de Neuquén, em Plaza Huincul e Cutral-Có. Produziram-se as conhecidas “puebladas”³⁴, intituladas “Cutralcazo”: a primeira, em Junho de 1996³⁵ e a segunda, em Abril de 1997³⁶, convertendo-se em verdadeiras rebeliões populares.

Essa resposta prática popular e política a esse massivo desemprego provocado pela privatização da empresa estatal (YPF) constituía um indício das tendências das resistências mais agudas dos trabalhadores. Estas já se haviam expressado nos começos de

³⁴ As ‘puebladas’: denominação para designar a luta de povos inteiros, como massivo movimento popular acompanhando o movimento piquetero ou fazendo suas às reivindicações coletivas.

³⁵ Os “Cutralcazo” referem-se à organização social e política do movimento piquetero (denominados primeiro “fogoneros”). O “Cutralcazo I” começa em 21 de Junho de 1996 com a “Mobilização contra a Fome e Desemprego” convocada pela CTA. Desenvolveu a aplicação da soberania popular através da Assembléia Popular; métodos de ação direta como ‘bloqueio de estradas e ruas’ com dezenas de piquetes e mais tarde com ocupação de pontes carreteras; deliberação política popular acerca da definição do “petitório de reclamações”; retirada das forças armadas (da Gendarmería nacional) dada a massividade do movimento. Finaliza em 26 de Junho de 1996, com os seguintes logros: reconexão gratuita a cargo do Estado de luz e gás aos desempregados; aprovação do plano urgente de obras públicas e o compromisso –mediante ata assinada- de exploração pelo Estado do “Mangrullo” (o mais importante Jazimento de Gás da região) e distribuição dos rendimentos econômicos entre ambos os povos. Também, centenas de “planos sociais” e o compromisso de não judicialização nem processos legais aos dirigentes das “puebladas”.

³⁶ O “Cutralcazo” II se produz no desenvolvimento da greve geral do Sindicato, - Associação de Trabalhadores da Educação de Neuquén- (ATEN), violentamente reprimida, onde foi assassinada Teresa Rodríguez no dia 12 de Abril de 1997.

1990, a rebelião popular de Santiago del Estero e com as mobilizações de desempregados do norte argentino (Jujuy e Salta). Nestas províncias os desempregados ao ser demitidos de YPF lograram a incorporação ao trabalho nas obras públicas.

Assim, Neuquén é colocada pelas resistências dos desempregados, como a única província do país onde logram uma lei própria do âmbito provincial para assistir - de forma paliativa - os efeitos da crise geral. E ao mesmo tempo, instala na sociedade argentina esta renovada forma organizativa, denominada ‘Piquetera’.

O piquete constitui um instrumento de educação política para a massa porque desnuda a ficção da ‘democracia’ como o reino abstrato dos ‘direitos e garantias’ de ‘cidadãos’ iguais perante a lei: o regime político e a ordem jurídica garantiram efetivamente o direito do capitalista a explorar os trabalhadores e a demitir-lhes segundo sua vontade, mas não garantiram o ‘direito ao trabalho’ a milhões de desempregados; só o piquete – quer dizer a ação coativa e coletiva dos explorados – pode garantir esse direito na prática (OVIEDO, 2001, p.4).

As formas do ‘piquete’ são variadas, desde a massa humana trabalhadora como barreira até os bloqueios de estradas e ruas, ocupações das empresas e de organismos públicos, etc. Os meios de bloqueios se relacionam com a disponibilidade, ou pedidos de apoios à população ou sociais, de diversos materiais (pneus, cimento, arame, etc.), impedindo a circulação da produção. Ademais, a ofensiva estatal das ‘contrarreformas’ gerava resistências em outras esferas estatais: dos universitários, trabalhadores da educação, da saúde, dos estudantes, etc.

Prontamente, esta experiência é assimilada pelos trabalhadores desempregados e ocupados da Argentina ao desenvolver uma organização estratégica nacional. A partir do ano 2000 se realizam os primeiros Congressos Nacionais de Desempregados “piqueteros”, conformando o “Bloco Piquetero Nacional”. Neste reagrupamento nacional, os partidos políticos de maior relevância na intervenção organizativa dos desempregados, correspondem ao Partido do Trabalho e do Povo (PTP) com a Corrente Classista e Combativa (CCC) e ao Partido Operário (PO) com o Pólo Operário.

Esta perspectiva cobra importância na aguda crise política, quando em 24 de Julho de 2001, a Primeira Assembléia Nacional Piquetera (ANT: Assembléia Nacional de Trabalhadores) apresenta suas conclusões à classe trabalhadora. Seu programa social e

político e de coordenação nacional das organizações de luta foi uma diretriz de orientação e reativação das lutas adotando formas de unificação entre os desempregados, trabalhadores com emprego, intelectuais, docentes e estudantes universitários, fábricas ocupadas, setores médios colapsados pela confiscação de suas poupanças bancárias e vizinhanças dos bairros.

As estratégias do proletariado de desenvolver a ação política direta implicaram desde o Estado, iniciativas concomitantes de indagação de formas e recursos jurídicos para avançar na judicialização dos protestos sociais, criminalizar os dirigentes e cooptar boa parte das conduções desses novos movimentos de luta. A constatação neste sentido é um assenso de lutadores sociais processados e alguns condenados judicialmente, estimando-se em mais de 4.000.

A combinação do processo de judicialização com a intensificação da ação repressiva do Estado, com o governo de Eduardo Duhalde, diante da continuidade das mobilizações ‘piqueteras’³⁷ determinou a antecipação das eleições nacionais. Em 25 de Maio de 2003, Nestor Kirchner assumiu como Presidente, com mandato até 10 de Dezembro de 2007.

Portanto, a exacerbação destas contradições refletia-se nos conflitos sociais de diferentes setores da população, trabalhistas e no deterioramento das organizações sindicais tradicionais da classe trabalhadora, espalhando sua gravitação na paralisia político-sindical.

Assim, a produção das sucessivas discrepâncias ideológicas - políticas entre as conduções sindicais, por um lado; e por outro lado, seus antagonismos com as bases trabalhadoras, indicam um processo de diferenciação sindical, onde os ‘organizadores’ acabam desorganizando os ‘organizados’,

A organização sindical vigente reproduz a própria estrutura da produção capitalista e todas as suas desigualdades. Se a razão do litígio não reside na boa ou má vontade dos indivíduos, ela deve ser buscada nas próprias organizações. Do ponto de vista da classe, os sindicatos são fracos e desconexos, porque conseguem mobilizar apenas uma pequena minoria entre os trabalhadores (...). Os dirigentes sindicais acabam por assumir um controle das decisões, um autoritarismo que decorre da ausência do próprio proletariado. Tal domínio, como vimos, deve ser substituído por uma

³⁷ A continuidade da mobilização ‘Piquetera’ está em relação com a continuidade das Assembléias Nacionais Piqueteras e os esforços do governo pela cooptação das organizações ‘piqueteras’. Realizaram-se sete ANT desde 2001 até 18 de Março de 2005.

democratização das organizações, por uma maior participação das bases no processo de decisão e de existência dessas organizações. O poder da burocracia sindical repousa na inércia da massa da classe, e essa inércia deve ser destruída (DIAS, 2000, pags. 96-99).

Antunes (2001, p.163) explica que “atuando cada vez mais sob um prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade”.

A crise afetou diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, modificando seus prejudicados organismos de representação, dos que são expressão os sindicatos e os partidos. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais isolada ao imediato, à contingência, retrocedendo em sua já limitada ação de classe no universo do capital. Turbados como estavam, gradualmente foram abandonando seus traços anticapitalistas, deixando de preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados, e enquanto mais avança a “revolução técnica” do capital, lutam por defender o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem o qual sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego. E neste contexto adverso desenvolve-se o *sindicalismo de participação* em substituição do *sindicalismo de classe*. (ANTUNES, 2001, p.162).

A definição de Trotsky - Agosto de 1940- é contundente ao dizer que a estratégia política da burguesia mediante a tutela do Estado é eliminar a democracia sindical e substituí-la pela burocracia e que as organizações sindicais operárias na era do capital financeiro podem servir

Como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para a subordinação e doutrinação dos operários e para frear a revolução; ou bem converter-se, pelo contrário, nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. A neutralidade dos sindicatos é total e irreversivelmente coisa do passado. Tem desaparecido junto à livre democracia burguesa³⁸.

³⁸ TROTSKY, León: “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”, incluído en Los artículos reunidos en esta recopilación escritos por Trotsky entre 1937 y 1940. Fuente del texto: León Trotsky, *Escritos Latinoamericanos (Compilación)*. 2da edición. Buenos Aires, Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones 'Leon Trotsky', 2000. ISBN 10: 9879741307; ISBN 13: 978-9879741306. **Digitalización:** Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones 'Leon Trotsky', 2001. Para **Marxists.org**: Juan Fajardo, 2001. Fuente: Marxists Internet Archive, 2001. - <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/latin/31.htm> (ac. 12 Marzo 2010).

Neste sentido, continua a caracterizar as condições necessárias que requerem as organizações sindicais,

A primeira consigna desta luta é a independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista. Isto significa lutar por converter os sindicatos em organismos das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária. A segunda consigna é da democracia sindical. Esta se desprende diretamente da primeira e pressupõe para sua realização a independência total dos sindicatos do Estado imperialista ou colonial (idem).

Estes princípios de organização dos sindicatos no processo de destruição e precarização do trabalho colocam muitos debates sobre a perda da centralidade do trabalho no estágio atual da sociedade capitalista. Sobre este aspecto, Amaral (2002) aponta que:

O ponto de unidade das diversas perspectivas de análise sobre essa “nova” realidade está exatamente na argumentação do fim da centralidade do trabalho na organização e formação da sociabilidade. Pretendem com isso, aparentemente, a partir de uma análise científica negar a sociedade de classes, apostando a constituição de uma sociedade pós-moderna, a chamada sociedade do conhecimento (AMARAL, 2002, p.57). Ademais, nota-se que a sociedade através de suas representações, é interpelada permanentemente, a contribuir com idéias, opiniões, e, quando “exequível”, “a participar da formulação, implantação e monitoração dos bens e serviços públicos”. Configura-se aí um claro substitucionismo dos ‘atores sociais’: saem às classes, entram as representações, os interesses. (idem, 2002, p. 60).

1.3. As ações políticas de associação da classe trabalhadora: determinantes das práticas políticas profissionais dos Trabalhadores Sociais

As relações sociais dos homens estão determinadas pelo modo de produção da vida e do trabalho, que condiciona essas relações sociais entre os homens e onde o processo de potencialização das forças produtivas condiciona o estado social e a história da humanidade. Marx, no Prólogo a sua Contribuição à Economia Política estabelece o fio condutor do funcionamento da sociedade burguesa, ao explicar

Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma fase determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sob na qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social política e espiritual em geral (MARX, 1859, versão digitalizada³⁹).

No transcorrer de cada período histórico, as classes sociais tem tido a necessidade de associação, a qual foi adquirindo diversas formas, conforme a acumulação do trabalho social e a consolidação do Estado. Ou seja, as distintas ações sócio-políticas para enfrentar a defesa dos interesses coletivos de classe são intrínsecas à divisão do trabalho, que contém a contradição entre o interesse do indivíduo concreto e o interesse comum de todos os indivíduos. Marx diz que, esse “interesse comum não existe, certamente, tão-só na idéia, como algo “geral”, também primeiro na realidade como dependência recíproca dos indivíduos, entre os quais está dividido o trabalho” (MARX, 1973, p.33).

É na divisão social do trabalho onde as práticas políticas vinculam a possibilidade histórica dos homens de fazer política, desde que a constituição do homem é um ser social. Ele é social na medida em que sua existência se dá na relação com outros homens e consigo mesmo, como produto da realização da vida material, quer dizer, da produção material de sua vida mesma; e como expressa Marx (1973) nas Teses sobre Feuerbach, quando precisamente o “conjunto da vida social tem uma significação profunda e vitalmente prática”.

As classes sociais, ao gerar suas práticas políticas, ademais sociais, concretizam essa necessidade de associação, cooperação e organização diante do desenvolvimento das forças produtivas. É o capital o organizador da cooperação entre os trabalhadores, ao estabelecer as diretrizes da exploração social e a relação de propriedade da força de trabalho. Mas essa cooperação se transforma em separação entre os trabalhadores, em fragmentação entre os homens e o produto social de seu trabalho, estabelecendo, ao mesmo tempo, a perspectiva da associação e organização de classe. Essas práticas das classes são ações sócio-políticas que se voltam cada vez mais complexas, dado que refletem ou é resultado de uma maior divisão social e técnica do trabalho, uma vez que há a dominação e exploração de uma

³⁹ Marx, Karl: Prólogo a la Contribución de la Crítica a la Economía Política. Escrito en Londres, en Enero de 1859. Digitalización: Germán Zorba. Disponible esta edición en español: Marxists Internet Archive, Marzo de 2001, <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/criteconpol.htm> (ac. 19 Mayo 2010).

classe sobre outra; onde uma delas é condenada a suportar todas as penúrias, inconvenientes e exclusão da sociedade.

Nesta relação de exploração de uma classe sobre a outra, assim como nas relações estabelecidas socialmente entre os homens, “o trabalho, o mundo do trabalho, o trabalhador na sociedade moderna, não vive seu trabalho como o universo da liberdade, senão, da degradação, o sofrimento, a inumanidade” (RIEZNIK, 2000, p. 17). Tal como afirma Marx que o trabalhador volta-se mais pobre na medida em que produz mais riqueza. Desta forma, “(...) a particularidade do trabalho está determinada pela consciência do homem, por sua capacidade simbólica e seu produto social, a linguagem” (BRAVERMAN, 1980 apud RIEZNIK, 2000, p.17). Então, esta linguagem que medeia as relações dos homens em sua produção vital, nos indica a consciência prática, dado que os homens não têm consciência ‘pura’;

A consciência é um produto social e continuará sendo enquanto existam seres humanos. A consciência é ante tudo, naturalmente, consciência do mundo imediato e sensível que nos rodeiam e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo (MARX, 1973, p.30).

A consciência do mundo imediato manifesta-se nas práticas políticas na luta de classes e nas relações sociais contraditórias do proletariado e a burguesia, ainda que seja uma falsa consciência no proletariado. Esta não é mais que essa aparência cotidiana, segundo a qual a dominação de uma determinada classe não é mais que a dominação de certas idéias, e, portanto as ilusões de uma época;

Como ‘consciência falsa’, a consciência operária é ‘falsa’ em relação ao desenvolvimento social a que ela consegue imprimir uma direção consciente, e ao qual reage opondo-se somente aos seus efeitos mais imediatos. Mas ela também pode ser ‘verdadeira’ na medida em que age sobre os momentos de uma totalidade, modificando-a. O limite da ‘falsa consciência’ está na possibilidade do operariado conhecer todo o seu objeto: a sociedade capitalista (FREDERICO, 1979, p.29-30).

Em definitivo, como sentencia Marx, não é a consciência a que determina a vida, senão, a vida a que determina a consciência. As práticas políticas dos trabalhadores contêm intrinsecamente - por este processo de consciência-, na exacerbação dos antagonismos de

classe, a constituição do sujeito político, porque as condições materiais da classe explorada colocam suas associações coletivas na perspectiva de natureza política. Ou seja,

“a ação aparece dos impulsos diretamente materiais e não das frases que a acompanham; em todo caso, as frases políticas e jurídicas são outros tantos efeitos dos impulsos materiais, nem mais nem menos que a ação política e seus resultados” (ENGELS, escrito de 1859, “Carlos Marx, Contribuição a Crítica da Economia Política”⁴⁰).

O advento sucessivo das crises do capital impulsionou esse sujeito político à condição de sujeito revolucionário, ao transformar-se de “classe em si” a “classe para si”⁴¹; ao constituir seu comportamento coletivo como processo histórico, contínuo, maduro, da ação corporativa à ação política propriamente dominante.

⁴⁰ Engels, Federico, “Carlos Marx, Contribución a la crítica de la economía política”, Primer Fascículo, Berlín, Franz Dunker, 1859. Escrito entre el 3 al 14 de Agosto de 1859. Primera edición en *Das Volk*, en los números 14 y 16, del 6 y 20 de agosto de 1859. **Fuente:** C. Marx & F. Engels, *Obras Escogidas, en tres tomos*, Editorial Progreso. Disponível: www.marxists.org (ac. 15 Febrero 2010).

⁴¹ As categorias de “classe em si” e “classe para si” são desenvolvidas por Marx, na obra “Filosofia da miséria”, ao afirmar: “Apesar que uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca de progredir e crescer com o desenvolvimento e o crescimento da indústria moderna. E isso a tal ponto que, hoje, o grau alcançado pela coalizão em um país assinala nitidamente o grau que ocupa na hierarquia do mercado do universo. A Inglaterra, onde a indústria atingiu o mais alto grau de desenvolvimento, possui as coalizões mais amplas e melhor organizadas. Formaram-se coalizões permanentes, *trade-unions* que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões (...). Os primeiros ensaios dos trabalhadores para se *associarem* entre si se verificam sob a forma de coalizões. A grande indústria aglomera um mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência - *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isto é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do salário em defesa das associações que, aos olhos desses economistas, só existem em defesa do salário. Nessa luta –verdadeira guerra civil-, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegado a esse ponto, **a associação adquire um caráter político**. As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. **A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma**. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne; se constitui em classe para si mesma. **Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política**. (...) Fizeram-se muitas investigações para descrever as diferentes fases históricas que a burguesia percorreu, desde a comuna até a sua constituição como classe. Mas quando se trata de apresentar um quadro exato das greves, coalizões e outras formas pelas quais, diante de nossos olhos, os proletários realizam a sua organização como classe, alguns são tomados por um temor real e outros exibem um desprezo transcendental. **Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes**”. (2009, p.189-190-191).

O movimento político da classe operária tem como objetivo é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização da classe operária, nascida em sua própria luta econômica, tenha alcançado certo grau de desenvolvimento. Todo movimento no qual a classe operária participa enquanto classe, contra as classes dominantes, tentando impor uma pressão exterior, é um movimento político. (MARX, Carta a Friedrich Bolte, Londres, 23 Novembro de 1871).

Deste modo, na sociedade moderna, o proletariado ao materializar suas práticas políticas nas lutas econômicas e políticas, nesse movimento político, estas têm sido percorridas por polêmicas históricas. Lênin⁴² manifestava no começo do século XX

A luta econômica é uma luta sindical. Engels denominou a luta econômica, de “resistência aos capitalistas” e que nos países livres se chama luta gremial, sindical ou trade – unionista (p.156). As organizações operárias para a luta econômica têm que ser organizações sindicais. (LENIN, p. 99).

Nessas lutas, Lênin remarca as observações realizadas por Engels em 1874 à significação da teoria no movimento socialdemocrata dessa época, especificando que Engels reconhece três formas de grau da luta proletária: colocando ao lado das lutas políticas e econômicas, - como era natural nessa época-, a luta teórica; ou seja, liberar-se do ecletismo e da falta de princípios. E correspondem, portanto, a luta sindical, a política e a teórica (científica; ideológica e filosófica).

Roxa Luxemburgo enfatiza esta divisão como “puramente analítica”. Para ela, ambas se articulam e dinamizam mutuamente nos processos concretos. Não há duas lutas diferentes da classe operária, uma econômica e outra política, *mas uma só*, orientada, ao mesmo tempo, para travar a exploração capitalista e a própria sociedade burguesa (LUXEMBURGO *apud* PALMA, 1993, p.92).

Essa falsa distinção entre luta econômica e luta política, suas práticas e as respectivas organizações se expressaram nitidamente na II Internacional,

⁴² Lênin, “Que fazer?”, do ano 1902.

Disponível: <http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1900s/quehacer/prologo.htm> (ac.18 janeiro 2010).

Como defesa contra a posição dos anarquistas e dos sindicalistas, que ignoravam a necessidade do partido, sustentando que a ação direta do proletariado, no seu auge (a greve geral), liquidaria com os capitalistas. O “espontaneísmo” repudiado veementemente pela II Internacional referia-se, em princípio, a essas posições que supunham que o desenvolvimento do movimento operário conduzia, mecanicamente, ao socialismo, sem considerar as capacidades manipuladoras de incorporação implementadas pelo capitalismo mais avançado- por exemplo, na Inglaterra-. (PALMA, 1993, P.90).

Ainda que o “espontâneo” seja uma forma embrionária do consciente, “embriões” da luta de classes, se distinguem do “espontaneísmo”; o qual continua sendo, até nossos dias, um atributo e vértice de análise para qualquer movimento organizativo dos trabalhadores. No quadro da reestruturação econômica mundial e nos retrocessos, derrotas e avanços do proletariado, essa questão se apresenta como tópico de polêmicas, pelos diversos movimentos sociais, organizações sindicais e correntes teóricas que subtraem a relevância da direção política do proletariado, da construção de seus partidos políticos e a luta de classes. Esses diversos movimentos sociais identificam essas lutas como esferas separadas (econômica e política) onde os trabalhadores provavelmente adquirem a consciência ‘real’ nessas esferas fragmentadas, no movimento sindical ou social.

Podemos dizer que na crise geral capitalista, as práticas políticas dos trabalhadores se enfrentam com todas as formas de explicações teóricas no desenvolvimento da organização política de classe. Nas relações sociais estabelecidas nas organizações políticas no seio desta sociedade, a classe dominante tem procurado, fundamentalmente, fazer com que os vínculos entre os trabalhadores e os partidos da classe e os sindicatos, principalmente, sejam cada vez mais distantes e susceptíveis a mudanças transitórias, estruturais e dissolutivas vinculadas às idéias dessa ordem burguesa. Na sua época, Lênin explicava a importância de

Aproveitar a experiência do movimento operário e tirar dela as lições práticas, para compreender, até o final, as causas e a significação de tal ou qual defeito. Essa experiência histórica e a habilidade de organização são coisas que se adquirem com o tempo, então, o que faz falta é querer formar na pessoa mesma as qualidades necessárias (LENIN, idem, p.34).

A exploração social e a opressão ideopolítica da classe trabalhadora desenvolvidas pela capacidade de manipulação da burguesia e o Estado conduz os trabalhadores a

intervenção e dedicação à política, porque estão obrigados a produzir sua vida material. Esta dedicação à política, e conseqüentemente, a constituição de seus sindicatos e outras organizações se realiza a despeito da diversidade dos mecanismos utilizados pela burguesia para separar aos trabalhadores e coibi-los de se organizarem coletivamente.

Por outro lado, ou juntando-se a estes mecanismos, a potencialidade de energia, atenção e dedicação de tempo da classe trabalhadora para transformar as condições existentes agrupando-se em organizações sindicais, sociais e partidárias tem sido refreada pela dinâmica destas próprias organizações. Na trajetória histórica de lutas do proletariado contra o capital e o Estado, as organizações operárias aderiram a práticas reformistas, anarquistas, oportunistas, participacionistas e burocráticas e ficaram atracadas à ordem societária dominante.

Os contrapontos elencados acima, na luta pela transformação social, não tem impedido o proletariado a construir suas próprias armas de defesa de classe, como direitos políticos: as liberdades políticas, o direito à reunião, de associação e a liberdade de imprensa. Por este motivo, Engels⁴³ afirma:

Diz-se que toda ação política implica o reconhecimento do estado existente das coisas, mas quando o estado de coisas outorga os meios para lutar contra ele, recorrer a eles não significa reconhecer o estado existente das coisas.

Na contradição de reconhecimentos e lutas, o proletariado alcançou o objetivo político estratégico com a conquista do poder político do Estado, na experiência revolucionária russa de 1917. E este acontecimento histórico-universal, revolucionário, tem percorrido a história moderna das práticas políticas, da consciência e a organização política de classe do proletariado. Essa revolução social não pôde realizar-se plenamente, não só pela conspiração mundial contra a revolução, mas também pela contribuição do stalinismo ao proclamar o “socialismo em um só país” e “a revolução em etapas”, em detrimento da revolução internacional e permanente do proletariado.

⁴³ ENGELS, Federico, “Sobre la acción política de la clase obrera”. Acta realizada por el autor del Discurso pronunciado en la Conferencia de la I Internacional celebrada en Londres, reunida del 17 al 23 de Septiembre de 1871. Disponible: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/1871accion.htm> (ac.18 janeiro 2010).

Essas premissas do stalinismo confrontaram com a internacionalização das relações sociais da burguesia, que - a requeria a partir da nova divisão mundial de nações através da 1ª guerra mundial-, um novo padrão de direção política das condições de acumulação de ampliação da mais-valia para o capital. Por isso, a declaração de Trotsky⁴⁴ da desapareição definitiva dos programas nacionais colocava a presença da oposição entre as guerras e as revoluções. Estas são características primordiais da época contemporânea - do imperialismo-; onde as economias e as políticas mundiais então, são dirigidas pelo capital financeiro, significando que a existência do imperialismo era incompatível com a revolução proletária.

As políticas reformistas, patriotas e nacionalistas tiveram grande influência no proletariado pelo stalinismo e pelos partidos comunistas, já desenvolvidos, na esfera mundial até os dias presente; manifestando debates e controvérsias nas organizações políticas do proletariado. Basta lembrar os massivos assassinatos dos revolucionários russos e o processo de burocratização do Estado operário e das nações do Leste europeu, que são uma expressão social e política de alcance mundial pela imposição do regime stalinista e seus acordos com as forças de domínio imperialista.

Podem e devem-se, portanto, reconhecer as incidências e influências que derivam desta transformação social mundial a partir da concreção revolucionária. A perspectiva das revoluções e contra-revoluções incide deste modo nas tendências das relações sociais e a história das classes. As II e III Internacionais,

“ao abandonar a vigilância de classe dos operários, ao abandonar a independência do movimento operário e ao subordinar-lhe à burguesia ‘democrática’ tem facilitado o fascismo, cuja finalidade, que é esmagar ao proletariado como movimento independente e como classe, foi parcialmente cumprido por adiantado pelas velhas Internacionais” (TROSKY, 1983, p.11).

Nestas condições, as estratégias das organizações sindicais e políticas da classe trabalhadora no seio dos processos de confusões ideológico-teóricas, têm-se subordinadas ao seguimento à ordem burguesa. Sobretudo porque o contexto geral implica acentuadas disputas do capital pela maior dominação mundial com ofensivas sem precedentes sobre o

⁴⁴ TROTSKY, León: “Crítica del Programa de la Internacional Comunista”. Publicado e disponível em: <http://www.pt.org.uy/textos/trotsky/critica.htm> (ac.5 Março 2010).

proletariado, e pelos freios postos pelos partidos tradicionais do trabalho, (a II e III Internacionais) ao ficar atados de pés e mãos aos desígnios do capital.

Dado que a estratégia da burguesia e dos Estados consiste em desorientar, favorecer a cisão entre os trabalhadores e anexar a política dos trabalhadores ao aparelho estatal; também é para promover entre a classe trabalhadora os falsos “benefícios” das ‘contrarreformas’. Todos estes aspectos são úteis para os fundamentos ideológico-teóricos da classe dominante, para adequar as trajetórias das organizações políticas às diretrizes do capital por um lado; e por outro, frear e asfixiar as ações de resistências e lutas da classe trabalhadora para ter organizações autônomas e independentes dessas estratégias do capital.

As práticas políticas, então, são práticas políticas de classe, ao se efetivarem numa sociedade dividida em classes sociais e são mediadas pelas atividades, ações e decisões dos homens na histórica produção social. As mesmas, na sociedade, são cotidianas e condicionadas pelas contradições; desigualdades sociais e pelo poder do Estado. Toda atividade humana é manifestação de decisões sócio-políticas diferenciadas e antagônicas e estas envolvem atividades e ações do cotidiano, postas na contradição histórica societária da relação entre capital/trabalho, quer dizer, são práticas políticas de classe.

E como a classe trabalhadora se associa em organizações sindicais e políticas para lutar contra a exploração do capital e o Estado, a classe burguesa tem suas próprias organizações que defendem os interesses supremos de sua existência. Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas adquiriu determinadas formas elevadas para sustentação do nível das taxas de lucro, distintos segmentos de trabalhadores, ao serem influenciados por tais mudanças, organizaram outras formas organizativas para legitimar sua posição na contradição capital/trabalho. As velhas formas organizativas reatualizam-se, desde as associações jurídicas, profissionais, as cooperativas, as coordenações, os ‘movimentos sociais’, etc. Tentaram também adotar desenvolvimento próprio diante a fragmentação da ‘questão social’. Nos albores do século XXI evidencia - se uma reatualização e reconstrução destas formas de organização, pois quando a crise sócio-histórica proporciona traços estruturais, aquelas formas prévias expressam os limites próprios definidos pela luta de classes.

1.4. A inserção política dos Trabalhadores Sociais nas lutas da classe trabalhadora.

As condições, cada vez mais, deploráveis no campo sócio-ocupacional dos TS, na Argentina e na Província de Neuquén, referidas ao congelamento dos salários, ausência de concursos públicos, deslocamentos dos profissionais, ameaças institucionais, carência de orçamentos financeiros e recursos para responder às demandas sociais, configuram uma tendência geral das condições de exploração da classe trabalhadora. O assalariamento dos profissionais e o deterioramento da situação socioeconômica levam, necessariamente, às categorias profissionais a se inserirem nas lutas da classe trabalhadora.

O fim da estabilidade do emprego com o crescente desemprego e subocupação constituiu essa regra cotidiana de crescentes demandas sociais das famílias trabalhadoras pela assistência social. Por sua vez, esta esfera da assistência social, diversificada pela desregulação e privatização disseminou, via descentralização e terceirização, a totalidade dos programas sociais entre o Ministério de Desenvolvimento Social, de Trabalho e de Educação numa coordenação mais de “controle político” de seus executantes e usuários, que uma efetiva política de assistência social. As modificações à Lei de Ministérios implicaram mudanças constantes na organização da estrutura dos Ministérios e Direções, com as consequentes transferências dos trabalhadores de um setor a outro; ou de um Ministério a outro. Os ‘planos sociais’ para desempregados não formaram parte específica da política de assistência social do Ministério de Desenvolvimento Social. Sua direção e divulgação estão no âmbito do Ministério de Trabalho.

As mobilizações da classe trabalhadora, - agora numerosamente desempregada no início do século XXI-, na luta pelo aumento e controle da distribuição dos planos sociais do governo, reclamações de criação de fontes de emprego, de obra pública, de planos habitacionais passaram a destacar a cotidianidade da sociedade argentina e neuquina. A crise sócio-política instalada gerou a interferência do conjunto das relações sociais e suas organizações, quando a produção da nação denotava a máxima expressão da paralisia econômica.

A par do processo organizativo dos desempregados, no final da década de 1990, outro fenômeno significativo é a ocupação pelos trabalhadores das fábricas quebradas ou abandonadas pelos proprietários, tendo como período destacado os anos 2000-2004. “O

principal obstáculo para a produção é o próprio capital. Os custos trabalhistas foram reduzidos a sua expressão mínima, enquanto a super-exploração foi levada o seu máximo nível. A flexibilidade trabalhista não serviu para que as empresas saíssem de apuro.”⁴⁵

Este fenômeno de ocupação das empresas pelos trabalhadores foi intensificado no ano 2004, com os conflitos de Parmalat (1.200 trabalhadores), Transporte do Oeste (1.000 trabalhadores) e Gatic com 4.500 trabalhadores, entre outros. Os trabalhadores não se resignaram aos fechamentos das empresas e adotaram o caminho da ação direta, nos termos da estratégia de classe, através da ocupação das fábricas. Neste sentido, Magnani⁴⁶ (2003) afirma que a maioria dos sindicatos a que pertenciam os trabalhadores das fábricas ocupadas abandonou a eles e retiraram os assessoramentos jurídicos. Pablo Heller (2004) refere que nos cálculos da Federação de Câmaras e Centros Comerciais da República Argentina diz que “umas 1.800, de um total de 200.000 pequenas e médias empresas no país, são manejadas por seus empregados, imediatamente após ter ficado à deriva quando seus titulares deixaram-nas em bancarrota” (p.19).

A questão da ocupação das empresas pelos trabalhadores implicou a abertura de debates na sociedade argentina, sobre a capacidade sócio-política da classe trabalhadora de organizar o funcionamento da própria produção material e as formas de organização trabalhista. Esta dinâmica social contraditória e os próprios debates tiveram conseqüentemente incidência sobre as entidades representativas, a formação e a intervenção profissional de Trabalho Social.

Na Província de Neuquén, o ano 2001 marcou uma linha distintiva, pela ocupação e controle operário da Fabrica Zanón⁴⁷ frente ao esvaziamento e abandono patronal. Ocupação que foi precedida pela conquista de uma direção combativa, de esquerda, no Sindicato de Ceramistas, substituindo a direção burocrática. No marco das mobilizações, com impulso acadêmico e sindical, a Universidade Nacional de Comahue assinou um Convênio de Apoio de capacitação para os operários para o processo de produção de cerâmicas. Neste sentido,

⁴⁵ Resoluciones del Encuentro Fábricas Ocupadas y en Lucha. Encuentro en Grissinópolis. Agosto de 2002. Disponível: http://argentina.indymedia.org/news/2002/09/48799_comment.php

⁴⁶ Esteban Magnani, “El cambio silencioso”, Disponível: http://www.estebanmagnani.com.ar/#up_source_language=es&st=%25st%25

⁴⁷ A Fábrica Zanón, na década de 1990, foi modelo latino-americano pela modernização na produção de cerâmicas e a partir do início do século XXI é emblema popular de luta nacional e mundial.

professores das Faculdades de Engenharia e Economia e os professores da Cátedra de “Teoria e Prática de Áreas e Recursos” do Departamento de Serviço Social da UNCo, participaram ativamente do funcionamento deste Convênio, fundando e instalando a prática profissional de Trabalho Social nesta fábrica administrada pelos operários. Diante de cada iniciativa e tentativa do governo provincial de repressão aos operários da fábrica Zanón, geraram-se grandes mobilizações. A partir do ano 2004, a Cátedra Paralela de “Seminário de Serviço Social com Residência Institucional” de Trabalho Social da UNCo, estabeleceu acordos com os operários de Zanón para realização das práticas pré-profissionais de Trabalho Social.

Por outra parte, professores de outras áreas da profissão da UNCo e graduados profissionais desenvolveram trabalho de formação sócio-política com desempregados nucleados no agrupamento “Frente Darío Santillán” na cidade de Cipoletti (Província de Río Negro).

Ao mesmo tempo, vivenciava-se um processo de lutas do âmbito universitário, pelos recortes orçamentários e a pressão estatal para se inscrever as Universidades Nacionais na esfera da avaliação e certificação da formação das profissões, as dificuldades estudantis pelas mudanças dos planos de estudos, a primarização dos conteúdos e das estruturas das licenciaturas, aportaram a configuração de um quadro geral de resistências e de lutas sociais de enfrentamentos as políticas das ‘contrarreformas’ estatais.

Podemos dizer, em relação à profissão de Trabalho Social, que foi o âmbito universitário o cenário de concentração dos debates dos docentes de Trabalho Social acerca das condições de trabalho, das práticas curriculares, do plano de estudos da formação e da situação social e política geral do país. Os docentes, estudantes e profissionais da categoria, organizaram aulas públicas, mesas-debates, e intercâmbios de informações da luta geral com outros docentes, nos momentos das inúmeras passeatas, mobilizações e bloqueios das pontes carreteiros. Os estudantes organizaram jornadas sobre direitos humanos junto ao CPSSNQN. Os profissionais associados no CPSSNQN participaram dessas atividades políticas e debates organizados na Universidade e se fizeram presente nas diversas passeatas.

Essas ações e lutas estão registradas em vários artigos e exposições de jornadas e congressos profissionais⁴⁸. A crise geral do ano 2001 constituiu também, uma crise de poder

⁴⁸ Citamos alguns dos início do século XXI, de docentes do Trabalho Social da Universidade Nacional do Comahue: 1) Gabriela Suppich: Ponencia de Exposición en el Encuentro de Estudiantes de Trabajo Social en

na Universidade: o Conselho Superior teve que deliberar no meio da ponte carreteira interprovincial (Neuquén - Río Negro), superada pelo estado de mobilização universitária e rebelião social.

No marco da redução de salários de 13% pela Lei de “Déficit Cero” do governo De la Rúa; a decisão da greve geral dos docentes da UNCo, decidida pela Associação de Docentes da UNCo (ADUNC), unificou esta luta ao plano nacional de luta piquetera, decidida pela Primeira Assembléia Nacional de Trabajadores (ANT), realizada em 24 de Julho de 2001. Desde agosto a outubro de 2001, as várias Assembléias “Inter-claustros”⁴⁹ desenvolvidas nesta greve, impulsionaram a dinâmica dos debates, incluindo-se nesta luta, setores de professores de Trabalho Social não sindicalizados.

Nos últimos anos da década de 1990, os TS do Ministério de Desenvolvimento Social na procura da estabilidade do emprego e com contratos precários, desenvolveram importantes lutas que possibilitaram lograr seu passe à “planta permanente trabalhista”. Nestes anos, a estratégia política do Estado da Província de Neuquén centrou-se na reestruturação da legislação a partir da aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Infância (CIDN). Esta questão mobilizou amplos setores da sociedade neuquina e diversas categorias profissionais, entre elas, psicólogos e TS, para que a legislação favorecesse esses direitos específicos não contemplados nas leis vigentes.

Em 1997, a Legislatura provincial aprovou as Leis N° 2222 que criou o Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva e a Lei N° 2212 de Violência Familiar. Esta última legitimava a criação do Programa de Serviço de Prevenção em Violência Familiar e deu início ao incremento das demandas institucionais e da população pela intervenção nos atos de violência familiar. É em 1999, com a aprovação da Lei N° 2302, de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes que se registraram modificações substanciais na estrutura de áreas do Estado, recursos materiais e profissionais. Criaram-se os Tribunais de Família, Tribunais

Chivilcoy, Província de Buenos Aires, 6 y 7 de Noviembre de 2003. Acerca de “La experiencia del Trabajo en la Cerámica Zanón desde la Cátedra de Teoría y Práctica de Áreas y Recursos”, FADECS, UNCo.; 2) Paola Invernizzi: Ponencia de Exposición en el Foro Latinoamericano de Trabajo Social, Escuela Superior de Trabajo Social, Universidad Nacional de La Plata, 25 Agosto de 2005. Acerca de “Por un proyecto ético político articulado con un proyecto societario emancipatório”.

⁴⁹ Denominação que se outorga em Neuquén e Argentina as Assembléias conjuntas dos segmentos universitários: trabalhadores docentes, trabalhadores não-docentes e estudantes.

Penais de Menores (Fiscalía⁵⁰ de delitos juvenis e Defensoria Penal da criança e adolescente), Defensoria dos direitos das crianças e a Polícia do Menor. Estabelecem-se as equipes interdisciplinares, reconhece-se a descentralização dos organismos de atendimento e outorga reconhecimento legal às ONGs.

Neste processo, durante os primeiros anos do século XXI, numerosos TS protagonizaram diversas ações para a implementação da Lei e foram ativos participantes do Foro em Defesa da Lei 2302 de Crianças e Adolescentes, com intensa atividade nos bairros e articulação com as cidades do interior da Província de Neuquén. Criou-se a Rede Zona Oeste⁵¹ da cidade de Neuquén, com uma vasta programação de capacitações e ações de difusão dos direitos das crianças e adolescentes. Nos anos 2002-2003, o governo da província de Neuquén, aprofundou as ações de modificações desta Lei e ao mesmo tempo, as distintas organizações criadas –que explicitamos- intensificaram suas mobilizações.

Toda esta reestruturação estatal no marco da crise dos inícios do século XXI altera e violenta direitos dos profissionais de Trabalho Social, não só relativos às atribuições profissionais e ausência de orçamentos. Mas também, diante dos protestos, recrudesceram as políticas repressivas e de sanções aos profissionais. A política de descentralização se materializou provocando um processo de resistências dos trabalhadores, tanto no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social, como no âmbito da Justiça e Saúde.

Neste contexto mobilizador da classe trabalhadora, as condições do processo de trabalho, a questão dos salários e as reestruturações estatais conduziram aos profissionais do coletivo profissional e o CPSSNQN a desenvolver estratégias políticas de resistência, lutas e articulações e colocar sua atenção na dimensão política profissional. Acreditamos que este fio de rearticulação da organização política profissional nas ações e deliberações do presente histórico foi ponto fundacional do Trabalho Social crítico na Província de Neuquén posto pela crise sócio-política argentina e mundial. Portanto, no âmbito da formação e da organização política, abriram-se outras demandas à profissão proveniente tanto das organizações operárias, sociais quanto dos desempregados.

⁵⁰ Fiscalía denomina-se os Tribunais.

⁵¹ A “Rede Zona Oeste” constituiu uma rede social para defesa integral das crianças e adolescentes dos bairros do oeste da cidade de Neuquén. Esses bairros são populosos e formaram-se a partir dos últimos planos habitacionais do governo de Neuquén e pelos assentamentos de moradia - das famílias jovens sem casa-. A rede social foi integrada por numerosas organizações e instituições desses bairros, por profissionais de saúde, de Trabalho Social, das escolas, bibliotecas populares e das ONGs.

CAPÍTULO II:

AS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Neste capítulo, trata-se dos nexos sócio-históricos do processo de institucionalização do Trabalho Social na Argentina e na Província de Neuquén e a formação profissional no âmbito da universidade pública, estatal e gratuita, por ser ela, âmbito de resistência educativa e intelectual. A ‘contrarreforma’ na educação argentina provocou determinações de destruição das condições de pesquisa e ensino, na formação geral e profissional de Trabalho Social. Deste modo, no contexto de transformações, encontra-se a vinculação social entre a formação da profissão e as condições precarizadas de trabalho impostas pelo Estado, como empregador, que produziram deslocamentos no âmbito do trabalho dos TS.

2.1. Traços principais da origem e institucionalização da profissão na Argentina e Neuquén

No registro da trajetória da formação dos TS da Argentina, pode-se afirmar que esta é produto e se insere no processo de institucionalização profissional do Trabalho Social, com a criação das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1920. E se diferencia em relação aos demais países da América Latina, onde a Igreja Católica teve um destacado desenvolvimento.

Na América Latina, a UCISS (União Católica Internacional de Serviço Social) desenvolveu importante preparação do trabalho dos intelectuais e dos profissionais católicos na elaboração de uma ‘doutrina social’ da Igreja. É por isso, que as encíclicas papais da Igreja Católica tiveram sua enorme gravitação latino-americana (nova ‘Quadragesimo Ano’ de Pio XI, maio 1931) que marcaram diretrizes específicas na humanização societária com as reformas sociais “para solucionar os graves problemas da sociedade, compreendidas sob a denominação de ‘questão social’” (Pio XI no documento de comemoração dos quarenta anos da ‘Rerum Novarum’), (MANRIQUE CASTRO, 2003, p. 62-63).

Na Argentina a formação da profissão de ‘Serviço Social’, “origina-se a partir da universidade pública” (OLIVA, 2007, p. 87), e, portanto, “se inscreve nos processos históricos e no movimento contraditório da sociedade, que implica a luta de classes” (idem p.13). E é nesse marco justamente, de criação das primeiras carreiras e de repartições de Serviço Social, coincidente com as lutas operárias, que o Trabalho Social emerge como profissão, sempre em tensão entre os interesses das classes (idem p. 71).

Seguindo Oliva, a década de 1920, sacudida pela Reforma Universitária do ano 1918 na Província de Córdoba instaura na Universidade Pública Argentina o sistema de concursos públicos para cobrir os cargos de professores com novos critérios de organização e democracia universitária. A primeira escola de “Visitadoras de Higiene Social” no marco da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Buenos Aires, em 1924, foi impulsionada por Dr. Manuel Carbonell. Ele, o primeiro professor concursado nessa Faculdade da UBA, foi quem reorganizou sua cátedra de Higiene Pública sendo elevada à categoria do Instituto de Higiene (Oliva, 2007:72). Este mesmo professor, sendo conselheiro do Conselho Deliberante da cidade de Buenos Aires, em 1932 impulsionou a decisão da ordenança pela qual a Visitadora de Higiene para trabalhar nas repartições municipais requeria-se ter título outorgado pela Universidade Pública.

Esse movimento social progressista da época no quadro crescente das lutas operárias permitiu a emergência das primeiras escolas e Carreiras de Serviço Social. Em 1926 o Museu Social Argentino⁵² é incorporado à Universidade Nacional de Buenos Aires e em junho de 1930 foi fundada a Escola de Serviço Social subordinada ao Museu Social Argentino.

Este percurso só demonstra o começo do intenso desenvolvimento dos serviços sociais, por um lado, e a institucionalização da profissão baseada na diferenciação da assistência social da beneficência, que imprimiu a vertente médica da higiene social. As décadas dos anos 1930 e 1950 provam essa expansão no marco da maior exploração da classe trabalhadora e reativação do circuito industrial da Argentina. A continuidade das correntes migratórias ao interior do país que assinalaram a crescente proletarização e a consolidação do Estado, colocou a este, na obrigação social e política de responder às demandas sociais nas

⁵² Museu Social Argentino: instituição criada em 1911 que recebeu financiamento do Estado. Promoveu o mutualismo e o cooperativismo. Por dificuldades financeiras foi incorporado à UBA (OLIVA, 2007, p.83).

diversas áreas da indústria, comércio e serviços públicos. O avanço na melhora das condições de vida da classe operária e a conquista de direitos trabalhistas exigiram o conjunto das prestações sociais e a institucionalização das profissões sociais.

Gustavo Parra (1999) refere que “durante os governos peronistas as políticas sociais se desenvolveram em três grandes linhas: a *política social estatal*, a dos *sindicatos* e a *Fundação Eva Perón*” (p.204). Foi esta Fundação a expoente da política social argentina. Na sua organização, haviam-se estabelecido “células mínimas”, “composta por quatro assistentes sociais, um chefe e secretário que viajavam às áreas mais pobres do país recolhendo informação das necessidades da população” (PARRA, 1999, p. 206).

No entanto, a ditadura militar de Onganía impôs, além da violência e repressão, com a conhecida “Noche de los Bastones Largos”, restrições acadêmicas e políticas na universidade argentina. Olga Paez (2006) refere que “uma das cláusulas de demissões de assistentes sociais foi apresentar título habilitante universitário”. É importante ressaltar o processo de migração para a Província de Neuquén, na última ditadura de 1976 a 1983,

Neuquén actuó como una suerte de “refugio” para muchos perseguidos por los militares. Bajo el paraguas protector del Obispado encabezado por Jaime de Nevares, la Provincia se fue convirtiendo en la “Capital de los Derechos Humanos”. Durante los años de “plomo”, muchos activistas y militantes sindicales, sociales y políticos encontraron en Neuquén un sitio en el que la represión no actuaba con intensidad y la desenvolvatura ilimitada con que se movía en otros lugares. La Iglesia había nacido en 1961 en el marco de profundos cambios del mundo católico. (PETRUCCELLI, 2005, p.24).

Na província de Neuquén, a profissão de ‘Serviço Social’ foi criada em 1966 na Universidade Provincial de Neuquén (pelo então governo dirigido pelo Movimento Popular Neuquino- MPN-) e integrada com o Instituto Superior de Serviço Social da Província de Rio Negro como profissão universitária em 1971 com a fundação da Universidade Nacional de Comahue. Sobre os influxos da revolução cubana e os movimentos revolucionários da época, organizara-se o movimento estudantil de Comahue com reivindicações próprias locais. Criou-se os primeiros Centros de Estudantes de Serviço Social de Neuquén (CESS) da Universidade Provincial de Neuquén e do Instituto Superior de Serviço Social de General Roca (Província de Rio Negro). Sua participação nacional no marco da Federação Universitária Argentina

(FUA) senta as bases do movimento estudantil de Comahue⁵³ na constituição da Universidade Nacional de Comahue. Os Centros de Estudantes tiveram forte presença pela institucionalização universitária por sua experiência política nas amplas lutas da época na região (Choconazo, Rocazo, Cipolletazo⁵⁴). Estas lutas como expressão ampliada do Cordobazo. Também neste período, a formação de Trabalho Social da UNCo esteve vinculada às Obras Sociais dirigidas pelos sindicatos, articulando com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, de Empregadas Domésticas, entre outros, e principalmente, desenvolvida pelo movimento estudantil.

Na passagem da formação terciária a nível universitário, estudantes e docentes fizeram parte das lutas pela institucionalização universitária, consolidando-se em quase todo o país as numerosas escolas de Serviço Social, num massivo movimento social e político de acesso da juventude ao sistema universitário público, estatal e gratuito e a própria organização de lutas da classe trabalhadora da época.

A permanência da formação de Trabalho Social na Universidade Nacional de Comahue, em duas cidades (Neuquén Capital e cidade de General Roca, Província de Rio Negro) foi fonte de conflitos durante as décadas de 1980-1990. As disputas de poder do governo universitário e das províncias da região Comahue, voltaram-se ao interior da formação através das estratégias do fechamento de uma sede acadêmica ou outra, - reclamados em distintos momentos. Este propósito até a atualidade não tem podido concretizar-se, pois, significaria confrontar com as bases sócio-políticas de estabelecimento da própria Universidade, além de criar-se uma frente de resistência universitária estudantil-docente no contexto de reivindicações universitárias pendentes.

Podemos expressar que a institucionalização da profissão e sua expansão nas províncias da Argentina estiveram caracterizadas por significativas mudanças estruturais durante o século XX, de continuidades e rupturas nas escolas de formação profissional e as organizações profissionais da categoria. A mundialização e crise do capital expressa-se nas

⁵³ Ampliación de tema, vea-se: ECHENIQUE, José, El movimiento estudiantil universitario del Comahue (1969-1976). Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/cehepyc/cap9.pdf>

⁵⁴ “Choconazo”: a greve dos operários da construção da represa hidroelétrica “El Chocón – Cerros Colorados” na Província de Neuquén (1969-1970) sendo parte do sindicalismo combativo da época. “Rocazo e Cipolletazo” rebeliões populares correspondentes as cidades de General Roca e de Cipolletti, da Província de Río Negro, nos anos 1972- 1973.

particularidades sócio-históricas da profissão, para legitimar-se nessa contradição iniludível capital/trabalho.

2.2. As transformações da educação universitária, suas incidências na formação profissional de Trabalho Social e as contradições com os princípios da reforma universitária de 1918

A ‘contrarreforma’ educacional argentina da década de 1990 transformou o sistema educativo e universitário, pelas Leis Federais de Educação e de Educação Superior⁵⁵ que contêm as diretrizes estratégicas do FMI-BM. Os objetivos desta ‘contrarreforma’ foi, além da eliminação da politização, a destruição do sistema da educação pública, estatal, gratuita e laica que havia sido criada pela Lei Nº 1420, no final do século XIX. A Igreja agora passou a ter status estatal a partir destas leis, e, portanto, subvencionada com orçamento estatal, adquirindo poder de decisão sobre os conteúdos educativos - já reivindicados desde 1985 -, quando as conclusões do Congresso Pedagógico Argentino, do mesmo ano, são congruentes com os postulados do Conselho Superior de Educação Católica de Argentina (CONSUDEC) e que este saudara as aprovações dessas leis.

⁵⁵ As Leis Federais de Educação e de Educação Superior foram aprovadas respectivamente, em 1993 e 1995, no quadro de enormes mobilizações contrárias as mesmas.

Mudanças educacionais com as referidas Leis.

- a) Com a Lei Federal de Educação, de obrigatoriedade de 10 anos: no nível pré-escolar (só obrigatório sala de 5 anos, desaparecendo as salas de 3 e 4 anos); educação primária (de 7 anos passa a ser diferenciada nos ciclos 1º, 2º e 3º EGB – Educação Geral Básica - conformada por 9 anos ao agregar-se no 3º ciclo EGB os dois primeiros anos do nível meio); educação secundário (de 5 anos e de 6 anos na educação industrial, passou a 3 anos sem obrigatoriedade e denominada “nível poli-modal”). Neste nível se elimina idiomas e se reestruturam as disciplinas por áreas de conhecimento, com a consequência de reconversão de conteúdos dos docentes e sobantes dos mesmos para cada área. Na educação terciária (os Institutos de Formação Docentes e Técnicos) tiveram mudanças na organização institucional, nos conteúdos da formação e numerosos institutos foram fechados.
- b) Com a Lei de Educação Superior: No nível universitário, o nível de graduação (Licenciaturas) é esvaziado, colocando-se os conteúdos mais relevantes no campo da pós-graduação - sendo estas pagas; criaram-se carreiras curtas (tecnicaturas, diplomaturas), a término e temporárias. Estruturaram-se programas específicos financiados majoritariamente pelo BM (fora do orçamento anual universitário): para aumentos de dedicação dos docentes; de “voluntariado”, de “estágio”; de “avaliação dos programas sociais”, etc. Criou-se uma estrutura independente chamada “Comissão Nacional de Avaliação e de Certificação Universitária” (CONEAU) transformando a vida e funcionamento das Universidades Nacionais. Fusionaram-se cursos, ciclos, disciplinas, conteúdos, carreiras e institutos e criou-se ao mesmo tempo um mercado privado educacional com infinidade de ofertas educativas. Sua consequência foi demissões massivas de docentes, aumento da deserção escolar e o deterioramento integral da educação argentina.

O cenário da política universitária, neste período, propiciou a proliferação de inúmeras medidas: novos currículos curtos e flexíveis; liberação das faculdades na busca de créditos financeiros e diversas “alternativas” de financiamento; a ampliação do mercado privado e da Igreja pela abertura educativa e universitária; a criação dos comitês de “especialistas” na esfera do Ministério de Educação e da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU), - através da CONEAU- para avaliação dos currículos e das instituições universitárias, etc. Tais iniciativas incentivaram e reanimaram as grandes lutas e as atuais reivindicações de “democratização universitária”, em âmbito nacional.

Os objetivos dos organismos financeiros mundiais postos nestas transformações têm ido de encontro com os princípios daquela Reforma Universitária de 1918. A universidade dos começos do século XX representava uma antiga organização universitária que exigia uma renovação radical, e é exatamente essa necessidade histórica que levou à juventude da Universidade Nacional de Córdoba a “rebelar-se contra um regime administrativo, um método docente, um conceito de autoridade porque, se em nome da ordem queriam seguir burlando-se e embrutecendo-os, proclamamos bem alto o sagrado direito a insurreição”, dizia o Manifesto Liminar da Reforma.

Esta Reforma Universitária criou os princípios –ainda vigentes- sobre autonomia, co-governo universitário, periodicidade de cátedra por sistema de concursos públicos, liberdade de cátedra, docência livre, cátedra paralela e cátedra livre, transformando e dinamizando a vida e organização da universidade argentina. Esta reforma foi emblema do movimento estudantil latino-americano⁵⁶ e sua influência transcendeu ao coroar outro princípio: da unidade estudantil - operária. “Foi o primeiro Cordobazo”, diz Pablo Rieznik (2000) já que em “junho de 1918, o levantamento universitário cordobés é acompanhado por uma grande mobilização popular e se transforma na primeira greve geral da juventude estudantil de nosso país” (p.152).

Nas reestruturações universitárias separou-se a docência da investigação e extensão, pela incorporação dos critérios de produtividade no conhecimento em detrimento do

⁵⁶ Emblema latino-americano, com este programa da Reforma Universitária, em Cuba foi Julio Mella (fundador do marxismo nesse país) que cria a Federação Universitária Cubana em 1922. Em Peru, Mariátegui difusor do movimento e Victor Raul Haya de la Torre, funda sob estas bases a Aliança Popular Revolucionaria Americana (APRA) e preside a Federação de Estudantes da Universidade de San Marcos. Em Bolívia, inspira a criação de Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que, vai ter depois destacada atuação na revolução boliviana de 1952.

ensino, a partir dos programas do Fundo de Melhoramento da Qualidade Educativa (FOMEQ) e Programa de Incentivos para os Investigadores universitários, financiados pelo Banco Mundial. O sistema de concursos públicos fica congelado pelas diversas Leis de Reformas do Estado. Os professores passaram por um processo frenético de incluir-se em diversos e qualquer projeto de pesquisa pelas exigências impostas.

Do ponto de vista da docência, esta passou a integrar esse âmbito produtivista, mediado pelas mudanças curriculares, segmentação dos títulos e os inumeráveis convênios de municipalização de profissões “relâmpagos” de nível de tecnicaturas. Os eixos e diretrizes universais que havia conquistado a docência nas lutas contra a educação “livre” no período do governo de Frondizi (na década de 1960) passaram pelo filtro do capital e o Estado, provocando a transformação do conhecimento universal e histórico por saberes instrumentais, significativos e experienciais. Como consequência deste processo de destruição sócio-histórica se suscitou a competência pelas “ofertas educativas” para acompanhar o ensino de todas as idades e níveis educacionais e a reconversão do conhecimento dos docentes através da venda e oferta das capacitações.

“A Organização Mundial de Comércio propõe acordos para que a educação passe a ser um serviço, ofertar um serviço mercantil (...) como tendências de ensino nos caminhos da universidade na América Latina. A educação não pode ser de modo nenhum, regida pelas diretrizes do organismo mundial do comércio, das regras das taxas de lucro, de avaliação de custos-benefícios. Não pode estar submetida às regras do mercado. A educação é expressão de direito de acesso universal e é patrimônio histórico, cultural e político da humanidade e não se pode permitir que seja um negócio” (MOTA, Equador, 2009⁵⁷).

Na Universidade Nacional de Comahue, em consonância com estas tendências, a direção político-acadêmica da profissão adotou o caminho de congelar as reivindicações de efetivação de concursos, mais professores, equipamentos, salas para aulas, entre outros. Os últimos concursos públicos de regularização de cargos datam de 1993. Em 1995, se fusionaram as equipes de professores das duas cidades de ensino da profissão (Neuquén e General Roca, Província de Rio Negro). Como consequência houve um excedente de

⁵⁷ Mota, Elizabete (Brasil). Palestra: Los desafíos contemporáneos para la formación profesional en Trabajo Social. (ets-2009-audio-24) Escuela de Trabajo Social, Universidad Católica de Santiago de Guayaquil, 5 de Octubre de 2009. Ecuador. 1 archivo de audio, 11.3 mb, formato wma. Disponible: <http://www.ts.ucr.ac.cr/bv/ts-multimedia.php> (ac. 30 de maio de 2010).

docentes, distribuídos nas diferentes áreas curriculares. Providenciaram-se numerosas reuniões de reflexão coletiva sobre as possíveis reformas do currículo de Trabalho Social. Mas, estas não lograram êxitos.

A par deste processo, a condução política da UNCo comandou a maior ofensiva social e política pelas mudanças estatutárias e dos direitos políticos da comunidade universitária, gerando um processo constante de resistências e desafios políticos, com ocupações e greves estudantis e docentes. A demonstração mais destacada foi a ocupação estudantil da universidade em maio de 1995, com a reivindicação de retirada do projeto de Lei de Educação Superior, que vinha precedida por uma centena de demissões desarticulando vários serviços, em dezembro de 1994. Em setembro de 1996, os estudantes e docentes bloquearam de forma completa os acessos da UNCo contra a reforma estatutária (adequação a Lei de Educação Superior).

Nesta tendência de resistências universitárias, e tendo em conta, que a articulação da formação com as organizações da classe trabalhadora não era um fenômeno novo nem espontâneo, pois estavam ancoradas na historicidade da profissão, se objetivaram condições sócio-políticas para fundar a Cátedra Paralela em Trabalho Social. Para o conjunto do coletivo profissional de Trabalho Social, local e nacional, a possibilidade de introduzir a teoria marxista no âmbito das aulas e na prática pré-profissional se transformou numa grande conquista acadêmica e política, a partir da Cátedra Paralela de 5º ano da graduação. Inspirou fortalecer a perspectiva histórica – crítica na formação e exercício profissional, materializar os princípios da Reforma Universitária de 1918 colocando a liberdade de cátedra para o professor e a livre eleição dos estudantes para optar por um programa positivista ou histórico - crítico.

Com uma frente opositora a esta perspectiva, formou-se uma Comissão de Apoio à Cátedra Paralela integrada por centros de estudantes, sindicatos, fábricas recuperadas, jornalistas, graduados da profissão de distintas áreas do campo sócio-ocupacional, o CPSSNQN e outras organizações sociais. Com este impulso, realizou-se uma campanha nacional e internacional de apoios e de mobilizações ao Conselho Diretivo da Faculdade de Direito e Ciências Sociais (FADECS), que culminou na aprovação desta Cátedra de forma unânime em 02 de Julho de 2004 e posteriormente em 2005 implementada na sede da faculdade, na cidade de General Roca (Província de Rio Negro). Estes apoios levam a

compreensão de que existem determinações históricas no movimento das organizações políticas da classe trabalhadora e da profissão.

Ao nível da pós-graduação, o âmbito universitário avançou e de forma tardia na criação de pós-graduação de Trabalho Social, pois às áreas das ciências sociais e humanas não se apresentava como área rentável e comercializável na esfera estatal. Em 1995 começou a implementar-se o Programa de Pós-Graduação em Trabalho Social, com Mestrado na Universidade Nacional de La Plata em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Brasil) e o Mestrado em Trabalho Social na Universidade de Entre Rios. Somente a partir dos inícios do século XXI, é que os Programas de Pós-Graduação vão ter maior impulso na Universidade argentina e com a regra instituída majoritariamente, de ser pagos. Apesar disso, o pagamento das tarifas tem tido resistências mediante mecanismos diversos, estabelecendo-se a luta “contra a tarifa” como uma consigna de organização estudantil, Oliva *et al* (2009).

Mónica de La Fare (2009) expressa o aumento dos programas de pós- graduação na Argentina, referindo-se que no ano de 1995, as pós – graduações nas Ciências Sociais e Humanas contavam com 371 carreiras e em 2008 tem 822 ‘certificadas’. Ou seja, entre 1995 e 2008, criaram e/ou ‘certificaram’ 451 carreiras de pós - graduação nos grandes campos em estudo e concentrados no setor estatal com 68% de especializações, 65% de mestrados e 59% de doutorados.

Na esfera da profissão, hoje, a carreira de Graduação (Licenciatura em Trabalho Social/Serviço Social) se ensina em 29 Universidades (com mais de 25.000 alunos) e só sete universidades têm programa de pós- graduação de/ou com menção em Trabalho Social (OLIVA *et al*, Equador, 2009).

Assim, as transformações educacionais e políticas no âmbito universitário da Argentina, e particularmente na esfera da formação de Trabalho Social são parte substancial das ‘contrarreformas’ socioeconômicas e políticas estatais.

2.3. Os deslocamentos no campo sócio-ocupacional do Trabalho Social e nas práticas profissionais.

É razoável considerar que as transformações sócio-políticas da Argentina impactaram fortemente no mercado de trabalho, na intervenção profissional, no campo sócio-ocupacional e nas próprias práticas profissionais de Trabalho Social. Esse movimento contraditório das relações sociais e as mudanças impostas estabeleceram uma reconfiguração distintiva nas deliberações da formação e da organização política da categoria. Trata-se de um movimento essencialmente contraditório na profissão, aprisionado entre os horizontes de produção crítica e a intervenção profissional comprometida, e as barreiras ideológicas, teóricas e filosóficas de subordinação à ordem da sociedade burguesa.

É evidente, que a contínua instabilidade e conversão dos programas e projetos sociais mudam as condições de trabalho. Nos programas que eram nacionais, na descentralização e desregulação, os profissionais são obrigados a reconverter sua prática e condições pelas diretrizes que orientam tais imposições. Em muitas das vezes, elas são desenvolvidas em situações da violência típica que a sociedade de classes requer manter para submissão dos trabalhadores. Essa submissão é inerente a esta sociedade, e, portanto, não é pacífica.

Numerosas experiências trabalhistas são descritas em artigos de TS da Argentina sobre a imposição das instituições empregadoras relativas às funções e atividades alheias das incumbências e da ética profissional. O empregador impõe condições precarizadas aos contratos de trabalho, que denominamos “contratos basura”. Para exercer esse trabalho, o TS flexibilizado tributa ao Estado um imposto chamado “monotributo”. Significa que o TS “monotributista” carece de estabilidade no trabalho e não tem vinculação trabalhista com o empregador. Neste sentido, “a profissão não pode pensar-se, no processo de reprodução das relações sociais, independente das organizações institucionais a que se vincula” (IAMAMOTO, 2008, p.79).

Nestas condições, os TS que fizeram solicitações de aumento de recursos orçamentários para atendimento das demandas sociais, melhoras nas condições de trabalho e sindicalizarem-se foram passíveis de demissões, mudanças de setor de trabalho e ameaças. O incremento das demandas sociais e os ritmos mais intensivos de trabalho: nos plantões,

acúmulo de expedientes sociais e documentação, aumento das tarefas de acompanhamento aos usuários nas audiências judiciais e as dificuldades institucionais nos mecanismos de derivação social dos usuários geram o esgotamento do trabalho pela ausência da necessária quantidade de profissionais para atendimento desse aumento das demandas de trabalho, entre outros aspectos. Os TS nesses mecanismos de derivação social institucional não dispõem dos recursos materiais, econômicos e institucionais da política social, já observados. A incidência imediata na prática profissional, ademais, pela diversificação de programas e projetos sociais é a perda da dimensão política de sua prática interventiva. Este quadro praticamente generalizado é expressão das formas particulares que adota o trabalho assalariado profissional na reprodução social da classe,

O trabalho precário e temporário é um dos problemas a serem enfrentados no contexto neoliberal. A tensão advinda dessa complexidade de situações e da intensificação do trabalho social se reflete na vida profissional e pessoal das assistentes sociais. O fato de trabalhar com graves problemas acarreta stress e necessidade de certo distanciamento e apoio profissional e psicológico para o exercício de suas atividades. As organizações profissionais deverão colocar questões que vão muito além do controle de diploma, abrindo avenidas para exigir das instituições a formação permanente diante dos problemas que se tornam cada vez mais complexa, implicando um conhecimento cada vez mais diversificado e profundo (FALEIROS, 2003, p.36-37).

Ao mesmo tempo, no desenvolvimento e execução dos programas sociais focalizados, a orientação ideopolítica do discurso promovido pelo Estado acerca da “promoção, prevenção e os direitos humanos” concorre para naturalizar as expressões da ‘questão social’. Aí não necessitam-se de recursos materiais para a intervenção profissional. Esses objetivos de prevenção, promoção e direitos humanos na órbita da mercantilização dos direitos sociais constituem um discurso dominante para ocultar que a verdadeira política de “assistência social” descansa nas estruturas de “clientelismo político” dos partidos políticos do poder de Estado. Os organismos públicos e as ONGs, como empregadores, operam assim, no trabalho profissional com a função de apaziguamento da vida material e social do trabalhador. O recurso profissional da linguagem também não problematiza-se, por ser um aspecto integrado ao deslocamento do mercado e das condições de trabalho do TS.

Os deslocamentos do espaço sócio-ocupacional e as incidências na prática profissional implicam que “a intervenção profissional está em permanente tensão, produzida

tanto pelas reclamações dos usuários como pelo posicionamento do TS frente à política institucional” (OLIVA, 2003, p.74). Neste sentido, a mesma autora define que “para as tendências que reivindicam a assistência como direito, que desempenham uma gestão participativa e apontam para a realização de tarefas educativas de emancipação os recursos profissionais se complexificam implicando uma capacitação teórica-política cada vez maior (pag.75)

Resulta evidente, neste contexto, que as ‘contrarreformas’ estatais desenvolveram, numa magnitude sem igual, as mudanças sócio-ocupacionais do Trabalho Social, em suas atividades e seu ‘cotidiano’, colocando em tensão a análise endógena da categoria, para localizar a problematização da prática profissional e o trabalho assalariado. Trata-se de um confronto teórico-prático que requer mudar o foco profissional da concepção da sociedade, do Estado, da centralidade da produção material e dos posicionamentos teórico-políticos de seu agir profissional, numa visão crítica-histórica.

CAPÍTULO III:

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES SOCIAIS DA ARGENTINA

No presente capítulo analisa-se as reflexões da organização política profissional, na sua essência, sobre o processo sócio-histórico de fundação e reativação das entidades representativas profissionais da categoria de Trabalho Social. As práticas políticas profissionais que mediam a configuração da organização política dos TS estão determinadas pela condição de profissão assalariada e as determinações sócio-históricas estruturais da sociedade de classes. A defesa do trabalho profissional, precarizado e instável, submetido às condições das ‘contrarreformas’, concretiza-se na criação dos Colégios Profissionais e na atuação latino-americana. Também, condicionaram o desenvolvimento das reivindicações profissionais no contexto de lutas da classe trabalhadora.

3.1. A organização política latino-americana e o desenvolvimento das entidades representativas nacionais da Argentina

Desvendar o processo de gestação da organização política profissional na Argentina na criação dos Colégios Profissionais significa circunscrevê-la no contexto latino-americano da profissão e apreender as diversas discontinuidades e reativações do funcionamento da organização política nos posicionamentos, diante das mudanças das práticas profissionais e a relação da profissão com o Estado. Implicou saber de que forma foram compreendidas as distintas concepções teóricas-políticas; e éticas a respeito do significado sócio-político da profissionalização do Trabalho Social, e os princípios que orientaram a existência da organização política.

A procura da integração latino-americana pelos trabalhadores tem tido marchas e contramarchas; não obstante, para a classe dominante, a partir do projeto MERCOSUL, ganhou relevância a abertura de benefícios ampliados para os monopólios industriais. Enquanto isso, os Estados realizaram alinhamentos ideológicos - políticos para a participação primordial das Centrais Sindicais de Trabalhadores dos países do Cono - Sul em eventos e

projetos conjuntos. O projeto MERCOSUL, defendido em diversos âmbitos na década 1980 até meados dos anos 1990, foi substituído pela União de Nações Sudamericanas (UNASUR), fundada no ano 2000, em Brasília, pelos Estados de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Guiana e Suriname⁵⁸.

Nestes últimos vinte anos, os organismos representativos do coletivo de Trabalho Social do Brasil, Uruguai, Argentina e logo Paraguai, fizeram inúmeros esforços pela integração do Cone - Sul para a profissão, assinando, em Montevideu, em 2 de dezembro de 1995 o Protocolo de Intenções, onde se estabeleceu uma agenda para a formação de um organismo dos Assistentes Sociais no âmbito do MERCOSUL. Venezuela e Chile se incorporaram uma década mais tarde, em 2006. Finalmente, em 14 de maio de 1996 criou-se o Comitê MERCOSUL de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social, com uma organização de duas reuniões por ano e com rotatividade da Coordenação deste Comitê⁵⁹ (BEHRING, 2004, p.188). A mesma autora acredita um acúmulo na

“compreensão comum do significado e direção sócio-política da regulamentação dos profissionais, expressos no conjunto de declarações e documentos assinados e os avanços com os princípios éticos comuns aos quatro países” (BEHRING, 2004, p. 192).

Destaca, ao mesmo tempo, os fatos históricos deste Comitê: 1) o posicionamento crítico e comum acerca do caráter meramente comercial imprimido aos acordos do MERCOSUL desde 26 de março de 1991 com o Tratado de Assunção; 2) a Declaração de Montevideu, de 06 de abril de 2003 contra a invasão de Estados Unidos ao Iraque e 3) a crítica à definição conservadora do Serviço Social da FITS, no ano 2001.

⁵⁸ UNASUR, Cumbre de Presidentes en San Carlos de Bariloche, Argentina, 28 de Agosto 2009. O organismo intergovernamental foi criado para a coordenação das questões políticas e diplomáticas, e persegue a harmonização de políticas de desenvolvimento rural e agro – alimentaria, e a construção de espaços de diálogos entre empresários, trabalhadores e sociedade civil. Recentemente criaram o Conselho Sudamericano de Defesa, destinado a cooperação para o treinamento das forças armadas da região. Informe especial online para Diário “Río Negro”: <http://www.rionegro.com.ar/diario/2009/08/24/1251149066.php>

⁵⁹ As coordenações do Comitê foram exercidas por Emilio Ortiz, da Argentina (1996-1998), Elaine Rosetti Behring, do Brasil (1998-2000), Rodolfo Martinez, de Uruguai (2000-2002), Estela Garcia, do Paraguai (2002-2004), Laura Acotto, da Argentina (2004-2006).

É neste processo de construção das ações coletivas, que é significativa a intervenção da FAAPSS no âmbito latino-americano e mundial na construção de sistematização para proposta⁶⁰ levadas ao Comitê MERCOSUL e este ao Comitê de Ética Internacional da FITS. Esta produção foi incorporada integralmente no novo Código de Ética Internacional, sendo aprovada em Adelaida (Austrália), em outubro do ano 2004⁶¹. Essa participação realiza-se através da ALAIETS, ao integrar AIETS⁶² e FITS. Este novo Código de Ética esteve precedido de deliberações e documentos de debate de Montreal (2000), Genebra (2002), Copenhague (2001 e 2003).

Após a ditadura argentina ocorreu um processo de renovação do funcionamento das entidades representativas nacionais dos três segmentos da categoria, tanto da Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social (FAAPSS) como das Unidades Acadêmicas de Trabalho Social. Estas, agrupadas na Associação Argentina de Escolas de Serviço Social (AAESS) – surgida na década de 1960- reiniciam suas tarefas em 1984; presidida por Natalio Kisnerman. AAESS teve seu fim no Congresso de FAAPSS, as XIII Jornadas Nacionais de Serviço Social realizada em outubro de 1986 quando ao falar Kisnerman encontrou-se vaiado, segundo manifesta Oliva (2005) no artigo dos “20 anos de FAETS”. Em outubro de 1987, em base à proposição de Kisnerman é fundada a Federação Argentina de Unidades Acadêmicas de Trabalho Social (FAUATS), com representação dos três segmentos da categoria profissional (profissionais; professores e estudantes) e se aprovara seu estatuto de funcionamento. Nos primeiros anos deste funcionamento participaram mais de 50 escolas de nível universitário e terciário do país. A FAUATS participou na Associação Latino-americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) exercendo a representação acadêmica argentina, posteriormente denominada ALAIETS.

⁶⁰ A comissão de Ética de FAAPSS, com a participação de delegados dos Colégios Profissionais de Santa Fé (1ª e 2ª circunscrição), Conselho de Graduados de Buenos Aires, La Pampa, Córdoba, Salta, Jujuy e Mendoza, é um espaço de debate e produção institucionalizado. Recopilou informação, analisou os Códigos de Ética dos Colégios, Conselhos e Associações, e a sistematização da informação num instrumento elaborado para tal objetivo.

⁶¹ FAAPS: Balanço e Memória da FAAPS, ano 2004, aprovada em Junho 2005, em relação à comissão de Ética.

⁶² AIETS (Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social) possui status consultivo em Nações Unidas e participa como ONG nas atividades que Nações Unidas desenvolvem em Genebra, Viena e Nova York. Representa à educação do trabalho social no nível internacional. Disponível: <http://www.iassw-aiets.org/>

Durante o governo de Menem a participação das Unidades Acadêmicas foi debilitada e poucas delas consideravam que podiam continuar um trabalho comum. Segundo o Documento Nº 2 de debate de FAUATS (maio 2007), afirma: “foi um período difícil por que cada unidade acadêmica tinha suas próprias dificuldades para lograr manter-se diante o deterioramento orçamentário que afetava o funcionamento das carreiras com fortes caídas de salários e redução de cargos docentes”. Neste período, as ‘contrarreformas’ sociais, econômicas e políticas provocaram sérios obstáculos na sustentabilidade das organizações da categoria do Trabalho Social. Mais precisamente, essas dificuldades tiveram raízes políticas. Concordamos com a análise de Oliva⁶³ (2005), ao afirmar que:

“O vínculo entre a organização de estudantes e das organizações de formação é elementar si se querem organizações de luta. Lamentavelmente, durante o período menemista essas organizações foram devastadas e terminaram sendo um selo. Na década dos anos 1990, o embate neoliberal teve muitos aliados em Trabalho Social e as carreiras fizeram um retrocesso”.

No ano 2001, continua a discussão da continuidade de funcionamento da FAUATS e nesse desafio de manter a organização, em 2002, reúnem-se 20 Unidades Acadêmicas em Córdoba decidindo a continuidade da FAUATS⁶⁴. Esta trajetória de discussões debilitou a FAUATS e contribuiu para que, em 15 de Novembro de 2003, 14 Unidades Acadêmicas associadas promovessem a criação da Associação Argentina de Formação Acadêmica de Trabalho Social (AAFATS), com sede na cidade de Paraná (Província de Entre Rios). A escolha do local da sede decorre do fato desta cidade ser o município de residência do Presidente da Comissão Diretiva desta organização. Ambas as associações de unidades acadêmicas impulsionaram o apoio para os debates e mudanças curriculares. Não obstante, é a FAUATS que novamente adquire sua predominância organizativa das Unidades Acadêmicas ao obter em 2006 seu reconhecimento jurídico,

⁶³ Oliva, Andrea: Documento intitulado “Um borrador como contribución a la historia de FAETS” presentado en el Congreso de los “20 años de FAETS”, Julio 2005, Tandil (Província de Buenos Aires).

⁶⁴ Documento Nº 2 de DEBATE, de Maio 2007, elaborado pela Comissão Diretiva de FAUATS: Patrícia Acevedo, María Eugenia Garma e María Inês Peralta. Este documento se integra de três partes para dar conta da Asamblea Anual da entidade sobre o tema central do Encontro 2007: 1) Armando nossa historia, 2) Preciões Conceituais sobre lineamentos curriculares básicos e 4) Condições institucionais, marco de análises.

legitimando-se como a organização política no âmbito acadêmico da formação. Em relação às diferenças entre as organizações, Oliva (2005) afirma que,

“a modalidade de constituição da AAFATS aparece mais como uma necessidade de alguns de seus integrantes para realizar seus negócios, preocupados pelo poder de faturar e receber subsídios, pensando mais em questões burocráticas (com o argumento de ter a pessoa jurídica) que nas necessidades da formação de profissionais de Trabalho Social neste momento histórico” (Julho 2005, Documento apresentado no Congresso “20 anos de FAETS”).

Ao mesmo tempo, os estudantes de Trabalho Social, voltam a sua organização fundando em 1985, em Córdoba, a Federação Argentina de Estudantes de Trabalho Social (FAETS), a qual foi precedida por uma mobilização nacional de organização dos Centros de Estudantes nas Unidades Acadêmicas Universitárias. Segundo a FAETS, esta organização estudantil constitui uma “ferramenta acadêmica política e gremial” dos estudantes de Trabalho Social na Argentina, por ‘um Trabalho Social crítico, comprometido e liberador’ e procurando avançar na conformação de uma organização latino-americana, a qual data sua atuação dos começos da década de 1960.

Nos congressos estudantis dos anos 2000 realizou-se intercâmbio com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), do Brasil e Trabalho Social Crítico, da Colômbia. Seu funcionamento radica na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, “comprometida com os interesses do povo” e na integração de comissões das distintas unidades acadêmicas do país. Seu lineamento é o “consenso na tomada de decisões, a horizontalidade e a independência dos partidos políticos”⁶⁵.

A FAAPSS se estrutura em 1981 com a participação de doze associações provinciais e aprovação de seu Estatuto. Integra-se à Confederação Geral de Profissionais da República Argentina em 1983, e ao ano seguinte, a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS)⁶⁶ após passar, desde sua criação, em 1948, por diversos impasses e

⁶⁵ Sobre a história de FAETS, adotou-se documentos de Julian Catalano. Disponível: <http://www.revistasintesis.cl/sintesis2catalano.pdf>

⁶⁶ Tivemos em consideração a sistematização do ano 2010, da Mag. Nilda Gladys Omill de Tucumán. Documento “Las organizaciones profesionales”. Disponível: http://www.filo.unt.edu.ar/prog_10/intro_ts_art_organizaciones_profesionales.pdf

interrupções. Situações produzidas pelas diversas conjunturas sócio-políticas históricas, principalmente, pelas ditaduras militares e as seqüelas postas para sua reorganização.

Seu ingresso na esfera internacional mostra a participação ativa no desenvolvimento das organizações acadêmicas e profissionais do Cono – Sul e da América Latina. Sua intervenção procurou estimular os debates para delinear propostas comuns nas relações internacionais. Ao mesmo tempo, muitos Colégios Profissionais de Serviço Social nucleados na FAAPSS afrontaram diversos obstáculos diante do desmantelamento do campo sócio-ocupacional e a precarização trabalhista dos profissionais.

Tendo em conta o período ‘menemista’ como de confusão ideológica – política, de desmonte dos organismos da classe trabalhadora e de paralisia no caso dos sindicatos, a participação dos profissionais em suas organizações se dá em alguns momentos de forma mais destacada e, em outros, há um afastamento desta participação. Esta contraditória presença profissional na coletivização de suas ações políticas em suas entidades representativas está vinculada às transformações no mundo do trabalho e no campo sócio-ocupacional através das mudanças das políticas sociais, como analisara nos capítulos precedentes.

Apesar disso, tanto a FAAPSS como os Colégios Profissionais provinciais, trabalharam no sentido de manter os Colégios Profissionais. Um aspecto da manutenção organizativa da FAAPSS como do Colégio profissional de Serviço Social da Província de Neuquén (CPSSNQN), é a questão econômica - financeira de sustentação da entidade. No ano 2005, existiam oito Associações em moratória, e na Federação, só 37% dos profissionais faziam pagamento na entidade de base, os Colégios Profissionais. Esta questão perpassou a totalidade das ações profissionais, dado que subordina o desenvolvimento institucional da organização aos limites econômicos disponíveis, gerando condições de desmobilização de seus membros ativos e condicionando as estratégias políticas de atuação da organização.

Não obstante, a coletivização dos esforços das práticas políticas profissionais permitiu nessa sustentação profissional, avanços significativos nos inícios do século XXI, como explicita o Documento da Memória de FAAPSS⁶⁷, que a situação da profissão era a seguinte:

⁶⁷ FAAPSS: Memória aprovada pela Assembléia Anual da entidade, 25 de Junho de 2005. Disponível: http://www.trabajosocialarg.org.ar/noticias_desarrollo.shtml?x=23673

- 1) Estabeleceu-se contato com a Associação Argentina de Formação Acadêmica de Trabalho Social (AAFATS) “num espaço de diálogo sobre temas e preocupações comuns: Currículo Básico, participação dos acadêmicos no Comitê MERCOSUL, preocupação pelos institutos terciários e os rebaixamentos impulsionados em alguns institutos católicos de quatro a três anos de estudos favorecendo que a carreira transformasse em tecnicatura, etc. Definiu-se uma proposta de trabalho a partir do ano 2006, de avançar na discussão de um currículo único na formação dos Trabalhadores Sociais.
- 2) Constrói-se um espaço de debate e produção em torno à questão da Ética, reunindo-se recopilação de informação, análise dos Códigos de Ética e a sistematização da informação. Realizaram-se reuniões com assessores legais dos Colégios para avaliar a conveniência e pertinência de um Código de Ética a nível nacional, para funcionamento como norma de aplicação de segunda instância.
- 3) Relação com o Ministério de Desenvolvimento Social da Nação (presidido pela Doutora em Serviço Social, Alicia Kirchner), com diversas reuniões para estabelecer âmbito de discussão e debate sobre aportes e reconhecimentos do saber especializado do Trabalho Social; hierarquizar a profissão desde os aspetos salariais, a função profissional e a vigilância do espaço profissional.
- 4) Condições do exercício profissional: A FAAPSS entregou um documento preliminar de diagnóstico e das condições do exercício profissional e se acordaram diversas linhas de trabalho: apresentação de projetos, intercâmbios de informação do MERCOSUL, informação Ministerial sobre financiamentos e decretos do Ministério pelos quais todas as solicitações devem ingressar com a assinatura dos TS. Elevaram informes de diagnóstico do desenvolvimento das políticas sociais nas províncias, etc.

Na caracterização das organizações da profissão do continente, Juan Manuel de Latorre, - Presidente Regional do Comitê Executivo da FITS entre 1998 e 2006-, destaca os seguintes aspetos,

Nossas organizações são bastante fracas, com raras exceções, o Brasil entre elas. Há dispersões, sucessões, falta de pressão e continuidade nos seus programas e conseqüentemente, um problema de representatividade. Observa - se burocratização,

carência de visão globalizadora, integral e prospectiva a respeito da necessária articulação com as lutas da classe trabalhadora. Ademais, apresentam carência de relações acadêmicas, desconexão com outras organizações de base e com o trabalho político orientado na busca da construção de outra sociedade. Algumas apresentam dificuldade na capacidade de discussão e, em alguns casos, em algum tipo de trabalho que priorize as relações humanas frente ao compromisso transformador das relações sociais. Outras circunstâncias, é que um pouco mais de 50% dos países do continente precisa de mais entidades que protejam o exercício profissional e também, a carência de um currículo mínimo para a formação de Trabalhadores Sociais na América Latina dificulta a pauta comum de projetos profissionais de inspiração coletiva (2004, p. 98).

O mesmo autor considera que “as condições estão dadas” para recriar as organizações e agremiações profissionais, ou como diz, seja uma grande responsabilidade em lograr uma direção política profissional, pois se necessita reconhecer “onde estamos; quem somos; que temos e para onde vamos”, tendo em conta que

Como em nenhum outro continente, os Trabalhadores Sociais têm um acumulado histórico de progressos intelectuais, metodológicos e investigativos, de rupturas e avanços epistemológicos, de lutas e compromissos na busca de muitos insígnies massificativos de resistências aos sistemas opressores, de sonhos coletivos, de projetos editoriais importantes (DE LATORRE, 2004, p.100).

Na Argentina, a profissão apresenta numerosos interrogantes e inquietações vinculados ao significado da crise geral capitalista, às conseqüências desta sobre a classe trabalhadora, à perda dos direitos e a perspectiva de que as organizações políticas profissionais não podem desenvolver-se de forma isolada. Elas requerem ser vivenciadas pelos TS na articulação de objetivos comuns da classe trabalhadora, na direção do Trabalho Social latino-americano e mundial.

Esta reflexão requer dos profissionais seu compromisso na luta geral da classe trabalhadora já que as condições da miséria social, a mundialização do capital e a persistente crise financeira, que é crise política, não deixam margem para o pleno desenvolvimento de uma organização política da categoria profissional. É esta luta mais geral que define os processos das organizações políticas dos trabalhadores.

Margarita Rozas Pagaza (2004) ao se referir às organizações políticas e acadêmicas da América Latina, diz que se faz necessário “pensar alguns critérios orientadores deste processo de recriação chamando “(re) fundação de nossas organizações” (p.41) e

identifica que esse desenvolvimento significativo da profissão - em cada país e região -, requer um organismo latino-americano, que “deve ser um articulador de projetos ético – teóricos e político-críticos; construindo uma forma organizativa diferente” (p.48) sem sugerir, no entanto, qual forma organizativa diferente poderia ou deveria adotar este organismo latino-americano.

Um organismo latino-americano profissional no contexto sócio-histórico demanda, necessariamente, uma conjugação de desafios de direção política inseridas no horizonte de consciência política e unidade de classe dos trabalhadores, e de mobilização e recursos para a formação, pesquisa e produção de conhecimento, recolocando a defesa dos direitos na agenda política. Por outra parte, quando refletimos na perspectiva da emancipação humana e política, revela-se a importância da necessidade de um projeto societário político da classe explorada, no tocante às reivindicações mediatas e históricas dos trabalhadores, e o traçado das diretrizes de independência de classe e de combate ao capital e ao Estado.

Subjacente a esta perspectiva, está a análise teórica que compreende que, a força de trabalho do TS, ao ser requerida pelo Estado, na necessidade de intervenção na “questão social”, sua atuação é contraditória, no sentido de que ora está comprometida com a classe trabalhadora, ora se coloca alheia da contradição capital/trabalho. Ou seja, o profissional de Trabalho Social ao participar do processo contraditório da sociedade, - como sujeito político/trabalhador assalariado - de produção e reprodução das relações sociais e dos antagonismos de classe expressa o reforço das respostas ao capital ou às demandas, às necessidades da classe explorada.

O incremento das demandas sociais e a própria resistência dos trabalhadores gravita mudanças nas relações societárias. Na organização das lutas, variam as estratégias, táticas e alianças das organizações sociais e políticas dos trabalhadores na procura da satisfação das necessidades de reprodução. Este processo condiciona e interfere nas práticas da intervenção profissional do Trabalho Social. Compete, então, ao profissional a qualificação teórica da compreensão de que sua implicação sócio-política e seu caráter técnico subordinam-se à dimensão política de sua prática (IAMAMOTO, 2008).

Portanto, trata-se da necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico -

prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional (IAMAMOTO, 2008, p.96).

Nesse esforço coletivo dos TS por desenvolver ações de legitimação profissional, os processos organizativos e as lutas da classe trabalhadora têm incidido e influenciado nos movimentos políticos pela construção da organização política de Trabalho Social.

Entendemos que as práticas políticas dos TS ao mediar a conformação de suas entidades representativas profissionais, ou seja, os Colégios Profissionais, na defesa social, legal, trabalhista e política dos direitos da classe trabalhadora, são uma mediação na constituição, defesa e fortalecimento da organização política do Trabalho Social.

Concordamos com Sâmia Rodrigues Ramos (2005), que “a rearticulação da organização política profissional ocorre num contexto de lutas democráticas e se materializam no engajamento de significativos setores da categoria em diversos espaços coletivos”. Ela afirma que

A organização política de uma categoria profissional é uma dimensão primordial e uma das condições históricas para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão. Sobre esse aspecto é importante ressaltar que a categoria profissional não se constitui como um todo homogêneo, mas ao contrário é marcada por uma diversidade social, intelectual, cultural, política e econômica. Tal configuração expressa uma multiplicidade de projetos individuais e societários no seu interior, constituindo-se em espaço plural do qual podem emergir projetos profissionais. (RAMOS, 2005, p.79).

Prosseguindo, a mesma autora acredita que

Possam existir outras organizações políticas que defendem os interesses da classe trabalhadora, além dos partidos e sindicatos. O que vai dar o caráter de defesa de propostas revolucionárias é a direção política de tais esferas e sua articulação com as demais instâncias organizativas, dentro delas, os partidos políticos. Daí, a sociedade conviver com sindicatos “pelegos” que dizem representar os (as) trabalhadores e entidades de fiscalização, tradicionalmente conservadoras, com uma agenda que sinaliza a direção da possibilidade de transformação social (idem, p. 53).

A proposição teórica da autora resulta interessante, nessas condições, para apreciar a aparição na cena política - frente aos processos de burocratização das organizações

políticas-, de diversas formas de organização da classe trabalhadora e segmentos profissionais. Outras organizações da classe, surgidas pelo próprio desenvolvimento social, contra o burocratismo sindical e a cooptação político-estatal, revelam as contradições sócio-históricas, quando a disseminação dos fundamentos do “neoliberalismo” e a “globalização” borram a tradição sócio-histórica denominando “novas” e acreditam que elas se erguem sobre a “experiência significativa”, sem necessidade da educação política.

A vasta experiência desenvolvida na metade do século XX e início de século XXI demonstra que estas “novas” organizações não ultrapassam os horizontes da democracia burguesa, ficando nos limites reivindicatórios e com facilidade de dissolução pela ausência de uma direção sócio-política inscrita nos termos de classe.

Não se tem dúvida que neste contexto sócio-político, a defesa dos direitos dos próprios profissionais de Trabalho Social deve estar inserida como parte assalariada da classe trabalhadora. Não existem os direitos do TS, como profissional que vive de seu salário, por fora do proletariado nem isenta das contradições sócio-políticas na lógica do capital/trabalho. Ainda mais, pelo fato de que os direitos sociais e políticos hoje, nesta crise capitalista, constituem uma cena de luta contra o capital.

O movimento geral latino-americano pela construção das organizações profissionais da categoria de Trabalho Social adquiriu o grande desenvolvimento no período da Reconceituação, com inúmeras manifestações organizativas. Tal movimento ao estar no centro da ascensão de lutas e movimentos revolucionários da época, fez com que o processo de politização dos TS fosse parte desse processo da Reconceituação, no sentido, de fazer política da classe trabalhadora. A década de 1960 inscreveu a Reconceituação nas discussões não só ao nível teórico-metodológico, mais também na fundação das organizações profissionais de categoria.

Resgatamos a relevância que adquiriu a organização coletiva dos Assistentes Sociais do Brasil. A categoria profissional do Serviço Social⁶⁸ brasileiro logrou capitalizar

⁶⁸ A profissão denominada de Serviço Social no Brasil é intitulada de Trabalho Social na Argentina majoritariamente e introduzida por Juan Barreix na década de 1960. Não obstante, há uma polêmica que permanece ainda não somente nos títulos de graduação, como também na configuração dos planos de estudo universitário (com exemplo da Licenciatura em Serviço Social da Universidade Nacional de Comahue). Questão que, todavia é controversia nas funções dos profissionais. Aqui compartilhamos o debate exposto por Jose Paulo Netto de que a questão terminológica ‘aparece como inteiramente secundária’ em “Ditadura e Serviço Social, uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”.

como legado do Movimento da Reconceituação a vinculação com as lutas da classe trabalhadora, principalmente contra a ditadura (1964-1985), transformando seu direcionamento sócio-político numa perspectiva totalizante e integral. Netto (2005) reafirma ao destacar que foi o passo mais relevante da história do Trabalho Social,

Pelo menos quatro conquistas, que se integram na dinâmica profissional de nossos países: 1) a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana, 2) a explicitação da dimensão política da ação profissional, 3) a interlocução com as ciências sociais e 4) a inauguração do pluralismo profissional. A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social se situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais (NETTO, 2005, p.11).

A Reconceituação teve como objetivo principal a crítica tanto ao tradicionalismo existente na profissão, tendo sua prática orientada por uma ética liberal-burguesa, pautado na crítica à assepsia política, à prática empirista, paliativa e burocrática; como também o sistema econômico político vigente, às políticas do Welfare State, às amarras imperialistas, a ordem burguesa e o capitalismo. Teve suas raízes atreladas à conjuntura internacional de “exaurimento de um padrão de desenvolvimento capitalista” (NETTO, 2005).

Os profissionais de Serviço Social se questionavam sobre qual seria sua contribuição para a superação do subdesenvolvimento. Tal questionamento minava as bases do Serviço Social “tradicional”, pois as primeiras respostas foram à organização profissional em uma espécie de *grande união*. Essa frente era formada por dois grandes grupos: o primeiro vinculado a projetos de caráter desenvolvimentista: os reformistas - democratas –; e o segundo defendia projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração de dominação: os radicais - democratas.

No Brasil, após a erosão do Serviço Social “tradicional”, o processo de reflexão dentro da profissão fez surgir grandes direções políticas, expressas em diversos seminários realizados pela profissão⁶⁹.

⁶⁹ Netto (2002) afirma que a 1ª Direção foi sistematizada nos Seminários de Teorização do Serviço Social, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social – CBCISS - a *Perspectiva Modernizadora*. Funcional às exigências do sistema político da Ditadura brasileira, fundamentava-se no funcionalismo e no neopositivismo; vai desde a segunda metade dos anos 60 até meados da década posterior;

A existência deste “Serviço Social crítico” - que hoje implementa o chamado Projeto Ético-Político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação com ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva. (NETTO, 2005, p.18).

Ancorada na teoria marxista, a categoria profissional aproximava-se aos movimentos da classe trabalhadora. Netto (2002) explicita como se desenvolveu essa articulação, no interior do Serviço Social, desde sua formação no meio acadêmico até chegar aos trabalhadores. Para exemplificar essa mudança e posicionamento político do Serviço Social brasileiro, temos como marco histórico o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, em 1979, conhecido como “*Congresso da Virada*”, que ocorreu em São Paulo. Nele, uma vanguarda profissional, em um ato político, destituiu a Comissão de Honra do Congresso, que tinha como membros o então Presidente da República, General João Batista Figueiredo; alguns ministros, o governador -desse momento- de São Paulo, Paulo Maluf e outros personagens da ditadura; convidando representantes de organizações e do movimento popular, como Luís Inácio Lula da Silva, então líder do movimento dos trabalhadores do ABC paulista e outros a se fazerem presentes na mesa de encerramento⁷⁰.

A experiência da formação da organização política dos TS visibiliza, portanto, que sua gênese está inscrita no quadro de resistências e lutas da classe trabalhadora e na vinculação das organizações sindicais ao movimento popular combativo, direcionando condições objetivas para formular uma perspectiva estratégica e de totalidade do movimento

tem como principal representação os *Documentos de Araxá (1967)* e *Teresópolis (1970)*, emerge durante o encontro em Porto Alegre. A 2ª Direção intitulada ***Reatualização do Conservadorismo*** procurava trazer para o Serviço Social, novas bases teóricas, porém acaba recuperando componentes conservadores, pois inspirava-se principalmente na Fenomenologia e na Psicologia, pautando mais pela subjetividade e teorias psicologistas, representado principalmente pela tese de livre-docência de Ana Augusta de Almeida. Esta apresentava suas idéias como uma “nova proposta” para a prática profissional. Por final destacamos a 3ª Direção, a ***Intenção de Ruptura***, caracterizava-se por ser uma tendência do Serviço Social que tinha a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do conservadorismo profissional, fazendo grandes críticas ao positivismo e bebendo da fonte teórica do marxismo e aproximando-se das lutas da classe trabalhadora, representado pela proposta elaborada no interior da Universidade Católica de Minas Gerais - o Método Belo Horizonte.

⁷⁰ Em comemoração aos 30 anos desse evento foi realizado um Seminário Comemorativo, - nos dias 16 e 17 de Novembro de 2009-, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), no Estado de São Paulo, no Centro de Convenções do Anhembi, contando com 2107 vagas preenchidas por profissionais e estudantes do todo o Brasil.

da categoria do Trabalho Social. Abramides e Cabral (2009) ao tratar a realidade brasileira, afirmam que, a partir de 1977

Inicia-se um processo de articulação no campo da esquerda, das entidades sindicais da categoria, dos setores progressistas vinculados à formação profissional, bem como o movimento estudantil, no sentido de *travar as lutas de forma conjunta e unificada*. Desencadeia-se, também, uma articulação que passa por dentro das entidades sindicais para a formação de chapas combativas e de lutas para concorrer às direções dos conselhos regionais e federal de assistentes sociais, na disputa com o conservadorismo. Estabeleceu-se, no processo de ruptura com o conservadorismo ao longo dos últimos trinta anos, a clara relação entre projeto profissional e projeto societário emancipatório no âmbito sindical, da formação, do exercício profissional e estudantil. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, P. 59) - grifo nosso.

Foi na construção do “novo sindicalismo” manifestado no âmbito de “independência e autonomia de classe em relação ao Estado e ao patronato e direcionado para um sindicalismo de lutas, de massas, de base, que se construiu a nova estrutura sindical da Central Única de Trabalhadores (CUT)” (ABRAMIDES, 1995), e, portanto,

A partir de 1990, inicia-se o processo de dissolução dos sindicatos de base dos Assistentes Sociais, para a inserção da categoria nos sindicatos por ramo de atividade ou contratação, com a conseqüente extinção da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1994. Nessa transição, a ANAS, em seu congresso sindical de 1989, definiu também a necessidade de iniciar um processo junto aos demais organismos de representação da categoria ABESS e CFESS, no sentido de propiciarem um amplo debate junto à mesma, objetivando a garantia de uma entidade autônoma e livre, de âmbito nacional, que desse conta das questões do profissional e da profissão, desde a formação ao exercício profissional, assumindo particularidades destes na divisão sócio-tecnica do trabalho nas diferentes conjunturas. Concretamente, a proposta de entidade única deliberada na IV ANAS em 1989, e recomendada no VI CBASS em Natal nesse mesmo ano foi assimilada pelas demais entidades organizativas em nível nacional: ABESS e CFESS. No âmbito da organização sindical, a decisão assumida pela ANAS e suas afiliadas de extinção das entidades sindicais da categoria é politicamente acertada, sendo fruto de amadurecimento alcançado nesta trajetória (ABRAMIDES, 1995, p.30-31).

É essa decisão de organização por ramo de atividade e não por categoria, que expressa à inscrição do coletivo profissional na perspectiva de organização sindical da classe trabalhadora. Então, a história pela construção da organização política profissional de Trabalho Social indica a trajetória das entidades representativas dos profissionais na busca pelas respostas coletivas para a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora e o

reconhecimento da condição de assalariados dos profissionais. Isso significa, “buscar uma identidade coerente que forma o caráter coletivo da profissão, que lhe dão uma visão do mundo, um caminho que permite aos profissionais o enfrentamento consciente da violência típica da sociedade capitalista” (BARATA TEIXEIRA, 2007, p.50).

As experiências das organizações políticas e sindicais profissionais (no campo da categoria) demonstram que as entidades representativas da profissão têm obtido uma estrutura política programática que dá forma à direção sócio-política, assentadas nos valores das diretrizes profissionais. Portanto, sua estrutura deve apresentar a forma coletiva e democrática,

Significa envolver legitimidade, representatividade e ações hegemônicas. Ter uma pauta histórica de compromisso com as lutas da classe trabalhadora, não só para a categoria, pois o trabalho com qualidade está ligado com as lutas mais gerais e assegurando a sobrevivência da organização. O CFESS/CRESS defende a sindicalização por ramo de atividade e não por categoria - que se estrutura no momento do “sindicalismo de ruptura” contra o “sindicalismo de resultados” e foi nesse sentido o movimento profissional mais combativo. Já desde o ano 1997, confirmou entre estas questões sindicais, a defesa do movimento sindical por ramo e no ano 2001, em Bahia, outro evento reafirmou. As disputas políticas pela categoria, que são legítimas, são disputas pela direção política da organização (BOSCHETTI, 2010)⁷¹.

A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), criada em 1946, teve um papel importante na direção da categoria profissional. Rodrigues Ramos (2005) expressara que no atendimento das novas demandas surgidas a partir dos Programas de Pós-Graduação foi criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS). O desenvolvimento das produções teóricas implicava uma totalidade as dimensões da pesquisa e da pós-graduação,

A defesa da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e articulação da graduação e pós-graduação, aliada a explicitação da importância da pesquisa, dentre de outras questões, gerou definições na estrutura da entidade, que em 1998, transformou-se de ABESS para ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). O processo de construção dessa mudança foi bastante

⁷¹ BOSCHETTI, Ivanette (Presidente do CFESS). Palestra intitulada “Serviço Social, condições de trabalho e questão sindical”, desenvolvida no dia 12 de Abril de 2010 na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Federal, no Estado de Pernambuco, – SINDSEP- e organizada pelo CRESS, Recife-PE.

polêmico, eivado de debates e disputas, em uma dinâmica de confrontos entre perspectivas teóricas-políticas diferenciadas, o que, por vezes, gerou conflitos entre entidades e sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que contribui para o amadurecimento desses protagonistas e enriqueceu o debate profissional (RODRIGUES RAMOS, 2005, p.90-91).

Foram estas entidades responsáveis pela afirmação e consolidação do direcionamento sócio-político do projeto de formação profissional na aprovação, em 1996, das Diretrizes Curriculares. A autora citada refere que seu protagonismo foi incontestável.

No caso dos estudantes, sua organização – Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS)- que data desde 1964, foi reestruturada em 1978 e em 1993 passou a denominar-se Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), destacando-se sua atuação por um projeto político da classe trabalhadora.

Por ser o Serviço Social uma das primeiras profissões em adquirir estatuto de atividade profissional, em 1957, criou-se o Conselho Federal dos Assistentes Sociais (CFAS). Na década de 1970, na sintonia da profissão na mobilização da classe trabalhadora teve repercussões na redefinição dos Conselhos da categoria, aprofundadas nos anos 1990 pela explicitação dos princípios do projeto ético-político. Em 1993, mudou a denominação para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a criação dos 24 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) no Brasil. Sua trajetória é “fruto de um aprendizado e de uma história de participação e de organização de significativos setores da categoria principalmente daqueles que se opuseram à ditadura militar e lutaram pela democratização do país” (CFESS, 1996 apud RODRIGUES RAMOS, 2005, p.127).

Observa-se então, sobre o trajeto histórico, que em relação ao Movimento da Reconceitualização existem coincidências com diversos matizes entre os autores da profissão da Argentina e do Brasil. Na Argentina, entre os dias 27 a 29 de maio de 2004 celebrou-se em Mar del Plata o Congresso Nacional Profissional, com o título “De Araxá a Mar del Plata. 35 anos de Trabalho Social Latino-americano”⁷², que coloca este debate. Para Faleiros (2004), o

⁷² Relatório de resumos e trabalhos do evento na web Comunidade Universitário de Unidades de Informação especializadas em Ciências Sociais. Notas Perspectiva Latinoamericana. Disponível: <http://cuuics.fcs.ucr.ac.cr/info/bitacora/logAutor.php> (Título: De Araxá a Mar del Plata. 35 años de Trabajo Social Latinoamericano. 2004. Autores: Alayón, Norberto; Aquín, Nora; Barreix, Juan; Carballada, Alfredo; Cassineri, Ethel; Coraggio, José; Diéguez, Alberto; Eroles, Carlos; Fernández, Luis; Melano, Cristina; Parra, Gustavo; Rozas, Margarita; Siede, Virginia).

Movimento foi debilitado, mas não está morto. Para Gustavo Parra⁷³, a profissão “viu sacudidos os fundamentos em que baseava seu exercício profissional, num movimento que nem sequer foi patrimônio ‘exclusivo’ da profissão nem do Trabalho Social Latino-americano”.

Virginia Siede (2004)⁷⁴ diz que a “conjunção de categorias marxistas com o ideário peronista e sua linha interna vinculada ao cristianismo de liberação foi uma matriz analítica marcante do período da Argentina” e amplia,

A forte determinação da dimensão ética-política na delimitação de posturas é a que possibilita com a chegada do peronismo ao poder em 1973, uma relativa confluência de tendências na definição de objetivos profissionais vinculados à liberação nacional, no processo que caracterizamos como de “peronização” das posturas profissionais (idem, 2004).

Norberto Alayón⁷⁵ (2004) se refere a que o sentimento dos colegas era “anti-norteamericano” e as “adesões ideológicas e políticas dos colegas que aderiram ao surgimento da Reconceituação eram bem dizimeis: católicos, ateus, evangelistas, peronistas, frondizistas, comunistas, socialistas”. Sua perspectiva de recuperação crítica deste movimento se apóia no resgate de re-atualizar a visão populista, ao afirmar:

Faz já quase 30 anos que escrevemos: O Trabalho Social é o que é, e entendemos que –si se possa uma correta localização- podem se realizar aportes interessantes que favoreçam a organização e mobilização dos setores populares em prol de seus interesses. Não obstante; eles entenderam que o Trabalhador Social que se proponha a eliminar a exploração e a transformar a atual sociedade capitalista dependente, quer dizer, lutar pela revolução nacional e social que o país e América reclamam, deve escolher outro caminho que não é precisamente o Trabalho Social nem nenhuma outra profissão. O expressado anteriormente – dizíamos nessa ocasião- não aspira a inabilitar o Trabalho Social; aspira a definir-lhe seriamente. E hoje, que estamos mais espoliados ainda, mais dependentes, mais empobrecidos, mais debilitados, teremos que voltar, mais firmemente na possibilidade de recriação de um Trabalho Social que permita contribuir, a partir de práticas institucionais e comunitárias específicas; a mais ampla defesa dos direitos sociais vulnerados e à preservação e aumento da qualidade de vida dos setores mais castigados,

⁷³ Gustavo Parra, Artigo “Aportes al análisis del movimiento de Reconceptualización en América Latina”. Disponível: <http://cuuics.fcs.ucr.ac.cr/info/bitacora/logAutor.php>

⁷⁴ Idem Congresso Mar del Plata, 2004

⁷⁵ Idem

colaborando com a urgente tarefa de subtrair à Nação deste naufrágio generalizado (idem, 2004).

No marco do protagonismo da irrupção das lutas operárias e dos movimentos estudantis na América Latina, no Brasil, se produzia a erosão da ditadura militar. As condições históricas habilitavam novas perspectivas para os profissionais de Serviço Social na tentativa de ruptura com o conservadorismo. José Paulo Netto destaca que “os Assistentes Sociais investiram fortemente em dois planos: na organização política da categoria profissional e na formação acadêmica” (2005, p.17)

Enquanto na Argentina, este movimento da Reconceituação era arrasado. A ditadura militar depurou todo o processo de politização e clausulou as escolas e faculdades de Trabalho Social. Moljo, Carina (2006) informa que conforme o “estudo realizado por Castronovo (1999, p.8) de um total de 45 escolas de Trabalho Social que existiam nesse momento, catorze foram fechadas ou suspendidas, lembrando que a Universidade argentina já havia sido intervinda em 1975”. Proibiu a circulação de textos e revistas e produziu numerosas desapareições e seqüestros de integrantes da categoria profissional⁷⁶,

No caso do Trabalho Social, poderíamos afirmar que a ditadura vem a quebrar todo o processo de ‘florescimento do Trabalho Social argentino’. A efervescência editorial que vinha crescendo aceleradamente foi truncada. Dentro do aspecto teórico, ‘se desterrou’ tudo aquilo que havia sido produzido pelas tendências da Reconceituação e voltaram à cena os conhecidos métodos de caso, grupo e comunidade, agora, com roupagem moderna e, sobretudo de uma técnica imune as ‘ideologias estrangeiras’. Grande parte dos TS se voltou para tendências psicologistas, sistêmicas e funcionalistas (MOLJO, 2005, p. 287).

Podemos dizer, que depois de 30 anos, a profissão de Trabalho Social retoma um trabalho de análise teórica, metodológica, ética e política sobre o que foi o Movimento da Reconceituação nesses aspetos comuns como divergentes. Quando este Movimento colocou a dimensão sócio-política como nó da profissão, ainda com as distorções e ambigüidades, refletia a expressão das lutas dos trabalhadores na América Latina, na qual se processavam

⁷⁶ Os estudos da tese doutoral da Dra. Virginia Siede dizem “ao nível nacional, a cifra supera os 60 colegas desaparecidos e assassinados pela “Triple A” –Aliança Anticomunista Argentina- e a posterior ditadura militar de Jorge Videla”. Na Província de Neuquén (subzona 52 do Exército) existem 31 companheiros na condição de desaparecidos, incluindo várias estudantes de Serviço Social dessa época e a exceção de alguns/as hoje com vida, (Livro de Noemi Labruno. Disponíveis: http://www.nuncamas.org/investig/buscados/buscados_00.htm)

condições revolucionárias. Na Argentina, a estratégia da luta armada desenvolvida por diversos agrupamentos políticos,⁷⁷ provenientes do peronismo e da variante do “socialismo nacional” ou “liberação nacional” promovida também pelo peronismo, era uma estratégia intolerável para o próprio peronismo, e o capitalismo na América Latina⁷⁸.

3.2 A criação das organizações representativas dos profissionais de Trabalho Social: nascimento dos Colégios Profissionais.

No movimento contraditório das organizações políticas dos trabalhadores, no contexto do âmbito societário se circunscreve a história de construção das entidades representativas de Trabalho Social da Argentina e de Neuquén, bem como sua vinculação com a dinâmica de conformação das organizações políticas profissionais da América Latina e mundiais. Dizemos entidades representativas porque expressam a concreção jurídico-legal da ordem burguesa que estrutura e visibiliza o funcionamento, e lugar da organização, denominados Colégios Profissionais.

No início do século XXI, no âmbito do exercício profissional, o conjunto dos TS da Argentina, se depararam com os processos de flexibilização, precarização do trabalho e de mercantilização dos serviços sociais. Por diversas formas, organizaram-se pela defesa de melhores condições de trabalho e de vida, desenvolvendo distintas instâncias de lutas. Este

⁷⁷ Referencia-se ao Movimento Montoneros, as Forças Armadas Revolucionárias (FAR), as Forças Armadas de Liberação (FAL), ao ERP (Exército Revolucionário do Povo), entre outros.

⁷⁸ Sobre o tema: “EL peronismo armado. De la resistencia a Montoneros. De la Libertadora al exterminio” de Alejandro Guerrero, 2009. O autor afirma en relación a los antecedentes de la guerrilla en la Argentina, que: “El 29 de Diciembre de 1958, se anunció el llamado “Plan de estabilización” exigido por el Fondo Monetario Internacional y el Tesoro Norteamericano para resolver la crisis de la balanza de pagos. A cambio el gobierno obtuvo un paquete financiero de 329 millones de dólares. Frente a tal panorama, la crisis interna y la lucha de tendencias dentro del peronismo empezó a hacerse aluvial. Ya comenzaban a advertirse los gérmenes del baño de sangre. Seguramente, el primer antecedente importante que permite aproximarse a la comprensión del fenómeno guerrillero peronista, sobre todo a Montoneros y a su relación de permanente conflicto y acuerdos con el propio Perón, está dado, al menos en el plano ideológico, por el periódico *El Guerrillero*, que publicó irregularmente algunos números durante 1958 hasta desaparecer por razones económicas. Lo dirigían Raúl Lagomarsino y César Marcos. Un artículo publicado en esa revista el 3 de octubre de 1958 se ocupa de analizar el plenario que ese mismo día desarrollaban las 62 Organizaciones. Allí se lee: “Entendemos que las 62 agrupan a la inmensa mayoría de los trabajadores argentinos y constituyen una columna vertebral del Movimiento Peronista. Sobre ellas recae la responsabilidad *real* de la conducción táctica, porque los trabajadores son la vanguardia del Pueblo Argentino y porque constituyen el único sector organizado del peronismo” (2009, p.90-91).

movimento só tem sido possível mediante as organizações profissionais e sindicais. No cenário social e político da Província de Neuquén, uma nova geração de jovens graduados profissionais tem ingressado na renovação profissional do CPSSNQN e, portanto, reconstrói a capacidade coletiva organizativa para criar novas estratégias políticas profissionais. Tal mobilização vem sendo feita de forma conjunta, com as organizações da classe trabalhadora. Essa nova geração profissional apresentara sua formação no agudo processo de lutas de classes, tanto social, política, como universitária. Evidencia momentos diferenciados em relação ao desenvolvimento anterior, na década de 1990, orientada neste período ao ordenamento e manutenção da legalidade organizativa.

O CPSSNQN é constitutivo do direcionamento sócio-político nacional de criação dos Colégios Profissionais na Argentina, inclusive anterior à ditadura militar, a partir do movimento da Reconceitualização e das estratégias desenvolvimentistas do Estado. Os Colégios Profissionais surgiram na época em que a dinâmica internacional do capitalismo requeria a qualificação técnica profissional, a validação legal do exercício profissional e no contexto do “explosivo ‘boom universitário’ multiplicando-se os centros docentes e os corpos discentes, assim como as próprias profissões, entre estas, tributárias das ciências sociais, a sociologia, antropologia e a psicologia” (MANRIQUE CASTRO, 2003, p.135).

O nascimento dos Colégios Profissionais conflui na consolidação das diretrizes políticas do Estado pela regulamentação das associações sócio-profissionais por ramo de atividade dos trabalhadores sindicalizados; e por categoria, como associações jurídicas, pela autonomia das profissões para serem consideradas “liberais” no exercício profissional. Os primeiros sindicatos operários organizados no final do século XIX ampliaram e aprofundaram as resistências e greves operárias nos inícios do século XX, adotando a forma do sindicato por ramo de atividade⁷⁹. Em 1936, 70% dos sindicatos da Argentina estavam organizados por ramo de atividade, a partir do forte impulso da CGT pela organização sindical por ramo de produção.

⁷⁹ Romero (1988) *apud* Andrea Oliva (2007) afirma “Na Argentina, o primeiro sindicato operário que realizou uma greve foi a União Tipográfica, em 1878, logrando um sucesso com aumento de salários, delimitação da jornada de trabalho – de 10 horas no inverno e 12 horas no verão- e a eliminação do trabalho infantil nas oficinas das fábricas” (p.21). Romero (2009) diz “..dominavam os grandes sindicatos do transporte e serviços: União Ferroviária, Sindicato ‘Fraternidade’, maquinistas de trens, União Transviária, trabalhadores municipais e de comércio. Mas pouco a pouco foram crescendo os grupos de trabalhadores das novas indústrias manufatureiras e da construção; aí os dirigentes comunistas tiveram sucesso em organizar sindicatos que agruparam os antigos ofícios por ramos da indústria: metalúrgicos, têxtil, madeiros, alimentarios (da carne) e operários da construção” (p.83).

Entre 1944 e 1945, foram firmados 470 convênios coletivos de trabalho⁸⁰ para 3.586.868 de trabalhadores argentinos, na aplicação da conciliação ou arbitragem obrigatória para evitar as interrupções ao trabalho. Neste sentido, Flores (2004) afirma que “a conciliação das classes e a equidade entre capital e trabalho deva lograr-se conferindo - se ao Estado uma função de árbitro imparcial” (p.27) “Deste modo, a Direção Nacional de Trabalho (DNT) foi logrando pouco a pouco, na prática, que sua intervenção nos conflitos trabalhistas fosse aceita e que os convênios elaborados tivessem certa obrigatoriedade (idem, p.26).

No caso das associações jurídicas profissionais, as profissões ficaram obrigadas a tributar as taxas das matrículas profissionais no desempenho de suas práticas profissionais. A medida do desenvolvimento social é a base da diversificação de entidades profissionais que representam o exercício das profissões. Para aquelas profissões consideradas ‘liberais’ a partir do novo esquema de áreas de conhecimento formulado pela CONEAU na década de 1990, foram desregulado os honorários de seu exercício profissional, em consonância com as tendências gerais de desregulações e privatizações.

Por outra parte, esse nascimento dos colégios profissionais responde e marca o desenvolvimento da profissionalização do Trabalho Social no âmbito das Universidades Nacionais e a ampliação da base de direitos sociais e políticos da classe trabalhadora.

Os Colégios Profissionais de Serviço Social na Argentina, no momento de maiores embates sócio-políticos do Estado, continuaram sua prática profissional sendo sustentados sob os critérios das profissões liberais. “A ilusão de ‘profissão livre’ tem submergido ao Trabalhador Social na estrutura do colégio profissional, figura que se coloca em tensão com o de sindicato” (CADEMARTORI et al, 2007, p.92),

O campo de Trabalho Social carrega uma série de limitações quase desde seu nascimento, que tem relação com a simbologia que rodeia seu agir e que tendem a distanciar os Trabalhadores Sociais de uma base de identificações comum com o resto dos assalariados. Esse traço do elemento “vocacional” presente no coletivo profissional é reforçado e consolidado no passo pela formação acadêmica (CADEMARTORI et al, 2007, p.96).

⁸⁰ Lei Nº 14.250, de 1953 de Convênios Coletivos de Trabalho. Em 1958, no governo de Frondizi, aprova-se a Lei Nº 14.455 de Associações Profissionais, que estabelecia que numa mesma fábrica podiam existir um o mais sindicatos, mas aquele que tivesse a maioria de afiliados será o que representara aos operários; e responsável de discutir os convênios coletivos de trabalho.

Concordamos que os Colégios Profissionais “são agrupações corporativas dirigidas à legitimação do status profissional que tem como função principal regular a matrícula dos profissionais garantindo uma atuação ao nível da sociedade civil e do Estado” (DEL CASTILLO, 2007). Também Ramos (2005) salienta que antes da década de 1980 no Brasil, os Conselhos de Fiscalização da profissão tinham “um perfil conservador, corporativo e burocrático, tendo como princípio uma concepção de fiscalização policialesca e punitiva” (p.26). É esta função de regulação e fiscalização que vai recorrendo às entidades representativas dos profissionais da Argentina e Neuquén.

Na década de 1980 e 1990, o Estado pretendia substituir o exercício profissional de Trabalho Social com os “ponteiros políticos”, ao desenvolver diversas modalidades de “clientelismo social”. E isso fez com que se tornasse necessário, no agir das entidades profissionais de Trabalho Social, um organismo nacional da profissão, para garantir aspectos de proteção e defesa profissional. Desta forma, no quadro contraditório, a reconstrução da organização política da profissão está imbricada na gênese das particularidades do seu exercício profissional e da formação. Ao mesmo tempo, o campo sócio-ocupacional se desenvolvia em meio à crescente pauperização social gerada pela intervenção estatal, no processo de fragmentação das políticas sociais e diminuição de programas sociais e seus recursos orçamentários.

A construção das entidades representativas dos TS, por províncias, através de longo período –desde a década de 1980 até o momento atual- manifesta a integração de 22 Colégios Profissionais de Serviço Social com seus respectivos Códigos de Ética de atuação também provincial, na Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social (FAAPSS)⁸¹. Devemos dizer que a forma organizativa de FAAPSS está baseada no critério

⁸¹ Mencionamos algumas entidades profissionais provinciais, por serem as majoritárias por quantidade de afiliados profissionais e algumas mais velhas:

- 1) Conselho Profissional de Graduados em Serviço Social, da Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Criada por Lei Nº 23.377 de Setembro de 1986. Disponível: <http://www.cpgssots.com.ar/ley-23.377>
- 2) Colégio de Assistentes Sociais ou Trabalhadores Sociais da Província de Buenos Aires e Colégio de Assistentes Sociais de La Plata, criadas a partir da Lei Nº 10.751 de Dezembro 1988. Disponível: <http://www.catspba.org.ar/v3/docs/Ley.pdf>
- 3) Colégio de Profissionais em Serviço Social da Província de Córdoba, criada a partir da Lei Nº 7341/7342 de Agosto 1985. Disponível: <http://www.cpsscba.org/principales/7341.htm>. Esta organização tem três sedes e oito sub - sedes.
- 4) Colégio de Profissionais de Trabalho Social da Província de Santa Fé, criado por Lei Nº 7.754 de Janeiro 1976.

regional da Argentina e compreende seis regiões: 1) Regional Litoral Sul, integrada pelas Províncias de Santa Fé e Entre Ríos; 2) Regional Litoral Norte, integrada pelas Províncias de Corrientes, Chaco, Formosa e Santiago del Estero; 3) Regional Buenos Aires, integrada pela Província de Buenos Aires e Capital Federal; Regional Centro - Cujo, integrada pelas Províncias de Mendoza, Córdoba, San Juan, San Luis e La Rioja; Regional Patagônica, integrada pelas Províncias de La Pampa, Chubut, Santa Cruz, Tierra del Fuego, Río Negro e Neuquén; e Regional Noroeste Argentino, integrada pelas Províncias de Salta, Jujuy, Tucumán e Catamarca.

A construção e reconstrução dos Colégios Profissionais desde essa data é um processo contraditório e descontínuo em correspondência com o desenvolvimento da crise sócio-política argentina. Após a última ditadura, com a abertura democrática pelo advento do processo eleitoral nacional com o governo de Raúl Alfonsín em 1983, produziu-se a efervescência da “nova participação social e política” das classes sociais, assim como dos profissionais de Trabalho Social. Entendemos, portanto, que estes fatores motivaram o processo de reconstrução da organização política da categoria profissional.

Na Província de Neuquén, as práticas políticas dos TS foram reassumidas a partir da “normalização universitária”, com as mobilizações de professores, graduados e estudantes na busca da regulamentação legal de proteção profissional no marco de grandes mobilizações operárias e das lutas pela condenação dos genocidas militares e a defesa dos direitos humanos. As décadas de 1980 e 1990 particularizam-se, assim, por colocar em marcha esta organização política dos profissionais da categoria, fundando o Colégio Profissional de Serviço Social da Província de Neuquén (CPSSNQN). A organização existia desde a década de 1970 como uma associação jurídica simples e em estado de paralisia. Somente em 1986 obteve-se a lei de exercício profissional e 10 anos mais tarde (1996) foi aprovado, mediante assembléia, o Código de Ética. Também em 1997 se aprova o Regulamento para Registro e Controle da Matrícula Profissional.

5) Em 2005 se incorpora o Colégio de Serviço Social da Província de Salta e ano 2010, incorpora-se o Colégio Profissional da Província de Chubut.

Estima-se aproximadamente que existe um total de 700 profissionais matriculados⁸² para o exercício profissional no CPSSNQN, no contexto de uma estimativa de 34.714 matriculados e uns 5.000 profissionais não matriculados da categoria profissional em nível nacional, segundo a organização da FAAPSS⁸³.

As estratégias da condução do CPSSNQN estiveram centradas no ordenamento organizacional da fiscalização da matrícula profissional com a realização de intimações judiciais para regularização dos pagamentos das mesmas. Também a criação das instâncias contábeis e jurídicas com profissionais específicos, na procura de que os profissionais associados formassem a idéia de que essa estratégia de ordenamento proporcionaria relevância na participação da organização profissional. Esta participação se baseia na articulação dos profissionais das diversas áreas do campo sócio-ocupacional e com as cidades do interior da Província, normalmente isolados dos eventos e acontecimentos sócio-históricos da profissão. A participação profissional devia, ademais, procurar e garantir o afiançamento da entidade, através da renovação das conduções.

Este processo de renovação da direção da organização política profissional ao exigir a participação política dos TS requer tempos adicionais do trabalho cotidiano profissional. Expõe a importância do debate sobre a direção sócio-política e a conformação de programas sócio-políticos e suas chapas, projeto reivindicatório societário e profissional, e sua articulação com a “questão social” imperante. Aí sobressaem os critérios da profissão “liberal” e as idéias subterrâneas que dominam na sociedade burguesa. A ação política e a condução da direção sócio-política mostram os posicionamentos políticos e os mecanismos de representação, diante da organização. A condução sócio-política organizara-se baseada nos critérios de “disponibilidade de tempos pessoais”, as relações de “amizade” e as relações de

⁸² A quantidade de matriculados corresponde à informação atualizada deste ano 2010 facilitada pelo Colégio de Profissionais de Serviço Social de Neuquén (CPSSNQN).

⁸³ Informação atualizada de acordo com o Reporte de Ação – Agosto 2008 – da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) elaborada pela Lic. Laura Acotto, nesse momento Vice-presidente para Região Latinoamericana e Caribe. Disponíveis: <http://www.ifsw.org/p38001260.html/> (http://www.ifsw.org/cm.../9.6_Latin_America_and_Caribbean_Report.doc - ac. 19 Março 2010). Existe informação desigual ainda, pois na web site de FAAPSS, estima-se uns 16.000 profissionais matriculados correspondentes a 22 províncias. Em 1998, existiam 12.000 profissionais matriculados, segundo Documento de FAAPS “Propostas para o Trabalho Social desde o Modelo Associativo (Representativo e Gremial) ante as perspectivas profissionais geradas pela atual realidade social de Argentina” de Abril 1998. Disponível: <http://www.ts.ucr.ac.cr/perspectiva.htm> (ac. 24 Maio 2010).

“empréstimo do nome” para a conformação das correspondentes chapas nos processos eleitorais.

A trajetória destes lineamentos políticos, alheios à perspectiva de consciência social e da democracia da classe trabalhadora, eclode nos momentos da exposição aberta da crise sócio-política que determina as ações e as estratégias políticas do conjunto das relações sociais. Certas minúcias do que fazer diário, como questões administrativas, econômicas, de regulamentos, etc. revelou a ausência do projeto sócio-político ou a presença de alianças de concepções na direção política da entidade representativa profissional. A renúncia do Comitê de Ética do CPSSNQN, no ano 2002, e os pedidos de renúncia de integrantes da condução ensinam que a construção da representatividade dos profissionais assalariados é uma questão central da organização política da categoria.

Neste sentido, as divergentes concepções sócio-políticas dos TS integraram-se em acordos profissionais sem explicitação dessas concepções. No movimento social pela renovação da condução da categoria resulta imprescindível a explicitação dos programas sócio-políticos para ser processada coletivamente e distinguir as conjunturas sócio-históricas de alianças e táticas necessárias nesses processos de renovações da direção da organização política.

A lição sobre a representatividade dos profissionais coloca em questão, ademais, as formas estatutárias das entidades profissionais. No nível dos Colégios Profissionais Provinciais é a própria lei de criação da entidade que estabelece as formas dos organismos de condução da mesma.

No CPSSNQN, o órgão máximo de decisão é a Assembléia; a qual “se reúne anualmente para considerar assuntos de competência da entidade e para renovar de forma parcial a Comissão Diretiva, integrantes do tribunal de Ética e estabelecer o valor da matrícula profissional”. A assembléia poderá convocar-se como Extraordinária quando seja solicitada por um quinto (1/5) dos associados (Cap.III, artigos 17º, 18º e 19º da Lei 1681). Enquanto, ao nível nacional, na FAAPSS, seu Estatuto expressa que os direitos e deveres são para as entidades federadas e o órgão superior de governo da Federação são as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias.

O Estatuto da FAAPSS, (artigo N°8) ao especificar o direito pleno dos Colégios Profissionais, este direito será para aquelas Associações com regulamentação jurídica, quando “numa mesma província existam duas ou mais associações, será membro de direito pleno aquela que tenha o maior número de sócios. No entanto, as Assembléias se constituirão com um delegado por cada entidade federada”. Este critério coincide com os lineamentos da Lei de Associações Profissionais.

Temos aqui a questão que, a instância superior de condução das entidades profissionais, que é a Assembléia, somente é convocada pelas prescrições legais. Não existe essa instância superior como âmbito de deliberações, discussões e confrontos necessários de uma profissão assalariada. A participação dos profissionais de todas as províncias fica restringida, pela regulamentação; e limitadas a seu território provincial, perdendo a perspectiva social e política e de nível nacional. Os congressos de capacitações são necessários e apropriados; mas, as condições de pauperização social dos TS exigem instâncias coletivas e divulgação das mesmas. A possibilidade de socializar estudos em relação a essas condições de trabalho, as lutas dos profissionais de cada província, etc., evitaria a dispersão e fragmentação das forças dos profissionais assalariados. E por outra parte, constituiria fonte de politização, de educação política e de superação da contradição profissional “liberal”-trabalhador assalariado ao estruturar a coletivização reivindicatória.

A deliberação coletiva nacional no âmbito de debates e confrontos teórico-políticos por meio da Assembléia profissional facilita dirigir o presente e futuro da entidade e é o instrumento fecundo da classe trabalhadora para permitir reconstituir e reafirmar, não só processos eleitorais, senão um horizonte e identidade profissional, principalmente, neste contexto de crise sócio-política geral.

3.3. A precarização das condições de trabalho e as bandeiras de luta da organização política profissional.

Os TS argentinos e da Província de Neuquén, são empregados assalariados – majoritariamente- do Estado, tendo como campo sócio - ocupacional os organismos públicos do Estado Nacional, Provincial e Municipal. Compartilham similares condições à da classe

trabalhadora em geral no sentido das condições precarizadas de trabalho, dos baixos salários e das dificuldades na proteção e seguridade social.

Seu âmbito de intervenção profissional corresponde às esferas estatais do Ministério de Desenvolvimento Social, Justiça, Saúde, Seguridade Social, Educação e outras instituições não-estatais (a exemplo de ONGs e associações civis). Essa atuação profissional realizou-se na continuidade da escassez dos recursos orçamentários para atendimento das demandas sociais das populações em geral. Os organismos públicos limitaram as vias de comunicação e coordenação aos profissionais em seu desempenho e as contratações profissionais nas cidades pequenas só chegam - como máximo-, a um profissional de Trabalho Social. Esta situação não é própria da Província de Neuquén, mais é regra geral na Argentina.

No início do século XXI, alguns Colégios Profissionais de Trabalho Social começaram a levantar reivindicações sociais e trabalhistas diferentes do período anterior, impulsionados pelo quadro de degradação geral social e as instabilidades das condições socioeconômicas dos trabalhadores na inserção profissional no âmbito institucional ao executar os programas e projetos sociais. Dados e estudos sobre condições de trabalho nos indicaram baixa porcentagem de sindicalização. O TS geralmente recorrem ao Colégio Profissional na procura de respostas pelos conflitos trabalhistas. Ao serem estes de natureza sindical, esta contradição na mesma organização profissional expressa a tensão entre os limites de uma associação jurídica profissional e outras propostas de saída a tais questões.

O conjunto das decisões estratégicas do Estado a partir das ‘contrarreformas’ afetou diretamente a formação profissional e o campo sócio-ocupacional de Trabalho Social. Os TS passaram a formar parte da tendência geral em que as condições de trabalho são submetidas à precarização e a presença dos trabalhos instáveis pelas contratações trabalhistas temporárias e –como já dissemos- cada vez mais com menos meios e recursos para desenvolver as funções profissionais.

A incorporação dos critérios mercantilistas de produtividade, em detrimento da qualidade e as diretrizes estratégicas dos organismos financeiros internacionais na política social argentina, sua descentralização nas ONGs e outras associações civis, a mercantilização dos serviços sociais e os re-ordenamentos institucionais do Ministério de Desenvolvimento Social deslocaram o campo sócio-ocupacional do Trabalho Social. Os objetivos do Estado nos

diversos programas sociais exigiram critérios de produtividade: quantidade de crianças, adolescentes e famílias atendidas diante da diminuição orçamentária e aumento das necessidades sociais das famílias trabalhadoras, atravessando a prática profissional.

No quadro destas incidências no exercício profissional dos TS, a FAAPSS empreendeu, em 1999, uma orientação nacional aos Colégios Profissionais para realizar censos e relevamentos de dados sobre as condições trabalhistas dos TS. Durante a presente década do século XXI, diversos informes e dossiês de distintos Colégios Profissionais provinciais -em alguns casos, realizados conjuntamente com o âmbito acadêmico- dão conta de profundas transformações.

Um estudo de investigação realizado no ano 2005, por Cadermatori, Campos e Seiffer da Universidade de Buenos Aires, acerca das condições de trabalho dos TS, aplicando 272 questionários distribuídos entre profissionais em três eventos nacionais da profissão, revelaram que o mercado trabalhista dos TS na Argentina está caracterizado por quatro processos fundamentais:

a) Marcada caída dos salários potenciada pela última desvalorização que reduz significativamente o acesso a bens e serviços (...); b) instabilidade trabalhista associada a novas formas de contratação por tempos curtos de duração, submetida aos vaivens das decisões dos funcionários do momento em manter ou não a continuidade de programas ou áreas de trabalho; c) aumento de pluriemprego, quer dizer, a necessidade de trabalhar em distintos espaços trabalhistas e d) incremento do subemprego ou desemprego parcial, pois muitas ofertas de emprego implicam poucas horas de trabalho e baixos salários (CADEMARTORI, 2007, p.102).

Os dados sobre condições sócio-trabalhistas dos TS argentinos provêm de estudos sobre essas condições profissionais, realizados em Córdoba (2003), Tandil (2005), Neuquén (2007), e ultimamente está em execução na Província de Santa Cruz (2009).

Na Província de Córdoba⁸⁴ sobre mostras não aleatórias por cotas e segundo por etapas, de acordo com um padrão depurado de 795 profissionais ao ano 1995, registra-se um total de 30% de profissionais em condições de precarização de trabalho, 73% de profissionais que tem pessoas a cargo (filhos, pais, outros), assim também como 58% ingressaram ao

⁸⁴ Estudo: “Situação ocupacional dos profissionais em Serviço Social da Província de Córdoba” realizado entre a Escola de Trabalho Social da Universidade Nacional de Córdoba e o Colégio Profissional de Serviço Social de Córdoba.

trabalho por designação direta e 36% conseguiu trabalho por contatos com amigos, políticos e parentes. Por outra parte, o estudo expressa que os conflitos entre as autoridades do trabalho com os profissionais é 39%; assim como 56% afirmam ter obstáculos no exercício profissional em relação à tomada de decisões (não conhecer se o programa continuaria vigente, se tem orçamento e sentir-se incômodo pelo nível de incertezas). O estudo apresenta o setor saúde estatal como o âmbito de maior concentração de profissionais de Trabalho Social, assinalado ademais por Nora Britos (2006, p.145).

Em relação à cidade de Tandil⁸⁵ (Província de Buenos Aires), sobre um total de 95 cargos de profissionais vigentes no ano 2004: 48% dos profissionais estão sob diversas modalidades de precarização; 63% dos profissionais não participam de organizações de trabalhadores; 52% têm seu trabalho como o único sustento do lar; 87% têm como empregador o Estado e destes 68% trabalham em instituições municipais. Também 32% recebem salários como ‘estagiários’ e contratos a termo.

No caso da Província de Neuquén⁸⁶, sobre um total de 150 profissionais, os dados mostram o seguinte: 48% dos TS têm condições de precarização de trabalho - contratos não permanentes⁸⁷-; 57% dos profissionais não estão sindicalizados: só 36%. Um dado chama a atenção: 80% das demandas dos TS à entidade CPSSNQN estão relacionadas com denúncias por irregularidades nas condições trabalhistas.

Este panorama nacional –ainda parcial- revelou em geral, que mais de 50% dos profissionais se encontra em situação de precarização e instabilidade do emprego. Indica a alta porcentagem da não sindicalização dos profissionais, que manifesta essa contradição entre profissional “liberal” e trabalhador assalariado e os conflitos que se apresentaram para os profissionais no sentido de dirigir suas reclamações: se estas reclamações são pertinentes aos Colégios Profissionais ou as sindicatos, ou a ambos por vez.

⁸⁵ Estudo “Condições do exercício profissional do Trabalho Social. Tandil, Província de Buenos Aires”. Diretora: Dra. Andrea Oliva. Equipe de investigação: Cecília Perez, Virginia Gardey, Silvia Pagliaro. Colaboradoras: Liliana Madrid, Cristina Roteño y Silvia Chervero. Grupo de Investigación y Acción Social (GYAS), Facultad de Ciencias Humanas, UNICEN, 2005.

⁸⁶ Estudo: “As condições trabalhistas dos Trabalhadores Sociais na Província de Neuquén”. Documento de conclusões apresentado no VII Encontro Provincial de Trabalho Social de Neuquén, ano 2007 por Silvia Roca (vocal titular da Comissão Diretiva do CPSSNQN, gestão 2006-2007).

⁸⁷ Contratos não permanentes: contrato trabalhista, planta transitória, planta política, em negro, monotributo.

Dirigentes do CPSSNQN no seio da ocupação estudantil da Universidade Nacional do Comahue declaravam,

Uma das instituições de maior recepção de TS é o Ministério de Desenvolvimento Social, onde se ingressa, egressa - se ou foge-se. Essa instituição convertida em sustento do aparelho clientelar do MPN, dirigido pelos promotores sociais chamados “ponteiros políticos” e possuidores de grande poder de decisão, onde as diferenças ou dissidências são sancionadas e não bem vistas⁸⁸ (VISCARRA, 2004).

A constante mobilidade de profissionais das áreas do Ministério de Desenvolvimento Social a outras dependências ou organismos estatais provinciais, em muitas oportunidades é rejeitada. Uma mobilidade trabalhista que não é eletiva do trabalhador profissional, mais uma consequência das condições de trabalho. E esta situação gera sentimentos e idéias de (dês) hierarquização e desvalorização dos profissionais e são enunciadas na organização política da categoria, como frustrações e mal-estar diversos.

A prática profissional dos TS frente a esse processo de ‘reestruturações’ e ‘reordenamentos’ – principalmente - das áreas de atendimento do Ministério de Desenvolvimento Social encontra-se atravessada pela constante apelação das chefias técnicas a que os profissionais devem “cuidar a imagem institucional”. As pressões trabalhistas e dos partidos políticos do poder estatal, são de diversas espécies, entre elas, por exemplo, exigir a afiliação ao partido para o ingresso trabalhista, pressionar para que assistam aos atos políticos do governo, etc. Essas condições impostas por quem dirige os organismos públicos condicionam aos TS para ser submetidos às políticas dos governos do momento, sofrendo, caso contrário, demissões, deslocamentos e ações judiciais.

Ainda que não seja um processo nacional, coletivo, incipiente, em algumas províncias da Argentina, os Colégios Profissionais discutem diversas formas de organização do coletivo profissional. Por um lado, para enfrentar a aceleração dos embates dos quadros dirigentes dos organismos empregadores do Estado, e por outro, fortalecer, valorizar, e qualificar a profissão, na tentativa de construção, de um Trabalho Social crítico e

⁸⁸ VISCARRA, Andrés: Documento apresentado no Painel "O desemprego: um fenômeno crônico internacional. A organização de cara ao desemprego: Processos auto - gestionários: movimentos sociais, organizações de desempregados, experiências de fábricas sob gestão operária. Impactos no Trabalho Social” realizado em 04 de Novembro de 2004, organizado pela Cátedra II “Seminário de Servicio Social com Residência Institucional” no marco da ocupação estudantil da UNCo.

comprometido. Em Córdoba, o Colégio Profissional de TS integrou-se a CTA e em Neuquén, no CPSSNQN criou-se uma secretaria gremial e comissão sindical, dedicada a responder as inúmeras reclamações dos profissionais, tendo em conta as demandas profissionais à entidade representativa.

Também em algumas áreas (como Justiça) os TS abandonaram a Associação de Trabalhadores Sociais Judiciais de Argentina (2006) e adotaram o caminho da sindicalização, no Sindicato de Empregados Judiciários de Neuquén (SEJUN). No mesmo sentido, aumentaram as afiliações gremiais dos TS ao sindicato da Associação Trabalhadores do Estado (ATE) formando corpos de delegados sindicais, fundamentalmente no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social de Neuquén. Estes corpos de delegados fazem denúncias públicas nos meios de imprensa referidas às condições precárias dos trabalhadores e às reduções orçamentárias e de programas das políticas sociais. Colocam na opinião pública o agravamento da “questão social”. Está em curso uma incipiente tendência dos TS a inscrever suas práticas políticas profissionais na sindicalização por ramo de atividade, no contexto da crise social e política do capitalismo.

Com isso, queremos afirmar, que as bandeiras de luta da organização política profissional apresentam mudanças na orientação política para a defesa dos trabalhadores profissionais associados. A diferença, então, entre os sindicatos por ramo de atividade e os Colégios Profissionais é que as bandeiras de luta dos sindicatos envolvem ao conjunto dos trabalhadores como um todo e não apenas para os associados de uma categoria profissional. Também, neste sentido, em relação à década de 1990, as características principais das reivindicações da organização política da categoria se distinguem das do presente, por estar centrada nas regulamentações profissionais, como bandeira essencial de luta pela legalização profissional.

O que determina as mudanças das bandeiras de luta da organização política é o trabalho precarizado e a condição de trabalhador assalariado, dado que as transformações acontecidas afetam as condições materiais, salariais e sociais da classe trabalhadora. Significam que a inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho é uma determinante na rota da organização política.

CAPÍTULO IV:

POLÊMICAS E DESAFIOS TEÓRICO-POLÍTICOS DA PROFISSÃO NO SEIO DO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA

Neste capítulo discorre-se a análise a respeito dos debates e às tendências entre conservadorismo e a tradição crítica na organização política dos TS da Argentina. Aborda-se os aspectos de legitimação profissional e os atravessamentos teóricos e os ‘modelos’ que a formação acadêmica profissional imprime no conhecimento e a prática profissional. Este confronto entre as denominadas tendências permite divisar a base teórica, metodológica e política que atinge a organização política da categoria profissional.

Considera-se que os processos sócio-históricos dos governos ‘democráticos’ e ditatoriais na produção de determinadas relações sociais, e a aplicação férrea das ‘contrarreformas’ estatais constituem determinações históricas, condicionantes sobre estes confrontos.

Neste sentido, as formas da organização das entidades representativas dos TS estão ancoradas nesses processos sócio-históricos, de modo que os profissionais assalariados de Trabalho Social vivenciam processos contraditórios que imprimem grandes desafios.

4.1. A legislação e os eventos profissionais: instâncias de legitimação profissional e de reafirmação da organização política

As entidades representativas da categoria de Trabalho Social, nas décadas de 1980 e 1990, procuraram impulsionar e instituir uma base legal de legitimação social e estatal. Para este propósito, o Estado confluía na institucionalização a partir da legalização do Trabalho Social. No ano 1980, a normativa nacional argentina, - Resolução Nº 1580/80- sobre incumbências profissionais gerais dos títulos expedidos pelas Universidades Nacionais não contemplava os títulos de Assistente Social, Trabalhador Social, Licenciado em Serviço Social e Licenciado em Trabalho Social.

Neste período, o processo de “normalização” das Universidades Nacionais reclamava uma nova organização. Sobre esta base, a partir da Lei Nº 23.064 de 1984 de ‘Normalização Universitária’, constituiu-se uma comissão no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Promoção e Assistência Social chegando-se a um Acordo⁸⁹ relativo às Incumbências Profissionais das carreiras de graduação de Trabalho Social, tanto para as universidades nacionais quanto para as privadas e provinciais.

Esta legislação se construiu a partir de uma proposta elaborada por especialistas representantes das universidades nacionais, provinciais e privadas e das Associações de Graduados da área de Serviço Social, para “*possibilitar um melhor ordenamento da atividade profissional de Serviço Social*”, aprovada pelo Ministério de Educação e Justiça da Nação argentina⁹⁰. Este Ministério manteve as diferentes denominações de títulos de acordo com os “*diversos enfoques históricos dos cursos de Serviço Social*”.

⁸⁹ Acordo subscrito em 04 de Outubro de 1985, pelas Universidades Nacionais de: Buenos Aires (Silvia Rube y Marta Sturo), De Centro da Província de Buenos Aires (Mabel Berchunsky y Maria Pura Cordonnier), Mar del Plata (Mario Eduardo Corbacho), Misiones (Antonio Hrvoje Hodko), San Juan (Aída Treo de Rodríguez y Eduardo Enrique Vargas André), San Luis (Lidia Susana Ipiña de Miranda), a Universidade Argentina Jhon Kennedy (Julio Enrique Aparicio), Católica de Cujo (Carmen Rosário Cali de Mendoza), Morón (Luis Carnevale e Inês Josefina Iglesias), Do Salvador (Sonia Sanz, Maria Elena Maggio de Minetti, Maria Amélia Bussio y Beatriz Nelly Ventura de Bruzatori), do Museu Social Argentino (Olga Sidebotom), Federação Argentina de Associações Profissionais do Serviço Social (Jesus Otálora), Associação Metropolitana de Assistentes Sociais (Mônica Corvalán) e a Direção Nacional de Assuntos Universitários do Ministério de Justiça e Educação da Nação (Maria Elena Leunda, Helena Auberdiac y Maria Amélia Zárate).

⁹⁰ Resolução Nº 579/86 do Ministério de Educação e Justiça da Nação Argentina. Estabelece as seguintes Incumbências Profissionais da profissão de Trabalho Social:

- 1) Promover a participação organizada de pessoas, grupos e comunidades para melhorar sua qualidade de vida.
- 2) Realizar ações de promoção, assistência e reabilitação social de pessoas e grupos.
- 3) Realizar ações a nível individual – familiar; grupal e comunitário- que favoreçam o exercício, a reabilitação e o desenvolvimento de condutas participativas.
- 4) Realizar ações tendentes a prevenir a aparição de problemas sociais e/ou de seus efeitos.
- 5) Promover a criação, desenvolvimento, melhoramento e adequada utilização dos recursos da comunidade.
- 6) Realizar ações tendentes a melhorar os sistemas de relações e de comunicação nos grupos para que estes logrem, através da autogestão, seu desenvolvimento integral.
- 7) Brindar orientação e assessoramento em matéria de ação social o pessoal, grupos e instituições.
- 8) Capacitar e orientar a indivíduos, grupos e comunidades para o emprego de seus próprios recursos na satisfação de suas necessidades.
- 9) Organizar, administrar, dirigir e supervisionar instituições e serviços de bem-estar social.
- 10) Elaborar, conduzir, executar, supervisionar e avaliar planos, programas e projetos de ação social.
- 11) Elaborar, conduzir, executar, supervisionar e avaliar planos, programas e projetos de promoção comunitária.
- 12) Realizar estudos de diagnóstico da realidade social sobre a que deverá atuar.
- 13) Participação na investigação, na elaboração, execução e avaliação de planos, programas, projetos e ações de distintas áreas, que tenham incidência no sócio-cultural.
- 14) Assessorar na formulação, execução e avaliação de políticas tendentes ao bem-estar social.

Portanto, a regularização das Incumbências Profissionais, com as leis de exercício profissional, Códigos e Tribunais de Ética renovou os objetivos de criação dos Colégios Profissionais de Trabalho Social, o que determina a organização dos TS da Província de Neuquén, ao inscrever, neste processo, a conformação da entidade representativa. O Colégio Profissional de Serviço Social da Província de Neuquén (CPSSNQN) foi fundado e organizado estruturalmente pela Lei de Exercício Profissional Nº 1.681 de Dezembro de 1986, através da estratégia de numerosas reuniões⁹¹ de professores, estudantes e graduados que debatiam as diversas atividades que resultaram nessa lei.

Esta regulamentação entende o exercício profissional dos TS na “aplicação da metodologia do Serviço Social nas distintas áreas da atividade humana em forma independente ou em relação de dependência assim como o desempenho dos cargos públicos” (art.2). Os profissionais só poderiam desempenhar o exercício profissional com prévia matrícula profissional (art.3).

Define por ‘atividade profissional’ todo *“ato realizado em forma individual ou por grupo de profissionais, que suponha, requer ou comprometa a aplicação de conhecimentos ou metodologias próprias das pessoas compreendidas na lei, especialmente, referido ao oferecimento ou realização de serviços profissionais (em forma independente ou por relação de dependência trabalhista), ao desempenho de funções derivadas de nombramentos judiciais; a emissão, evacuação, expedição, consultas, estudos, conselhos, perícias escritas, análises, projetos, organização, administração e/ou direção de serviços sociais, estudos e/ou tarefas em comunidades, de instituições e/ou pessoas, grupos ou trabalhos similares. Também poderá realizar trabalhos integrando equipes interdisciplinares com os representantes profissionais do campo científico social”*. (art.4)

Já no título II da referida lei, faz-se referência ao processo de matrícula profissional, ordenando que os ‘interessados’ acessariam a sua matrícula profissional, sempre que *“acreditem identidade, possuam título ou diploma habilitante, tenham constituído endereço na Província de Neuquén e certificado policial de antecedentes”* (art.5 e 6), ficando

-
- 15) Realizar estudos e investigações sobre: a) A realidade sócio-cultural e os aspetos epistemológicos da área profissional para criar o aperfeiçoar modelos teóricos e metodológicos de intervenção; b) As causas das distintas problemáticas sociais e os fatores que incidem em sua gênese e evolução.
 - 16) Realizar perícia sobre distintas situações sociais.

⁹¹ As reuniões de debate pela organização política se faziam na “Casa do Canillita” – (vendedor de jornais)- que incluiu mobilizações do conjunto da categoria à Legislatura da Província de Neuquén.

excluídos da matrícula os sancionados no exercício profissional e os suspensos da matrícula em nível nacional por sanções éticas. Estes critérios de exclusão são similares aos de outras leis provinciais.

Em outras províncias, por exemplo, na vizinha Província de Río Negro, o processo de matrícula do exercício profissional do TS passou a corresponder ao âmbito do Ministério de Assuntos Sociais desta Província, sendo controlador e fiscalizador do exercício profissional (Lei Nº 2.667 de Julho de 1993), fundamentalmente pelo esvaziamento do funcionamento do Colégio Profissional. Vinte anos depois, os profissionais tentam retomar a organização e presença do mesmo. Outro aspecto significativo da legislação que analisamos é que o acesso da matrícula tinha como requisito a ‘certificação policial de antecedentes’, o que parece antepor e contradizer a idoneidade profissional e o título habilitante.

Também, a centralidade do controle e fiscalização da matrícula profissional é através do pagamento da mesma e desta deriva, a sustentabilidade financeira da entidade representativa. A falta deste pagamento por parte do Trabalhador Social no Colégio Profissional implica *“multas de até vinte vezes o monto da inscrição da matrícula, executável pela via legal correspondente, para o qual será suficiente título a resolução do Colégio Profissional, sem prejuízo de considerar-se exercício irregular da profissão”* (art.10).

Em julho de 1996, o projeto de Código de Ética foi aprovado pela Assembléia Extraordinária da entidade profissional, tentando afiançar as práticas políticas dos profissionais. Os princípios deste Código de Ética estão proclamados em quinze artigos que norteiam questões centrais da profissão, que são:

“ARTICULO 1º: Acatar en el ejercicio profesional las disposiciones establecidas en la Ley 1681/86 que regula el ejercicio de la profesión en la Provincia de Neuquén, su reglamentación, el Código de Ética y reglamentaciones concordantes nacionales, provinciales o municipales según pudiera corresponder.

ARTICULO 2º: El desempeño profesional estará sustentado en el respeto, difusión y promoción de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, Pactos y Convenciones Internacionales en vigencia, con relación a la temática específica.-

ARTICULO 3º: El trabajador del Servicio Social debe pronunciarse contra hechos que lesionen el valor de la vida y la dignidad de las personas.

ARTICULO 4º: El Profesional del Servicio Social aboga por la igualdad, la solidaridad, la unión e integración entre las personas, grupos y organizaciones comunitarias, incluyendo esto la justa distribución de los recursos con que cuentan.

ARTICULO 5º: En el ejercicio de su profesión el Trabajador Social tiene el deber de respetar las posiciones filosóficas, ideológicas, religiosas y culturales de aquellos con quienes trabaja, teniendo en cuenta el principio de autodeterminación.-

ARTICULO 6º: Al trabajador Social le corresponde tratar de promover la legislación social necesaria, de acuerdo con las necesidades del usuario y de una mejor calidad de vida; reconociendo el derecho del mismo a participar.

ARTICULO 7º: El profesional debe colaborar con los poderes públicos en la preservación de los derechos individuales y colectivos, dentro de los principios democráticos, participando en la construcción de una sociedad justa y solidaria.

ARTICULO 8º: Procurar en forma permanente la actualización profesional, que redunde en una mayor eficacia en la prestación de los servicios específicos, como así también contribuir al desarrollo de la disciplina del Servicio Social.

ARTICULO 9º: Inhibirse de actuar profesionalmente, condicionando dicha actuación a la prosecución de la obtención de beneficios que satisfagan intereses partidarios, religiosos o de facción. En todos los casos el interés privilegiado ha de ser el del destinatario del servicio profesional prestado.

ARTICULO 10º: El profesional del Servicio Social deberá adecuar aranceles y honorarios a lo establecido en la Ley N° 2248/88, modificaciones concordantes y las que se promulguen al respecto.

ARTICULO 11º: Establecer una positiva relación profesional, operativamente orientadora, con una comunicación horizontal.

ARTICULO 12º: Deberá respetar o proteger el derecho del usuario a un trato de confianza mutua, al secreto profesional y a la confidencia. Deberá tomar las prevenciones necesarias para preservar del conocimiento de terceros la documentación respectiva, como así también garantizar el espacio adecuado para la realización de la entrevista.

ARTICULO 13º: No aceptar en su propio beneficio comisiones, bonificaciones y demás análogas ofrecidas por otras personas directamente interesadas en la ejecución de los trabajos que el profesional realice, cuando para la realización de los mismos está remunerado por una institución pública o privada.

ARTICULO 14º: Son actos contrarios a la Ética Profesional, los siguientes:

- *Actuar con negligencia en el cumplimiento del trabajo profesional.*
- *Retener documentación perteneciente al o a los usuarios sin darle curso a la prestación para la que fue solicitada.*
- *Divulgar datos reservados de carácter técnico o personal sobre asuntos confiados por los usuários.*
- *Violar el secreto profesional, salvo en las excepciones establecidas.*
- *Alterar el contenido de un informe o documento de trabajo para beneficiar a terceros o al profesional actuante con propósitos ajenos al original acreedores del servicio.*
- *Usar en beneficio personal o de terceros, los recursos destinados al usuario.*
- *Utilizar a los usuarios en asuntos que benefician al profesional actuante.*

ARTICULO 15º: Quedará liberado de la obligación del secreto profesional, cuando se produzcan las siguientes circunstancias.

- *Cuando la justicia lo solicite expresamente en resguardo de terceros.*
- *Cuando el tratamiento interdisciplinario del caso así lo requiera.*
- *Cuando se lo involucre dolosamente en acusaciones injustificadas.*
- *Cuando esté en peligro la integridad física, psíquica y/o sexual del usuario.*
- *Cuando la reserva de hechos y de actuaciones atenten contra la moral y sobre los derechos de las personas”.*

Por ser um instrumento político e jurídico de direção dos princípios profissionais e proteção de direitos, diante dos ataques estatais, principalmente, das áreas de política social, torna-se discutível a aplicação jurídico-político deste instrumento, no interior do exercício profissional. Nas áreas das políticas sociais, nacional e provinciais, os cargos de chefias técnicas e diretivas não são desempenhados por profissionais através de concursos públicos. A vinculação destes cargos são políticas, atreladas aos partidos políticos de governo. Portanto, exercem as estratégias do Estado e estão quase sempre em oposição a princípios éticos e às

estratégias da entidade representativa. O artículo Nº 37 se refere a que *“os colegas que atuem ativamente em política partidária não devem valer-se da situação de preeminência que esta atividade possa reportar-lhes, para obter vantagens profissionais. Em nenhum caso, se valerá da prestação de serviços e assistência com fins proselitistas”*.

Em julho de 1990, a Legislatura da Província de Neuquén aprovava a Lei Nº 1837, de Aranceles e Honorários Profissionais, estabelecendo a unidade econômica **“o social”** para fixar os valores mínimos da hora de trabalho e consulta social do Trabalhador Social. Esta se diferencia da regulamentação nacional que estabelece como unidade econômica a **“unidade de trabalho social”**, e que foi debatida em numerosas reuniões da FAAPSS.

Essa legislação impulsionou intervenções profissionais autônomas, de prestação de serviços profissionais e que foram incrementando-se ao ritmo da precarização e flexibilização trabalhista num mercado de trabalho condicionado pelas ‘contrarreformas’. Estas formas de atividade, independente profissional, não são dominantes, uma vez que o campo sócio-ocupacional da profissão é dominado, majoritariamente, por relações trabalhistas com o Estado principalmente. Não obstante, converteu-se em um elemento substancial do Estado para colocar os profissionais de Trabalho Social como “prestadores ou provedores de serviços profissionais”, numa dupla tributação: ao Colégio Profissional e ao Estado, por sua condição de “monotributistas”.

Neste sentido, a existência de regulamentações que ordenam, direcionam e protegem aos trabalhadores num período de devastação do campo sócio-ocupacional nem sempre se converte em instrumento apropriado que invoca os profissionais em sua atuação profissional, tendo em conta que no âmbito da academia, as formas de organização da categoria, tipos de leis e outros regulamentos não formam parte do currículo. Não tem existido uma articulação de ensino onde a prática política profissional indique formas de apropriação dos regulamentos ou as limitações que estes impõem. Desta forma, a ausência de debates e avaliação destes regulamentos na intervenção profissional faz com que não se tenha o horizonte das possibilidades de sua modificação ou de transformação. A separação entre o mundo acadêmico e mundo do exercício profissional também constitui parte do processo de institucionalização da profissão. O reconhecimento das tendências desenvolvidas na profissão é um aspecto relevante a ser integrada nas deliberações da organização política da categoria.

De fato, os distintos eventos profissionais ocorridos no início do século XXI refletiram a importância que vão adquirindo as deliberações sobre as condições concretas como trabalhadores e neste sentido, revelaram a distância destes debates - necessários no justo momento sócio-político- e a materialidade destas regulamentações.

Em nível nacional, os eventos nacionais profissionais ressurgiram no próprio cenário de reativação das entidades profissionais. Seus debates estão encadeados conforme os eixos, as noções, e o momento histórico social. As argumentações teóricas das ‘contrarreformas’ estatais defendidas pelos organismos públicos nacionais, provinciais e municipais produziram a circulação de uma extensa variedade de noções, como categorias teóricas históricas, que subtraíram os conteúdos de explicação de uma totalidade da sociedade desigual. Os termos criados pelos organismos financeiros internacionais passaram a ter um significado universal. Assim, um âmbito de deliberação tão importante para o coletivo profissional começa a ser esvaziado, pois não representa nem reflete uma realidade concreta, numa década que pode caracterizar-se como profundamente destrutiva, da força de trabalho, das condições vitais de vida da classe trabalhadora e do exercício de pensamento crítico.

A culminação do século XX, de abrupta miséria e desemprego e a irrupção no ano 2001 com a excepcional crise sócio-política, determina rumos diferentes nas deliberações coletivas. Os eventos profissionais de Trabalho Social, como de qualquer categoria profissional, constituem o âmbito privilegiado das polêmicas do conhecimento e desvendamento das determinações sócio-históricas que imperam nos trabalhadores. No entanto a FAAPSS como a FAUATS foram encerradas nas contradições próprias dessa crise, ao reunir-se para discutir a continuidade da organização. Nas condições assinaladas, (MOTA e AMARAL, 2009, p.52) manifestam “reinventar a resistência ‘na crise’ ao mobilizar de todos os meios possíveis para não sucumbir ao apagamento da dimensão política na cultura profissional”.

Alguns documentos acadêmicos produzidos por estudantes da Cátedra Paralela de “Residência Institucional” de Trabalho Social da UNCo, que fizeram seu estágio pré-profissional no CPSSNQN expressaram a sistematização do conjunto de eventos profissionais da organização política⁹². Os objetivos destes encontros e congressos num período de crise

⁹² Os eventos profissionais do CPSSNQN no período 1999-20004 foram realizados na perspectiva de continuidade destes eventos:

sócio-histórica nacional e provincial foram abrir canais de discussões e deliberações em torno das condições das práticas profissionais no contexto dessa crise. Poderíamos dizer que a realização consecutiva anual dos eventos do Colégio Profissional manifesta os enormes esforços coletivos e as lições educativas e políticas no sentido da condição de trabalhador assalariado.

Os eixos dos eventos provinciais remetem à necessidade da problematização da precarização trabalhista e a mercantilização dos serviços sociais, e o lugar que o TS ocupa na divisão social e técnica do trabalho. O “mal-estar” institucional a partir da “dor social” fala da insuportabilidade trabalhista, que é propriamente desumana, esgota e mortifica, por ser trabalho assalariado. A tentativa dos Colégios Profissionais de pôr em questão este lócus de reflexões na perspectiva crítica da sociedade capitalista, abre caminhos de indícios diferentes da legitimação social da profissão, que sempre é legitimação de classe e de reafirmação política da organização profissional.

4.2. Os debates teórico-metodológicos da profissão e as influências profissionais do Brasil e da tradição crítica.

A análise dos debates teórico-metodológicos significa situar os mesmos na diversidade e heterogeneidade teórica da profissão na Argentina, para um confronto entre o que podemos denominar como conservadorismo e/ou a tradição crítica. A perspectiva conservadora não constitui um todo compacto, mais reúne diversas tendências teóricas e

-
- 1) I Encontro Provincial de TS, realizado nos dias 08 e 09 de Outubro de 1999. O propósito central foi “analisar e refletir acerca das atuais condições em que se desenvolve a prática profissional em vistas da formulação de propostas superiores”.
 - 2) II Encontro Provincial de TS, realizado nos dias 27 e 28 de Outubro do ano 2000. O propósito foi revisar e atualizar conhecimentos em relação a “A questão social atual e a intervenção profissional desde uma perspectiva teórica, ética e política” para revisar e atualizar conhecimentos.
 - 3) III Encontro Provincial de TS, realizado nos dias 19 e 20 de Outubro de 2001. O objetivo foi analisar o “mal-estar institucional” vivenciado pelos profissionais em seus empregos a partir de “Trabalho Social, direitos e reveses. Como converter a dor social em espaço de construção?”.
 - 4) IV Encontro Provincial de TS, realizado nos dias 06 e 07 de Novembro de 2002. Referido a “Os desafios atuais do Trabalhador Social, fundamentos e ferramentas para a intervenção”.
 - 5) V Encontro Provincial de TS, realizado nos dias 14 e 15 de Novembro de 2003. O propósito foi elaborar um documento em relação a implementação das políticas sociais na Província de Neuquén em relação a “Um encontro para a construção coletiva”.
 - 6) VI Encontro Provincial de TS do ano 2004, não se realizou por “motivos econômicos e falta de experiência dos integrantes da condução”.

posições ideo-políticas. Por outra parte, a tradição crítica, é uma tendência incipiente nos debates e produção da formação e no exercício profissional.

As determinações sócio-históricas da história argentina têm incidido na política de formação e condicionado as discussões teórico-metodológicas e políticas do Trabalho Social. Nem sempre se conformaram discussões democráticas das idéias, das visões do mundo, das crises. O que se pode observar são intercâmbios endógenos e com forte desconhecimento e rejeição ao marxismo nos últimos 30 anos. Propiciamos este confronto na possibilidade de plasmar os conteúdos do conservadorismo, os fundamentos da tradição crítica e os aportes profissionais dos colegas do Brasil.

Na configuração da vasta literatura sobre a construção do ‘Estado de Bem – Estar’, a pobreza deixa de ser um fenômeno alheio ao Estado, mas o Estado devia garantir o acesso às políticas sociais para a prevenção, seguridade e proteção social. O caso social individual passou a transformar-se em “problemas sociais”, detectados na desigualdade social de uma sociedade “sem justiça social” e como externalização do âmbito profissional, um objeto para correção.

A denominação de ‘problemas sociais’ indica a forma em que as relações de exploração e opressão social impedem a reprodução da classe trabalhadora. A fome, a desnutrição infantil, a carência de habitação, etc. é expressão do “sofrimento do proletariado e passa a constituir-se como problema social para a burguesia só na medida em que tal sofrimento coloca em questão a reprodução das relações de dominação. E junto ao ‘problema social’ está a luta social” como afirma Manrique e Maguiña, (1979).

A abordagem dos ‘problemas sociais’ cobrou força, com a dinâmica de grupos, a começos de 1940 com Enrique Pichón Rivière (suíço, criado no norte da Argentina) que criou a Escola de Psicologia Social introduzindo a psicanálise no país. Distanciando-se desta linha, em 1960 centrou seu interesse na sociedade e a dinâmica grupal no meio social. Sua dimensão adquiriu amplitude ao aderir a um ‘próprio’ método dialético baseado no conceito de ECRO (Esquema Conceitual Referencial e Operativo) e o grupo operativo; argumentado desde a concepção de Melanie Klein, Georges Mead e a dinâmica grupal de Kurt Lewin. Esta vertente chamada ‘pichoneana’ recorre às décadas seguintes no interior da formação teórica do Trabalho Social. Depois, ela é reconvertida com as vertentes “sistêmicas” e “gerencialistas”.

No ano 2000, as unidades acadêmicas presentes no evento da FAUATS⁹³ afirmaram nas conclusões que “a linha de trabalho fundada na gerência social é rejeitada pelas escolas presentes e se solicita à FAUATS que adote uma posição a respeito”.

Foi a ditadura militar de Videla que vai recolocar a maior reação na sociedade argentina e o ecletismo na profissão com a diversidade de vertentes ‘teóricas’. As grandes corporações multinacionais e a maior divisão internacional do trabalho desenvolveram amplo interesse nas investigações pela menor conflitividade operária e os maiores rendimentos de produtividade para o capital. Na Argentina, diferentemente de outros países da América Latina desenvolveu-se extensamente uma tendência a partir da década de 1980, em consonância com as tendências mundiais de redução do emprego, privatizações e descentralização do Estado. As ciências sociais e humanas e Trabalho Social foram invadidas pela vertente ‘psicologizante’ na formação, nos currículos e nas capacitações profissionais e de professores. Esta perspectiva, ademais, encontrava um caminho comum com a “teoria das representações”.

As investigações -requeridas pelo capital- levadas a cabo por Elliot Jacques na multinacional Glacier Metal Company durante 30 anos, na Grã Bretanha, apresentava a noção da ‘organização requerida’ no trabalho. Referia-se com esta noção o lugar de confiança que devia ter o “gerente” dentro da empresa para satisfazer a máxima produtividade operária em condições de eficiência. Ou seja, atribuía importância aos “sistemas sociais como defesas contra a ansiedade”. Dirigiu a tese doutoral de seu discípulo argentino Aldo Schlemenson, quem introduz esta vertente no campo da psicologia e nas ciências sociais. No período de auge das privatizações, Aldo Schlemenson se transformou na voz acadêmica das reestruturações estatais, junto a Leonardo Schvarstein.

Durante o período ‘menemista’ Elliot Jacques dirigiu o projeto de “transformação organizacional” de ACINDAR⁹⁴, Schlemenson assessorou as mudanças da Administração

⁹³ Adriana Maria Campi, Informe da Jornada Acadêmica “Os processos de reformas curriculares nas Unidades Acadêmicas de Trabalho Social” organizada pela FAUATS, 27 de Outubro de 2000 em Córdoba e apresentado ao Departamento de Serviço Social da FADECS, UNCO. As unidades acadêmicas presentes nesta Jornada foram as Universidades Nacionais: de Comahue, de Salta, Tucumán, Santiago del Estero, Catamarca, San Juan, Cujo, Santa Fé, San Juan Bosco (Patagônia), La Plata, Luján e Córdoba.

⁹⁴ Empresa ACINDAR S.A., de aços especiais instala-se em Villa Constitución, Província de Buenos Aires, em 1951. O grupo brasileiro “Belgo Mineira” controla 66% das ações da maior fábrica siderúrgica argentina. Este grupo pertence ao Grupo Arcelor, de capitais franceses, espanhóis e luxemburgueses, o maior produtor de aços

Federal de Ingressos Públicos e Schvarstein dirigiu as reformas da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina e de outros países da América Latina (consultor do BM-BID). Os textos destes intelectuais da ordem do capital passaram a constituir, em diversas profissões, as fontes teóricas da “análise organizacional” e da “análise institucional”. E a bibliografia obrigatória do Ministério de Cultura e Educação da Argentina, nos currículos de ciências sociais, assim como de Trabalho Social - entre outros-, e nos processos concursáveis dos cargos de diretores das escolas estatais e públicas.

Outra vertente teórica com proeminência na formação profissional são as abordagens “sistêmicas”, com a Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig Von Bertalanffy a partir do ano 1954, desde o Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences (Palo Alto, Estados Unidos). Sua concepção foi a criação de “modelos” e não uma teoria, transferíveis a diversos campos do conhecimento, baseada nos avanços tecnológicos, cibernéticos e da ciência dos fenômenos físicos com as leis da termodinâmica. A idéia de “conservar a homeostosis” dos sistemas fechados e abertos se baseia na procura de resguardo do equilíbrio, frente às perturbações e as retroalimentações das partes ao sistema (feedback). Tanto a biologia molecular como a psiquiatria, a psicologia, a engenharia, aportaram suas energias profissionais na inserção desta vertente sistêmica. A expressão destacada dos ‘modelos sistêmicos’ é Gregory Bateson, com a teoria do “duplo vínculo” onde o receptor é a ‘vitima’, junto a Minuchin, Whitaker, Watzlawicz, Haley, que construíram diversos “modelos” para abordar as famílias. Esta vertente teórica é aprofundada por Niklas Luhman, em seu propósito de avançar com a sociedade como sistema aberto que se auto-reproduz e é “determinado pela produção de sentido”.

Temos, portanto, uma ampla gama de diversificações de “modelos” aplicáveis no Trabalho Social. O profissional pode ‘operar’ nas abordagens de grupos, famílias, comunidades, nas instituições, nos projetos familiares e sociais; atribuindo a categoria de teoria a ‘modelos’ sistêmicos, do interaccionismo, fenomenológicos, etc.

Os enfoques sistêmicos, da administração das relações humanas, o interaccionismo simbólico, o construtivismo, etc. ‘aggionaram’ e acompanharam o debate

do mundo. Informação disponibilizada: “A família Acevedo se vai de ACINDAR”, http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=599389. ACINDAR foi emblema de luta operária na década dos anos 1970. “Na madrugada de 20 de Março de 1975, a União Operária Metalúrgica (UOM) que dirigia Lorenzo Miguel intervém o sindicato. Villa Constitución foi copada pela repressão do governo com 25 operários assassinados e 180 detidos, até que a resistência operária foi derrotada” (FLORES, 2004, p.78).

sobre a construção da cidadania e inclusão social, a participação no desenvolvimento local, a defesa da economia solidária, social e outras. A relação entre o conjunto das instituições políticas e o sistema social no seu todo era representada como uma relação demanda-resposta (input - output), expressada por David Easton da ‘teoria’ dos sistemas.

Os termos sobre ‘empoderamento’, ‘lideranças’, ‘gerenciamento’, ‘horizontalidade do processo produtivo’, etc. constituíram argumentos de elaboração dos projetos sociais e as diretrizes teóricas - políticas das políticas sociais do Estado argentino e provinciais. Por sua vez, faziam um lineamento estratégico com as orientações dos organismos financeiros internacionais. Também conformaram a centralidade da formação universitária e, portanto a unificação com as bases argumentativas dos organismos públicos e os vínculos trabalhistas flexibilizados para os TS.

Carlos Montaña distingue duas concepções que caracterizam a natureza da profissão: a perspectiva endogenista, situando a emergência da profissão ao período da Reconceitualização no marco do debate hispano-americano, representada por Assistentes Sociais de outros países da América Latina (Kisnerman, Ander-Egg, Krusse, etc.); e a perspectiva histórica - crítica desenvolvida no Brasil no contexto do debate contemporâneo (a partir da década de 1980). A primeira perspectiva, de natureza eclética, etapista, com visão particularista e focalista considera que a gênese do Serviço Social é uma evolução das formas anteriores de ajuda. E é colocada antagonicamente a outra perspectiva histórica – crítica, na qual a profissão é considerada como um produto histórico e, portanto, o Assistente Social desempenha um papel político, tendo uma formação que se explica pela posição que ocupa na divisão sócio - técnica do trabalho. Sua visão é totalizante, no contexto emoldurado pela luta de classes, com uma estratégia integral e em consequência a profissionalização vincula-se a dinâmica da ordem monopolista. Esta perspectiva se consolida como hegemônica no Serviço Social no Brasil pela contínua superação teórica de seu diálogo com o marxismo. José Paulo Netto apontará que explícita ou discretamente, o projeto da ruptura remete à tradição marxista.

No final da década de 1990, esta perspectiva da tradição marxista do Brasil, penetrou na Argentina através dos primeiros programas de pós-graduação em Trabalho Social, pelos colegas argentinos formados na pós-graduação no Brasil, da difusão dos textos traduzidos ao espanhol da profissão pela Editora Cortez, com a Biblioteca Latino-americana

de Serviço Social; e dos impulsos de debates do Comitê MERCOSUL de Ética. A questão do projeto ético-político e a “questão social” passaram a constituir-se em temas inquietantes para os profissionais de Trabalho Social da Argentina. Sem dúvida, a profissão de Trabalho Social no continente latino-americano e mundial tem um momento de inflexão histórica com a produção teórica pioneira de Marilda Iamamoto, ao traçar uma perspectiva contraposta ao conservadorismo de ‘compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial’ (2008, p.71).

Podemos apontar que a influência dos Assistentes Sociais do Brasil coincide no período da crise sócio-histórica argentina, de inícios do século XXI. Portanto, merece para a profissão na Argentina, aprofundados debates no conhecimento da história socioeconômica e política do país e das províncias, bem como a natureza profissional posta na configuração das relações das classes sociais da Argentina, tanto, na formação, na atividade profissional quanto na organização política profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos 30 anos, na Argentina, os sucessivos governos, além de transferir as responsabilidades estatais, reprimir os trabalhadores e endividar o país, destruíram as conquistas operárias, os serviços sociais e os direitos trabalhistas. Trata-se do presente histórico de uma exacerbação da luta de classes.

Marx nos diz que a crescente concentração da riqueza e de capital continua provocando a queda da taxa de lucros e impulsiona o desenvolvimento da ampliação especulativa e crises: de um lado, capital ocioso e de outro, trabalhadores desempregados. Oviedo⁹⁵ (1998) refere neste sentido, que “o aumento fenomenal da exploração operária é a principal resposta da burguesia à crise capitalista, que tem criado uma explosiva situação social a escala mundializada”. Então, esta crise social e política, de alcance mundial, colocam outras exigências a classe trabalhadora, além das reivindicatórias, exigências de organização social e política, enquanto possibilidade da transformação social.

Na Argentina, o Estado avançou no domínio destas relações pelos mecanismos de cooptação ideológicos e materiais, tanto nas frações da burguesia local como nas organizações sociais de trabalhadores. A resistência do proletariado argentino dá conta do processo intenso de lutas e de diversas formas de organização na década de 1990 e seu ingresso no século XXI com uma experiência social e políticas extraordinárias, sobretudo nas lutas contra a burocracia sindical. O movimento ‘piquetero’ tem ocupado seu lugar na história da resistência operária, ao ser a criação mais genuína da classe operária e as massas exploradas da Argentina e por ganhar sua existência na luta mais tenaz contra todas as instituições do sistema e o Estado (Oviedo, 2001).

É neste quadro das contradições da relação capital/trabalho, que localizamos o processo sócio-histórico das organizações profissionais de Trabalho Social. As entidades de representação dos TS não estão à margem deste processo social e político da Argentina. Elas são expressão do movimento contraditório da sociedade capitalista.

⁹⁵ Luis Oviedo “La crisis capitalista y la “política social” de la burguesía”, Artículo publicado en la Revista En Defensa del Marxismo, N° 20, Año 7, Mayo 1998.

A existência de disparidades e heterogeneidade teórico-metodológicas e fragmentações curriculares colocam-se como uma questão de primeira ordem, pois a formação tem uma decisiva influência nas formas que adota a conformação da organização política profissional e a permeabilidade de vincular-se a projetos sócio-políticos.

A formação profissional e o âmbito universitário são, ademais, determinantes históricos na vida de estudantes de Trabalho Social, que vai reforçar ou mudar radicalmente sua visão do mundo e a concepção das relações societárias. A universidade pública e estatal argentina é, historicamente, um âmbito de resistência e de expressão da lutas de classes.

A falta de um currículo nacional que direcione estrategicamente a formação profissional aos interesses da classe trabalhadora, põe em evidência os desafios presentes, ainda que “foi surgindo à necessidade de discutir em nível nacional a possibilidade de trabalhar sobre lineamentos curriculares básicos ou comuns, que contenham a diversidade desde uma matriz de identidade comum” (Documento FAUATS, 2008, *apud* ROZAS, 2009, p.779).

A perspectiva de articulação das dimensões organizativas, acadêmicas e legais, exige uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, para integrar e imprimir uma direção política à mesma. Necessita-se a problematização do significado sócio-político do trabalho profissional a partir das relações de contratação trabalhista pelos empregadores. “Essas relações interferem decididamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional” (IAMAMOTO, 2008, p.215).

A intervenção profissional, que indica o trabalho especializado do TS, ao operar no núcleo da “questão social” conformada por políticas sociais, no momento de pauperização social, contribuiu para que os TS se estruturassem como coletivo profissional.

Essa “questão social” caracterizada pela politização é colocada como objeto de intervenção revolucionária pelos trabalhadores que se autoorganizam (Netto, 2002). Esta perspectiva, que expressa lutas políticas de massas, coloca para os TS, um importante desafio ao ter que aprofundar sua inserção na participação e coletivização das ações políticas da organização política da classe trabalhadora.

Não é menos certo, que isto significa para o coletivo profissional a confrontação das idéias de organização que a burguesia tem disseminado, - as idéias permanentes são sempre da classe que governa-, que a classe trabalhadora não deve ‘fazer política’. Uma questão vital na confrontação de uma classe com outra, implica que, ao fazer sindicalismo é imprescindível uma política, um projeto, uma estratégia de classe.

Portanto, o estatuto assalariado do TS, a condição de sujeito político nesse estatuto, apresenta-se como nível imprescindível no desenvolvimento da organização política e uma preocupação teórico-metodológica e política na formação profissional. Para isso, o Trabalho Social na Argentina tem o desafio de estudar e dialogar com a teoria marxista, que necessariamente vai confrontar com setores profissionais de viés conservador, reacionário e até setores progressistas que acreditam que a perspectiva hoje é que a revolução social se concretiza sem sujeito social.

A apelação aos recursos fenomenológicos, os componentes heteróclitos e os paradigmas do pensamento pós-moderno ao influenciar nos debates da teoria, obscureceram as polêmicas e simplificaram a problematização. História e método requerem da profissão uma inerente exigência de ação da sociedade, da necessidade de dedicação às pesquisas no amplo campo das ciências sociais e o diálogo com o pensamento social clássico e contemporâneo.

Para enfrentar estes desafios, e ao refletir a organização política dos TS da Argentina, no contexto da crise sócio-política, apresenta-se outra questão, que é o nível das ilusões. Iamamoto (2008) chama atenção às visões que denomina ‘fatalista’ e ‘messiânica’ da prática profissional. A autora define,

“O ‘*fatalismo*’ inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão “*perversa*” da profissão. Com a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes. O Serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão. E o ‘*messianismo utópico*’ privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não da conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “*heróica*”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão de transformação social. Fatalismo e messianismo: ambos os prisioneiros de uma análise da prática

social que não da conta da *historicidade do ser social gestado na sociedade capitalista*” (IAMAMOTO, 2008, p.115-116).

E para romper estas visões, as entidades de representação têm o desafio da “preparação teórica e política do coletivo para enfrentar as demandas sociais e a capacidade de articular o particular com o geral. Daí a importância da vinculação orgânica da profissão, conhecimento e a história” (p.125).

Numa época em que a burguesia tem a “impossibilidade de arvorar um pensamento coletivo e amplo e pretendem transferir essas limitações a sociedade em seu conjunto” (HELLER⁹⁶, 1999), as organizações políticas da classe trabalhadora têm os grandes desafios de nortear as condições organizativas, de luta e de politização dos trabalhadores inseridas no horizonte da transformação social da sociedade como totalidade.

Ao final deste trabalho, a partir de uma visão histórica e crítica, apontamos algumas aproximações sobre o processo de construção sócio-histórico das entidades representativas dos TS da Argentina e da Província de Neuquén, que desvelaram os nexos da historicidade profissional na construção da organização política no momento determinado de maior crise sócio-política argentina, no período assinalado.

A prática profissional de Trabalho Social está determinada pela condição do profissional ser trabalhador assalariado, inserido na relação contraditória do capital e trabalho e que se constitui num subsídio de saber especializado que o Estado, como empregador, adquire no mercado de trabalho. É uma profissão necessária na reprodução das relações de classe e na reprodução da vida material, social e espiritual da classe trabalhadora, a partir da intervenção profissional no campo das políticas sociais, como resposta estatal à “questão social”. Essa prática profissional está determinada pela dimensão política que lhe é intrínseca, por ser sujeito social de uma sociedade de classes no contexto da crise sócio-política. “O sujeito profissional pode enriquecer suas objetivações e, como qualquer trabalhador assalariado, pode acionar práticas político-organizativas de resistência e luta que tenham incidência na mudança dos processos reais onde realiza seu cotidiano” (MOTA e AMARAL, 2009, p.54).

⁹⁶ HELLER, Pablo, “El oscurantismo postmoderno”, Revista En Defensa del Marxismo”, N° 24, Año 1999, Buenos Aires.

As contradições que imperam na prática política profissional não somente estão condicionadas pela oposição entre profissional ‘liberal’ e trabalhador assalariado, senão, pelos processos sociais e históricos das relações societárias da Argentina e pelas políticas que o Estado tem direcionado no contexto da crise do capitalismo, que são especificamente políticas de ‘contrarreformas’. Esta diretriz política do Estado, de dismantelamento das políticas sociais, no campo sócio-ocupacional e destruição das condições materiais, salariais do trabalho, têm determinado social e politicamente as práticas políticas dos processos de trabalho dos TS.

Os TS obrigados pelas circunstâncias históricas e pelas contradições sócio-políticas construíram, através, de ações estratégicas, sua própria organização política, de forma tipicamente dominante da sociedade capitalista, que se expressa nos Colégios Profissionais. E esta forma de organização política profissional tem nexos limitados com os interesses próprios como trabalhadores, pela tensão ao interior da entidade representativa, como consequência das condições flexibilizadas e de precarização do trabalho. As práticas políticas profissionais vinculadas às práticas políticas e as demandas da classe trabalhadora, e articuladas com os organismos dos trabalhadores, sindicatos e partidos políticos, outorgam de forma incipiente, uma insígnia distintiva aos TS da Argentina e Neuquén, no início do século XXI.

A forma de organização por categoria expressa, portanto, os limites específicos da ordem capitalista, que coloca os TS na procura de diversos modos de responder tanto a seus propósitos como trabalhadores como à classe trabalhadora em geral. Essa forma se põe em detrimento da organização por ramo de atividade da classe trabalhadora. Ainda que a modalidade organizativa vigente tenha significativa presença no nível latino-americano e mundial, na Argentina, a fragmentação e dispersão dos Colégios Profissionais é um limite nas estratégias políticas profissionais, em nível nacional.

As ações da organização política no período estudado salientam um horizonte social e político diferenciado em relação ao século anterior, tanto no plano das reivindicações, nas bandeiras de luta como no desenvolvimento de meios e estratégias, com características sindicais, no interior dos Colégios Profissionais.

Esta possibilidade de ruptura se apresenta como necessária posta pela aguda crise social e política. E esta tendência organizativa confronta com as formas dominantes e

conservadoras da profissão. Estas, colocadas pela formação acadêmica, onde persiste a formação ‘psicologista’ para adormecer essa dimensão política como profissão assalariada, requerida pelo capital e o Estado.

Apreciamos então, o início da tendência dos TS, no âmbito da formação e da organização política profissional de produzir uma perspectiva de compreensão do funcionamento contraditório, desigual da sociedade capitalista e de intervir na organização política a partir de outros fundamentos teóricos e políticos.

Assim, podemos dizer, que a forma organizativa por categoria pode limitar a tendência da organização por ramo de atividade. Não obstante, os TS têm diante de si extraordinários desafios, no sentido de amadurecimento político, que implicam a reflexão da formação acadêmica e a forma de organização social e política dos trabalhadores.

Sendo a organização política uma dimensão primordial no horizonte de direcionar politicamente a profissão, ela é uma forma de consciência social e coletiva que poderá aportar debates teórico-metodológicos essenciais e desafios sócio-políticos que o aprofundamento da crise atual está exigindo.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMIDES M. Beatriz; CABRAL, M. do Socorro Reis. “O novo sindicalismo e o Serviço Social”. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. “A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social Brasileiro”. Revista 30 anos do Congresso da Virada. CFESS/CRESS-SP, ISBN 978-85-99447-06-2. Brasília, Novembro de 2009.

ABRAMIDES, M. Beatriz. Tese doutoral “O Projeto Etico-Politico Profissional do Serviço Social Brasileiro”. PUC/SP, 2006.

AMARAL, Ângela Santana. “Crise capitalista e o ‘aggiornamento’ das práticas sindicais”. Revista Temporalis (ABEPSS), Nº 6, Ano III. Julho a Dezembro de 2002.

ANTUNES, Ricardo. “Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo”. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. “Los sentidos del trabajo. Ensayo sobre afirmación y la negación del trabajo”. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2005.

BARATA, Joaquina Teixeira. “Relações Internacionais”. Revista Inscrita (CFESS), Ano VII, Nº X, Novembro 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. “Política Social, fundamentos e história”. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. “O Serviço Social e o MERCOSUL”. Revista Serviço Social e Sociedade Nº 79, Ano XXV, Especial 2004.

_____. “O serviço Social e o MERCOSUL”, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade Nº 79, Ano XXV, Especial 2004.

_____. “Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos”. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BRITOS, Nora. “Ámbito profesional y mundo del trabajo. Políticas Sociales y Trabajo Social en los noventa”. Bs. As.: Editorial Espacio, 2006.

CADEMARTORI Fiorella; CAMPOS, Julia; SEIFFER, Tamara. “Condiciones de trabajo de los trabajadores sociales- Hacia un proyecto profesional critico”. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2007.

CARRERA, Nicolás Iñigo. “La desocupación aguda en los noventa: ¿crisis de pasaje o manifestación estructural? In FERNANDEZ SOTO, Silvia y TRIPIANA, Jorge (Organizadores) “Políticas Sociales, trabajo y trabajadores en El capitalismo actual. Aportes

teóricos y empíricos para una estrategia de emancipación”. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2009.

DE LA FARE, Mónica. “Presentación: La expansión de carreras de postgrado en Argentina en los grandes campos de las ciencias humanas y sociales” – presentación realizada en el Congreso de CONADU (Argentina, 27 Marzo 2009). Disponible en: <http://www.iec.conadu.org.ar/>

DEL CASTILLO, Alejandra Carolina. “Relaciones laborales y participación gremial de los trabajadores sociales del sector publico en Tucumán, 1982 - 2006”, Universidad Nacional de Tucumán. Ponencia presentada en el XXIV Congreso Nacional de Trabajo Social “La dimensión política del Trabajo Social”, Mendoza, Octubre 2007.

DE LATORRE, Juan Manuel, “As associações Profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana”. Revista Temporalis (ABEPSS) Ano IV - Nº 7- janeiro a junho de 2004.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Gramsci em Turim. “A construção do conceito de hegemonia”. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

ECHENIQUE, José, “El movimiento estudiantil universitario del Comahue (1969-1976). Versión ampliada y corregida del Artículo publicado en Revista de Historia de la UNCO, Neuquén, Nº 9, Noviembre 2001-2002, pp. 71-96. Cap. 9- Disponible: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/cehepyc/cap9.pdf> ISSN: 987-9028-53-8.

FAETS (Federação Argentina de Estudantes de Trabalho Social). “A 30 años del golpe. Incidencias del terrorismo de Estado en nuestra formación profesional”, 2006. Publicado no ‘grupoyahoo’ de Trabalho Social, Argentina.

FALEIROS, Vicente de Paula. “Serviço Social: questões presentes para o futuro”, Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, Nº 50, Abril 1996, São Paulo: Editora Cortez, 3ª reimpressão, Setembro de 2003.

FAUATS, Documento 2008. In: ROZAS Margarita y LUDI, María del Carmen. “Algunas reflexiones generales sobre el Trabajo Social argentino”. Revista Serviço Social & Sociedade, Nº 100, Ano XXX, São Paulo: Cortez Editora, Out/Dez. 2009.

FAVARO, Orietta y ARIAS BUCCIARELLI, Mario, “A propósito del populismo. Estrategias de acumulación y cultura política en un espacio periférico. Neuquén, 1960-1990”. Estudios Sociales. Revista Universitaria Semestral, año XI, Nº 21, Santa Fé, Universidad Nacional del Litoral, 2do. Semestre 2001. Disponible: http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/bitstream/1/1438/1/ES_11_21_2001_pag_129_149.pdf

FLORES, Gregorio. “SITRAC-SITRAM. La lucha del clasismo contra la burocracia sindical”. Córdoba: Editorial Espartaco Córdoba, 2004.

FREDERICO, Celso. “Consciência operária no Brasil”. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1979.

GRASSI, Estela. “Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal. La otra década infame (I)”. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2003.

GUERRERO, Alejandro. “El peronismo armado. De la resistencia a montoneros. De la Libertadora al exterminio”. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2009.

HELLER, Pablo. “Fabricas ocupadas. Argentina 2000-2004”. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. “Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital Financeiro, trabalho e questão social”. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

_____. “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico”. 10ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 2008.

IMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico – metodológica”. 25ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

IVO, Anete Britto Leal. “Viver por um fio: pobreza e política social”, Cap. VI-VII, São Paulo: Annablume Editora, 2008.

KATZ, Claudio. “Economía latinoamericana. De la década perdida a la nueva crisis”. Buenos Aires: Ediciones Letra Buena, 1993. (Colección Temas de Economía).

MANRIQUE CASTRO, Manuel. “História do Serviço Social na América Latina”, 6ta. Edição, São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MANRIQUE CASTRO, Manuel; MAGUIÑA, Alejandro. “industrialização, Política social de vivienda e Trabalho Social”. Revista Acción Crítica Nº 9, Diciembre 1979, Lima, Peru. Publicação de CELATS – ALAETS.

MARANHÃO, Cesar. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In. MOTA, Ana Elizabete (org.) “O mito da assistência social. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade”. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

MARX Carlos; ENGELS, Federico, “Feuerbach, contraposición entre a concepción materialista e a idealista”. La Habana (Cuba): Editorial de Ciencias Políticas, Instituto Cubano del Libro, 1973.

MARX, Carlos. “Miséria da Filosofia. Resposta à filosofia da “miséria, do Sr. Proudhon”. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MOLJO, Carina Berta. “Trabajadores Sociales en la historia. Una perspectiva transformadora”. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2005.

_____. “A 30 anos do golpe militar. Aproximações à histórica do Trabalho Social”. Artículo publicado en Revista KATÁLYSIS v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 260-26718.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. “Projeto Profissional e projeto societário”. In: Revista Inscrita Nº12, CFESS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. “Los desafíos contemporáneos para la formación profesional en Trabajo Social”. Escuela de Trabajo Social, Universidad Católica de Santiago de Guayaquil, 5 de octubre del 2009, Guayaquil, Ecuador. Archivo de audio, 11.3 mb, formato wma. Disponible: <http://www.ts.ucr.ac.cr/bv/ts-multimedia.php>

NETTO, José Paulo. “O movimento de Reconceituação, 40 anos depois”. Artigo da Revista “Serviço Social e Sociedade” Nº84, Ano XXVI, Novembro 2005.

_____. “Capitalismo monopolista y Servicio Social”. 2ª edición. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. “Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

OLIVA, Andrea. “Trabajo Social y lucha de clases. Análisis histórico de las modalidades de intervención en Argentina”. Bs. As.: Editorial Imago Mundi, 2007.

_____. “Un borrador como contribución para la historia de FAETS”, Tandil, Julio 2005. Congreso de Estudiantes de FAETS, Argentina, 2005.

_____. “Los recursos en la intervención profesional del Trabajador Social”, Publicación de GYAS, Grupo de Investigación y Acción Social, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Centro, Tandil (Pcia. De Buenos Aires), 2003.

_____. Pérez Cecilia, Mallardi Manuel. “Debates sobre formación de grado y posgrado en la Carrera de Trabajo Social de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires- Argentina”. Trabajo presentado al XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social “El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional”, Guayaquil (Ecuador) 4-8 octubre 2009.

OVIEDO, Luis. “Una historia del movimiento piquetero: De las primeras coordinadoras a las Asambleas Nacionales”. Buenos Aires: Editorial Rumbos, 2001.

PAEZ, Olga Mercedes. Tese doutoral: “La profesión Trabajo Social em Córdoba (1943-1969), Genesis y trabajo com famílias”. PUC/São Paulo, 2006.

PALMA, Diego. “A prática política dos profissionais. O caso do Serviço Social”. 2ª edição. São Paulo, janeiro: CELATS, Editora Cortez, 1993.

PARRA, Gustavo, “Antimodernidad y Trabajo Social. Orígenes y expansión del Trabajo Social Argentino”, Secretaria de Bienestar y Extensión Universitaria, Departamento de

Publicaciones e Imprenta, Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Luján, Buenos Aires, 1999.

PETRUCCELLI, Ariel. “Docentes y Piqueteros. De la Huelga de ATEN a la pueblada de Cutral-Có”. Buenos Aires: Ediciones El cielo por Asalto- El fracaso, 2005.

RAMOS, Sâmia Rodrigues, Tese doutoral “A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social”, UFPE, Recife (PE), 2005.

RIEZNIK, Pablo, “Marxismo y sociedad. Variaciones sobre un tema”. Buenos Aires: Editorial EUDEBA (UBA), Abril 2000.

_____. (editor) “Un mundo maravilloso. Capitalismo y socialismo en la escena contemporánea”. Buenos Aires: Editorial Biblos, Pensamiento Social, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. “Pesquisa Social. Métodos e Técnicas”. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ROMERO, Luis Alberto. “Breve Historia contemporánea de la Argentina”, 2ª edición ampliada. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 16ª reimpresión, 2009.

ROZAS PAGAZA, Margarita (Argentina). “Los desafíos contemporáneos para la formación profesional en Trabajo Social”. Escuela de Trabajo Social, Universidad Católica de Guayaquil, 5 de Octubre del 2009, Guayaquil, Ecuador. Archivo de audio, 11.7 mb, formato wma. Disponible: <http://www.ts.ucr.ac.cr/bv/ts-multimedia.php>

_____. “Historia de las organizaciones político/académicas en América Latina”- Revista Temporalis (ABEPSS), Ano IV, Nº 7- Janeiro/Junho 2004.

SIEDE María Virginia. “Algunos trazos sobre la Re - conceptualización en Argentina. Reflexiones sobre sus proyecciones en la contemporaneidad profesional”. Ponencia al II Encuentro: “Enseñar historia...y hacer historia”, Enseñanza-Aprendizaje de la historia del Trabajo Social, Departamento en Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de San Juan, Abril 2005.

_____. Tese doctoral “Trabajo Social, marxismo, cristianismo y peronismo. El debate profesional argentino en las décadas de 1960- 1970”, PUC/São Paulo, 2004. Versión con modificaciones para publicación.

TROTSKY, León. “El programa de transición”. Buenos Aires: Ediciones El Yunque, 1983.

Webs-site de Trabalho Social consultadas:

1. www.ifsw.org
2. www.ts.ucr.ac.cr
3. www.trabajosocialarg.org.ar
4. www.cpss.org.ar
5. www.abepss.org.br

Outras:

1. www.marxists.org

Jornais consultados:

1. Río Negro
2. Clarín
3. La Nación
4. Los Andes Económico
5. Ámbito Financiero
6. Agencia Reuters Noticias